

Contributo para o estudo das cerâmicas islâmicas provenientes da Praça da Figueira (Lisboa)

Inês dos Santos Pires

Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia

Vol. I

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

Nota: Inês dos Santos Pires
Contributo para o estudo das
cerâmicas islâmicas provenientes da
Praça da Figueira (Lisboa)
Julho 2020

Julho 2020

Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizado sob a orientação
científica do Prof. Doutor Rodrigo Banha da Silva e sob orientação no local do Dr.
António Augusto da Cunha Marques

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu professor e orientador Doutor Rodrigo Banha da Silva, não só por me ter aceitado como sua aprendiz, mas pela motivação que me deu, pela paciência e resposta às inúmeras questões levantadas no decorrer do estágio e pela preocupação para comigo enquanto pessoa, para além de simples discípula e aluna.

Ao Dr. António Augusto da Cunha Marques pela simpatia e disponibilidade que demonstrou ao receber-me no Centro de Arqueologia de Lisboa.

Ao Prof. Doutor José Carlos Quaresma tenho a agradecer a ajuda na identificação de alguns elementos não plásticos presentes nas pastas cerâmicas, assim como o empréstimo do microscópio, que me permitiu apresentar fotografias de melhor qualidade e aproximação.

Gostaria de agradecer aos doutorandos Sara Ferreira, André Bargão e Gonçalo Lopes pelos bons momentos passados no CAL e pela disponibilidade para responderem a algumas das minhas questões.

Um especial agradecimento ao mestrando Martim Lopes pela ajuda nas diversas tarefas efetuadas no CAL, assim como pela amizade e longas conversas sobre os mais variados temas.

Gostaria também de agradecer às minhas colegas e amigas Eva Pires e Andreia Rodrigues pelo apoio, troca de ideias e também de alguma bibliografia.

Ao Alexandre Carvalho, por ter sido o meu grande apoio no decorrer da redação do relatório. Tenho a agradecer a paciência, por me “aturar” nos piores momentos e sobretudo o sacrifício de momentos de lazer em prol de me fazer companhia na biblioteca, enquanto redigia o relatório.

Por último, à minha família, por aceitarem sempre as minhas escolhas e me apoiarem incondicionalmente em tudo!

Contributo para o estudo das cerâmicas islâmicas provenientes da Praça da Figueira (Lisboa)

Relatório de Estágio em Arqueologia

Inês Pires

RESUMO

Palavras-chave: Arqueologia Medieval; Lisboa Islâmica; Cerâmica Medieval.

O presente relatório de estágio procura apresentar as diversas tarefas realizadas no decorrer do estágio curricular efetuado no Depósito Municipal do Rego, pertencente ao Centro de Arqueologia de Lisboa, equipamento cultural da cidade.

O estágio contabilizou um total de 800 horas e foi realizado mediante protocolo estabelecido entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa.

O trabalho desenvolvido foi baseado na análise de um conjunto cerâmico proveniente de uma via islâmica e estruturas adjacentes exumadas no bairro islâmico da Praça da Figueira, posto a descoberto no decorrer das intervenções arqueológicas efetuadas no local, ocorridas de 1999 a 2001.

O principal objetivo deste estudo é o de contribuir para um maior conhecimento da arqueologia da cidade de Lisboa, em particular da Praça da Figueira, através da adição de novos conhecimentos sobre os hábitos de consumo, economia e dinâmicas comerciais vivenciadas pelas populações residentes em Lisboa nos finais da ocupação islâmica.

Atualmente, a investigação arqueológica referente ao período de dominação islâmica em Portugal não se encontra numa fase especialmente fulgurante, por comparação com o passado recente e em contraste com outros horizontes cronológicos de estudo, havendo um número diminuto de dissertações e artigos publicados nos últimos anos. Nesse sentido, pretende-se com este trabalho acrescentar novos dados relativamente à cerâmica produzida e consumida neste período em Lisboa, contribuindo deste modo para o seu conhecimento e divulgação.

ABSTRACT

KEYWORDS: Medieval Archeology, Islamic Lisbon; Medieval Ceramic.

The present internship report aims to present the various tasks carried out during the curricular internship conducted at Depósito Municipal do Rego, that is a part of the Centro de Arqueologia de Lisboa, a cultural institution of the city.

The internship lasted a total of 800 hours and was executed in consequence of a protocol established between the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa and the Câmara Municipal de Lisboa.

The work carried out was based on an analysis of a ceramic collection from an islamic road and adjacent structures exhumed in the islamic quarter of the Praça da Figueira, discovered during the archeological interventions made on the site, which occurred from 1999 to 2001.

The main goal of this study is to contribute to a better knowledge of the city of Lisbon, in particular of the Praça da Figueira, through the addition of new knowledge about the habits of consumption, economy and commercial dynamics experienced by the populations residing in Lisbon at the end of the islamic occupation.

Currently, the archeological investigation about the period of the islamic domination in Portugal is not in a very enthusiastic fase, in comparison with the recent past and in contrast with other studied chronological eras, with a diminished number of dissertations and articles being published in the last couple of years. Therefore, this report intends to add new information about the ceramic produced and consumed in that period in Lisbon, thus contributing to its knowledge and divulgation.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Problemáticas.....	2
2. Estado da arte	9
3. Caracterização da instituição: Criação e função do Centro de Arqueologia de Lisboa	17
4. Tarefas e metodologias	20
5. Lisboa islâmica. Contexto histórico	25
6. A Praça da Figueira. Intervenções arqueológicas	28
6.1. Intervenção de 1960 a 1962	28
6.2. Intervenção de 1999 a 2001	29
7. Sítio arqueológico	32
7.1. A via F.....	32
7.2. Contexto estratigráfico	33
8. Cerâmicas. Contabilização	36
9. Cerâmicas. Fabricos	39
9.1. Cerâmica não vidrada	40
9.2. Cerâmica vidrada	44
10. Cerâmicas. Cozeduras	49
11. Cerâmicas. Decorações e acabamentos	51
12. Cerâmicas. Morfologia.....	55
12.1. Loiça de cozinha	55
12.1.1. Caçoilas	55
12.1.2. Painelas	59
12.1.3. Fogareiro	62
12.1.4. Alguidares	63
12.2. Loiça de mesa	64
12.2.1. Tigelas não vidradas.....	65
12.2.2. Tigelas vidradas	67
12.2.3. Taças vidradas.....	69
12.2.4. Prato vidrado	71
12.2.5. Jarrinhas	71
12.2.6. Jarros, Bilhas e Garrafas	75

12.3. Armazenamento e transporte	77
12.3.1. Cântaros	77
12.3.2. Potes	78
12.3.3. Talhas	79
12.4. Objetos de iluminação.....	80
12.4.1. Candis.....	80
12.5. Objetos de uso doméstico indeterminado	81
12.5.1. Tampas	81
12.6. Instrumentos de uso artesanal	83
12.6.1. Barras de forno.....	83
13. Interpretação e discussão dos materiais através da análise estratigráfica	84
13.1. Fase 1: Terraplanagens	84
13.2. Fase 2: Construção	88
13.3. Fase 3: Uso.....	89
13.4. Fase 4: Colmatação	89
13.5. Fase 5: Sobreposição e Revolvimentos.....	91
14. Considerações Finais	97
Bibliografia	101

LISTA DE ABREVIATURAS

CAL – Centro de Arqueologia de Lisboa

CIGA - Cerâmica islâmica do Gharb al- Ândalus

CM – Centímetros

ENP – Elementos Não Plásticos

MM – Milímetros

NARC – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

NMI – Número Mínimo de Indivíduos

NR – Número de Restos

PDM – Plano Diretor Municipal

SÉC- Século

UE – Unidade (s) Estratigráfica (s)

Introdução

O presente trabalho é realizado no âmbito da componente não letiva do mestrado em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor Rodrigo Banha da Silva.

O relatório foi elaborado uma vez concluído o estágio curricular efetuado no Depósito Municipal do Rego, pertencente ao Centro de Arqueologia de Lisboa, equipamento cultural da cidade.

Após concretização de variadas tarefas práticas - arrumação e tratamento do espólio - foi selecionado um contexto de materiais cerâmicos, recolhidos aquando da intervenção arqueológica realizada na Praça da Figueira de 1999-2001.

Nas intervenções decorridas no local em 1960-1962 foram identificadas estruturas que abrangem diferentes horizontes cronológicos: proto-história, época romana e época moderna. Os contextos islâmicos foram postos a descoberto apenas na intervenção de 1999-2001, correspondendo a estruturas habitacionais de um bairro islâmico inserido no arrabalde ocidental da cidade.

O trabalho inclui o estudo pormenorizado dos materiais recolhidos na calçada situada nas quadrículas S/T 7-8 do referido bairro islâmico. Foram realizadas diversas tarefas de estudo cerâmico: análise das tecnologias de produção (estudo das cozeduras patentes nas pastas e atribuição de fabricos); análise das técnicas decorativas e acabamentos presentes nos diversos fragmentos; elaboração de tipologias consoante a morfologia e funcionalidade das peças; análise cronológica das tipologias identificadas; contagem do número mínimo de indivíduos, para realização de uma estimativa de recipientes presentes no contexto estudado. Por último, foi efetuada uma análise interpretativa consoante a análise estratigráfica e respetivas cronologias atribuídas aos materiais, mediante os paralelos identificados, para melhor interpretação do contexto estudado.

Com este trabalho espera-se obter um maior conhecimento do sítio, com a adição de novos dados, através do estudo da cerâmica que era utilizada no quotidiano das pessoas que habitavam o bairro, no decorrer da época medieval islâmica.

1. Problemáticas

Sabe-se que a cidade de Al-Ushbuna anterior à conquista cristã de 1147 seria constituída por duas áreas amuralhadas (Alcáçova e Medina) e uma área exterior com vários arrabaldes (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.17).

Em termos genéricos, a área extramuros de 1147 quase duplicava a área conjunta da Medina e Alcáçova, o que vem indicar não só a importância que a cidade tinha na altura, como um elevado aumento populacional (TORRES, 1994, p.81; SILVA, 2012, p.146).

A interdependência económica, mas também político-administrativa, social e religiosa entre a cidade e o território rural seriam muito acentuadas. Deste modo, a importância do aglomerado urbano estaria relacionada com a dimensão e riqueza da região envolvente (BUGALHÃO; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2005, p.238).

A integração da cidade nos circuitos marítimos do comércio mediterrânico e atlântico também terá sido um fator essencial para a intensificação urbana da cidade de Lisboa, a partir do século X (BUGALHÃO; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2005, p.239).

Os arrabaldes da cidade prolongavam-se a Oriente e a Ocidente, ao longo dos vales e elevações adjacentes à colina do castelo (GONÇALVES, 2011, p.57).

A descrição feita por Randulfo, no século XII, revela que o arrabalde ocidental continha dois polos distintos, cada um orientado a partir das portas que se encontravam a Ocidente. A partir da Porta do Ferro, o arrabalde ter-se-ia implementado sobre grande parte das estruturas romanas, como o criptopórtico da Rua da Prata, crescendo na direção do Vale de Alcântara, do próprio curso do rio e do esteiro presente no vale. A partir deste arrabalde desenvolvia-se um sistema viário que conectava os dois polos com os principais eixos de saída (Vale Verde e Vale de Arroios) (GONÇALVES, 2011, p.62).

Junto à Porta do Postigo, o arrabalde orientava-se não apenas em torno da via, mas também da Igreja de Santa Maria de Alcamim, onde os moçárabes teriam estabelecido o seu centro de culto, a partir do século X. A partir deste núcleo desenvolvia-se uma via que corresponderia à atual Rua da Costa do Castelo e outra, que desceria na direção da Igreja de S. Lourenço, junto da qual já existiria um pequeno núcleo de povoamento islâmico (GONÇALVES, 2011, p.62).

Os dados arqueológicos apontam para que o arrabalde ocidental tenha sido “fundado” entre os finais do século IX ou os inícios do século X, e que nos séculos XI e XII tenha havido um aumento considerável da sua população (SILVA, 2017b, p.251). Estima-se que o arrabalde ocidental atingiria uma área 16,7 hectares no período imediatamente anterior à conquista cristã (SILVA, 2017b, p.256).

Os vestígios arqueológicos de época islâmica identificados entre os números 197 e 203 da rua do Ouro, e também nas intervenções que decorreram na Rua de S. Nicolau e na Rua do Ouro número 133, indicam que o arrabalde ocidental teria continuidade até à margem ocidental do esteiro da Baixa (SILVA, 2017b, p.255/256).

O bairro islâmico encontrado na Praça da Figueira estava situado neste arrabalde (ocidental). Terá sido construído, provavelmente, com a chegada a Al-Ushbuna das populações deslocadas dos territórios situados nos arredores, devido à progressão da conquista cristã (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.17). Esta hipótese permite supor que o bairro islâmico terá sido construído sob o controlo do poder local para albergar as famílias que fugiam dos conflitos político-militares existentes na altura (SILVA, 2017b, p.269).

Para além do bairro encontrado na Praça da Figueira, foram também identificadas outras estruturas que seriam, presumivelmente, habitacionais, nas intervenções realizadas no Hotel de S. Justa, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) e na Rua dos Sapateiros, n.º130-144, sítios que pertenceriam igualmente ao arrabalde ocidental (SILVA, 2017b, p.260).

O conjunto de habitações encontrado na Praça da Figueira continha um planeamento urbano preciso, embora sugerindo dois programas algo diversos, que em nada tinham a ver com o crescimento orgânico da cidade islâmica (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.23).

Apesar do bom estado de preservação das estruturas edificadas, nenhuma unidade habitacional manteve todos os elementos da planta original devido a um reaproveitamento do material construtivo após o abandono do “bairro”, ou à lixiviação interna dos materiais constituintes após o soterramento das estruturas, podendo ambos os fatores ter atuado em conjunto (MIRA, 2018, p.24/25).

Dos muros que compunham as habitações restaram apenas as suas fundações com 0.60 metros de largura e com baixa estatura devido à sua composição de pedra vã juntamente com argila (MIRA, 2018, p.24).

Foi reconhecida uma planta completa de quatro quarteirões, aos quais se juntam outros três, incompletos e cinco artérias de circulação urbana (MIRA, 2018, p.25). Foram ainda identificados pavimentos empedrados, áreas de combustão, poços negros, restos de taipa e um poço que se atribuiu aos séculos XIII-XIV (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.19; MIRA, 2018, p.25).

No total, foram reconhecidas 20 estruturas habitacionais, porém, de duas delas apenas foi identificada uma fração, devido aos limites impostos pelas obras (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.19/20). Estas habitações sugerem um novo alinhamento residencial e uma prolongação do bairro para sudeste (MIRA, 2018, p.26).

Foi detetada uma habitação com morfologia distinta das restantes, tendo-se identificado vestígios do salão principal e do pátio. Esta habitação (casa 1) terá sido construída em momento prévio às restantes casas identificadas. (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.19; SILVA, 2017b, p.266).

O conjunto edificado não possuía qualquer antecedente similar arqueologicamente documentado no local. Alguns dos quarteirões partilhavam o mesmo muro limite, que se comprovou arqueologicamente ter sido construído antes das paredes de compartimentação interna lhe terem sido adossadas, significando deste modo uma primeira ereção de recintos só depois subdivididos (SILVA, 2012a, p.144).

A instalação terá sido sincrónica, ou próxima disso, ocorrida num momento em que, com base na observação das cerâmicas recolhidas naqueles contextos, se situa na primeira metade do século XII, mais provavelmente no decorrer do período de domínio Almorávida da cidade (1111-1147). Pensa-se que o abandono do local deverá ter ocorrido a partir dos meados do século XII e se prolongou ao longo da segunda metade do mesmo século. No entanto, algumas unidades habitacionais poderão ter sido utilizadas durante mais tempo, devido à existência de reformulações dos espaços internos das habitações ou reparações em muros repartidos (SILVA, 2012a, p.144), questão que permanece por esclarecer.

Sobre algumas habitações e troços de arruamentos foram executadas fossas detriticas, por vezes de grande dimensão e profundidade, que continham cerâmicas que pouco se distinguiram das detetadas durante a ocupação urbana. Esses fragmentos descobertos nas estruturas negativas e o reduzido número de numismas descobertos pouco auxiliaram para se precisar a questão de cronologias de abandonos (SILVA, 2012a, p.144).

A circulação pelo bairro realizava-se através de vias pavimentadas. As ruas A, B, C e D são paralelas e apresentam uma largura média de 1,8 a 2 metros. Estas vias estão orientadas de nordeste a sudeste, servindo de acesso direto às habitações. As restantes passagens denominadas de E e F, são perpendiculares às anteriores, promovendo desta maneira a ligação entre as vias principais de acesso e a separação dos quarteirões habitacionais. A via F, respeitante ao contexto aqui estudado, distingue-se pelos seus 3 metros de largura e pelo registo quase completo da sua pavimentação em pedras de pequenas dimensões (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.22; MIRA, 2018, p.25).

Os processos construtivos das habitações mostravam uma grande economia de meios, uma vez que não se registaram elementos arquitetónicos de pedra aparelhada ou o uso de cal nas argamassas e de estuques de revestimento, embora houvesse na maioria dos casos a presença de coberturas em telha. Havia uma grande liberdade na edificação das casas, variando as suas dimensões totais e o número de compartimentos, embora sempre com presença de pátio e maioritariamente apenas de três/quatro compartimentos. As áreas totais oscilavam entre os 30 m² e os 64 m², embora a média se situasse nos 48 m², demonstrando terem pertencido a famílias nucleares, com membros pouco numerosos e com posses reduzidas (?). Estima-se que em cada habitação viveriam entre quatro a seis ou sete pessoas (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.23).

Foram identificadas cozinhas em pelo menos três habitações, ocupando o compartimento lateral, onde se observava o forno ou lareira, próximos da parede da fachada principal e, portanto, numa zona afastada do salão (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.23).

Não foram registados silos para armazenamento de cereais ou de frutos secos, aspeto característico da economia doméstica medieval do Sul da Península Ibérica, nos contextos islâmicos. Supõe-se que a humidade do terreno no local onde se ergueu o bairro

pode ter impedido a edificação dessas estruturas negativas (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.25).

Outras escavações arqueológicas realizadas no arrabalde ocidental, mais precisamente, a sul da Praça da Figueira, revelaram a presença de fornos destinados à produção de cerâmica (BUGALHÃO; FOLGADO, 2001, p.124). A intervenção arqueológica realizada na Praça da Figueira, entre 1999-2001, veio demonstrar o aumento e densificação da população urbana durante o século XII, o que pode justificar a laboração das olarias identificadas através de fornos e entulheiras, até aos inícios do século XII (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.25).

Em relação às produções existentes em Portugal, apenas foram encontrados em três locais estruturas oleiras islâmicas: Vilamoura, Lisboa e Mértola (COVANEIRO *et al.*, 2013, p.78).

Relativamente às estruturas oleiras de Lisboa, estas foram encontradas na Baixa, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) e Mandarin Chinês (MC) (BUGALHÃO, 2009, p.388). Foram ainda identificados fornos de produção cerâmica no Largo das Alcaçarias e vestígios diversos de produção no Largo do Chafariz de Dentro (SILVA, 2007/2008; BUGALHÃO, 2009, p.388). Os oleiros de Lisboa abasteciam-se nos barreiros existentes na própria cidade, nomeadamente em dois níveis do Miocénico: nas “Argilas do Forno do Tijolo” (Alto de Santa Catarina/Santos) e nas “Areolas da Estefânia” (Mouraria/Anjos). Estes locais mantiveram-se até ao período moderno como locais de extração de argila e de produção oleira (BUGALHÃO, 2009, p.388).

No que se refere à produção oleira de Lisboa, por enquanto ainda só foram recolhidas evidências relativamente aos séculos XI e XII (BUGALHÃO, 2009, p.388). Estas olarias dirigiam a sua produção preferencialmente ao mercado urbano e regional. Ao mesmo tempo, parecem verificar-se indícios da existência de oleiros na região envolvente de Lisboa, que se deslocavam à cidade para aí transacionar os seus produtos (BUGALHÃO, 2009, p.389).

No projeto “GARB –Sítios islâmicos do Sul peninsular” realizaram-se análises químicas e mineralógicas¹ de cerâmicas provenientes do Castelo de São Jorge, Sé de Lisboa, Alcácer do Sal e Convento de São Francisco de Santarém, que vieram confirmar

¹ Estas análises foram as primeiras a serem realizadas para as regiões de Lisboa, Alcácer do Sal e Santarém, para o horizonte cronológico islâmico (DIAS; PRUDÊNCIO; GOUVEIA, 2001, p.280).

a existência de uma produção local de cerâmicas pintadas a vermelho, mas também sugeriram a presença de produções importadas de cerâmicas pintadas a vermelho e negro (DIAS; PRUDÊNCIO; GOUVEIA, 2001, p.277; BUGALHÃO *et al.*, 2008, p.124).

Relativamente à produção e consumo de recipientes cerâmicos em Lisboa no período islâmico, existe loiça de consumo generalizado e de utilização quotidiana com produções de cerâmica comum, cerâmica comum pintada a branco e cerâmica vidrada, cujos locais de produção seriam olarias da cidade e da região envolvente a Lisboa. Em relação à loiça de mesa de consumo regular e esporádico, existiam produções de cerâmica vidrada estampilhada incisa e com aplicações plásticas, cerâmica vidrada parcial, cerâmica pintada a vermelho e cerâmica pintada a negro, provenientes de olarias de Lisboa (exceto no caso da cerâmica pintada a negro) e, possivelmente, de outros centros regionais. A loiça de mesa de luxo e de consumo pontual contém produções a verde e manganês, corda seca parcial e corda seca total. (BUGALHÃO *et al.*, 2008, p.133 fig.27). Sabe-se que existiam em Lisboa produções de corda seca parcial e corda seca total, embora nenhuma estrutura do seu fabrico seja para já conhecida. A identificação desta produção local foi feita através de estudos arqueométricos efetuados a cerâmicas provenientes do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) e do Castelo de São Jorge, que vieram revelar a sua afinidade geoquímica e relação às produções cerâmicas locais (FERNANDES *et al.*, 2012, p.653/660). Relativamente ao verde e manganês ainda não foi confirmada a existência de uma produção local, todavia, considera-se provável a presença de uma produção regional de imitação (DIAS *et al.*, 2008, p.162; BUGALHÃO *et al.*, 2008, p.124; GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2018, p.25). Estas cerâmicas seriam utilizadas em conjunto com peças de importação provenientes dos grandes centros oleiros do al- Andalus, como Sevilha, Córdoba, Dénia, Toledo, Pechina, Almeria, etc (BUGALHÃO *et al.*, 2008, p.133).

No que diz respeito à cronologia das cerâmicas medievais islâmicas provenientes da região de Lisboa, constata-se uma maior presença de vestígios datáveis dos finais da ocupação islâmica, por contraste às etapas iniciais emirais e mesmo em relação ao período califal e de taifas (SILVA, 2012a, p.145/146; GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2012, p.27). Considera-se possível que a explicação para a falta de informação, relativamente às fases iniciais da ocupação islâmica em Lisboa, poderá estar relacionada com a dificuldade de reconhecimento e correta datação para as cerâmicas tardo-antigas/alto-medievais.

Contudo também se poderá dever a uma contração demográfica ou de povoamento, assim como uma retração urbana na cidade (GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2012, p.27).

Sabe-se que no período almorávida, correspondente aos finais da ocupação islâmica em Lisboa, regista-se um aumento de diversidade nas cerâmicas, tanto a nível formal/funcional como a nível das técnicas e fabricos. Foram identificadas para este período cerca de vinte formas, entre as quais alcatruzes, alguidares, bilhas, caçoilas, candis, cântaros, copos, fogareiros, formas de pão, garrafas, jarrinhas, jarros, lanternas, panelas, potes, púcaros, taças, talhas, tampas e tigelas, apresentando uma grande diversidade morfológica. Em relação às técnicas e decorações regista-se cerâmica comum, pintada a branco, vermelho (importada e produção local) e negro (importada); cerâmica vidrada monocroma (meladas, esverdeadas e verde), bícroma (branco e verde, melada e verde, melado e manganés); vidrada parcialmente; cerâmica estampilhada vidrada a melado e estampilhada vidrada a melado e manganés, corda seca (importada e de produção local), verde e manganés (importado); cerâmica com decoração incisa e cerâmica com aplicações plásticas (GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2012, p.30).

2. Estado da arte

As primeiras referências a cerâmicas islâmicas surgiram através de grandes pioneiros da arqueologia portuguesa, como seja: Estácio da Veiga (VEIGA, 1880; 1887 apud CATARINO, 1995, p.462), Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1902 apud CATARINO, 1995, p.462), Santos Rocha (ROCHA, 1904 apud CATARINO, 1995, p.462) e Bernardo de Sá (SÁ, 1906 apud CATARINO, 1995, p.462).

Em 1958 Abel Viana realizou um estudo sobre as escavações que praticou no Castro da Cola, em Ourique. Foi publicada a planta das estruturas e algumas cerâmicas islâmicas, no entanto, o número de exemplares publicados é reduzido (apenas oito) e não foram feitas descrições pormenorizadas sobre as mesmas (VIANA, 1958). Mais tarde, publicou outra obra, na qual incluiu um capítulo sobre vestígios de época islâmica (VIANA, 1962; INÁCIO *et al.*, 2015, p.7/8).

Com o arranque do projeto de Mértola, em 1980, dá-se a descoberta de uma grande quantidade de vestígios islâmicos, principalmente cerâmica, que levou à publicação do catálogo *Cerâmica Islâmica Portuguesa* (TORRES, 1987), estudo de referência para a arqueologia islâmica em Portugal na altura (INÁCIO *et al.*, 2015, p.9), que conta com a apresentação de 85 peças provenientes sobretudo da Alcáçova do Castelo de Mértola, ilustrando também alguns exemplares originários de Vilamoura e Silves.

Em 1987, realizou-se o IV Colóquio Internacional “A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental” (SILVA; MATEUS, 1991), cujas atas contêm diversos estudos relativos a cerâmicas islâmicas provenientes de outros países. Um dos capítulos (tema 4) é dedicado exclusivamente à cerâmica medieval encontrada em território português. Foram apresentadas cerâmicas islâmicas provenientes de Cerro da Vila, Silves, Mértola, Beja e Cascais. Em relação aos estudos estrangeiros destaca-se o artigo “*Variantes y constantes en la cerámica andalusí*” (RETUERCE; ZOZAYA, 1991), onde os autores representam graficamente a evolução das garrafas/bilhas, jarrinhas e tigelas, através de materiais recolhidos em diversas intervenções arqueológicas.

Em 1988 é publicado, na revista *Xelb*, um estudo sobre as Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves, relativo aos trabalhos arqueológicos aí realizados, por Rosa Varela Gomes (GOMES, 1988 apud INÁCIO *et al.*, 2015, p.10).

Em 1991, surgiu a obra “*El nombre de las cosas en al- Andalus: una propuesta de terminología cerámica*” (ROSSELLÓ BORDOY, 1991). Obra bastante útil devido às designações terminológicas usadas para a análise morfológica da cerâmica muçulmana peninsular.

Com a criação da revista *Arqueologia Medieval*, pelo Campo Arqueológico de Mértola, também em 1991, passaram a ser divulgados numerosos conjuntos de cerâmica medieval islâmica (INÁCIO *et al.*, 2015, p.11). Destaca-se a revista número sete, que contém as atas do Colóquio “Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos”, realizado em 1997 por ocasião da comemoração do 850º Aniversário da Reconquista Cristã de Lisboa (AMARO; MACIAS, 2001). Nesta revista foram publicados artigos sobre a história da cidade, estruturas oleiras presentes na época e exemplares cerâmicos recolhidos em intervenções decorrentes na área da cidade islâmica de Lisboa.

No mesmo ano é ainda publicado um novo estudo relativo às cerâmicas de Silves, nomeadamente sobre as peças esmaltadas, policromas e de reflexo metálico. (GOMES, 1991 apud INÁCIO *et al.*, 2015, p.10).

Relativamente a Lisboa, as intervenções arqueológicas decorridas nos anos 90 na Sé Catedral (AMARO, 2001; MATOS, 1994a; MATOS, 1994b), no Castelo de São Jorge (GASPAR; GOMES, 2001; GOMES *et al.*, 2001; DIAS *et al.*, 2001; GASPAR; GOMES, 2002; GOMES, 2003a; GOMES *et al.*, 2003; GOMES *et al.*, 2005; GOMES *et al.*, 2009a; GOMES *et al.*, 2009b; Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico, 2008), no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros/BCP (NARC), no Mandarim Chinês (BUGALHÃO; FOLGADO, 2001; BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2003; BUGALHÃO; SOUSA; GOMES., 2004; BUGALHÃO; GOMEZ MARTÍNEZ, 2005; BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2007; BUGALHÃO *et al.*, 2008), e na Praça da Figueira (SILVA; GOMES; GOMES, 2011; SILVA, 2012; MIRA, 2018), vieram revelar importante espólio cerâmico islâmico. No entanto, os artigos e estudos referentes a estas escavações diferem em termos “qualidade”, alguns não contêm os catálogos das cerâmicas encontradas e outros apenas as mencionam, não tendo sido realizado qualquer estudo aprofundado sobre as cerâmicas descobertas.

Ainda na década de 90 realizaram-se as primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela, que vieram impulsionar bastante os estudos relativos a cerâmica. Relativamente à cerâmica islâmica, as primeiras jornadas (ABRAÇOS;

DIOGO, 1995) ficaram restringidas apenas a duas localidades (Mértola e Silves). Destaca-se o artigo de Rosa Varela Gomes que apresenta uma síntese relativamente ao estudo das cerâmicas islâmicas no sul de Portugal (GOMES, 1995 apud INÁCIO *et al.*, 2015, p.16). Nas jornadas seguintes (ABRAÇOS; DIOGO, 1998), realizadas no ano de publicação das actas do primeiro colóquio, é já analisada uma maior quantidade de locais (Évora, Olhão, Castro da Cola), porém, continuam a dominar as abordagens relativas à cerâmica medieval cristã e moderna (INÁCIO *et al.*, 2015, p.16). Nas terceiras jornadas (ABRAÇOS; DIOGO, 2004) as cerâmicas islâmicas ganharam maior relevância, contabilizando-se um total de dez publicações. Destacam-se os trabalhos “*Os nomes da cerâmica medieval: inventário de termos*” (TORRES; GÓMEZ MARTÍNEZ; FERREIRA, 2004), que consiste numa tentativa de sistematização para os termos utilizados na cerâmica islâmica, e “*La cerâmica en al- Andalus. Problemas y perspectivas*” (ACIÉN ALMANSA, 2004), onde são expostas as principais problemáticas que decorrem do estudo da cerâmica e são avançadas propostas para as solucionar. Nas atas das quartas jornadas (DIOGO, 2008) decresce o número de publicações para o total de seis. Destacam-se os artigos de Susana Gómez Martínez sobre cerâmica a molde no Garb al-Andalus (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2008) e de Rosa Varela Gomes sobre a iconografia vascular dos séculos XII e XIII, de Silves (GOMES, 2008).

Com a exposição Lisboa Subterrânea realizada no Museu Nacional de Arqueologia (D’INTINO, 1994) foram publicadas, em catálogo, algumas cerâmicas islâmicas, provenientes de intervenções realizadas na cidade. Desta obra destaca-se o artigo sobre Lisboa Islâmica (TORRES, 1994), que cruza os dados documentais com uma análise urbanística baseada na cidade atual e contém os documentos cartográficos urbanos mais antigos. Este foi o primeiro estudo a apresentar uma “imagem da cidade” em planta e em perspetiva (BUGALHÃO, 2009, p.381).

Deve-se ainda assinalar as obras “*Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*” (TORRES; MACIAS, 1998a) e “*O Legado Islâmico em Portugal*” (TORRES; MACIAS, 1998b), que resumem todos os pontos importantes da investigação até aí realizada. Relativamente à cerâmica destacam-se os capítulos “*A cerâmica no Gharb al-Ándalus*” (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998) e “*Artes e Objetos de Quotidiano – As artes do fogo*” (TORRES; MACIAS, 1998b), onde são elaboradas sínteses relativamente às principais características das loiças encontradas nos sítios arqueológicos do Gharb.

Foram também elaboradas dissertações de doutoramento que em muito contribuíram para o estudo das cerâmicas islâmicas encontradas em diversas regiões do país. A tese de doutoramento de Rosa Varela Gomes foi dividida e publicada nos *Trabalhos de Arqueologia* (GOMES, 2002; GOMES, 2003b; GOMES, 2006), sendo essencial para o conhecimento das cerâmicas de Silves. A publicação “*Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*” (GOMES, 2003b) é especialmente importante, pois encontra-se estruturada consoante os variados períodos da época islâmica, permitindo evidenciar mais facilmente as diferenças técnicas ou decorações, consoante cada um deles.

Outras dissertações de doutoramento de igual importância são da autoria das seguintes autoras: Susana Gómez Martínez (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2004), que aborda detalhadamente as tipologias e decorações das cerâmicas encontradas em Mértola; Helena Catarino (CATARINO, 1997), que desenvolve um extenso estudo sobre a ocupação islâmica no Algarve Oriental, analisando o espólio da fase omíada à almóada pormenorizadamente, tanto estratigraficamente como morfologicamente; e Isabel Cristina Fernandes (FERNANDES, 2004), que estuda as cerâmicas provenientes do Castelo de Palmela, separando-as por períodos e analisando os seus revestimentos e decorações, inclusive através de análises químicas feitas às pastas.

Existem também dissertações de mestrado sobre os conjuntos cerâmicos de Mértola (TORRES, 2004; HENRY, 2012 apud INÁCIO *et al.*, 2015, p.23), Santarém (SILVA, 2008a; apud INÁCIO *et al.*, 2015, p.22; SILVA, 2011; LIBERATO, 2012), Silves (SIMÃO, 2008 apud INÁCIO *et al.*, 2015, p.22), Portela (FERREIRA, 2009), Tavira (CAVACO, 2011), Évora (FILIPE, 2012; SANTOS, 2015), Viseu (RODRIGUES, 2012 apud INÁCIO *et al.*, 2015, p.22), Beja (CASMARRINHA, 2013), Palmela (ARAÚJO, 2014) e Lisboa (MACHADO, 2016; RODRIGUES, 2018; MIRA, 2018).

Foram publicadas monografias sobre as coleções islâmicas de Tavira (CAVACO; COVANEIRO, 2012) e Mértola (TORRES; MACIAS, 2002; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014) acompanhadas dos respetivos catálogos. Estas monografias contêm, para além de uma boa visualização das peças, o seu estudo a nível cronológico, formal e tecnológico.

Nas atas do seminário “Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII), publicadas em 2005, foram divulgados importantes artigos sobre a cultura material encontrada na cidade de Lisboa e nas suas proximidades, de entre os quais se

destacam os seguintes: “*Cerâmicas medievais de Lisboa - continuidades e rupturas*” (GOMES *et al.*, 2005), onde é comparada a evolução das formas cerâmicas no período islâmico; “*Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico*” (BUGALHÃO; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2005), onde é efetuada uma análise macroscópica às pastas de algumas cerâmicas recolhidas no NARC, consoante cada técnica decorativa; por fim, o artigo “*Palmela no período da reconquista*”(FERNANDES, 2005), onde são analisadas as mudanças formais das cerâmicas encontradas no período de transição (2ª metade do século XII-1ª metade do século XIII).

Nos Encontros de Arqueologia do Algarve, publicados na revista *Xelb*, os conteúdos islâmicos tiveram uma grande representação, principalmente no 6º encontro, denominado “*O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*” (GONÇALVES, 2009; INÁCIO *et al.*, 2015, p.19). Foi também nas atas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve que foi publicado um artigo no qual o projeto CIGA (Cerâmica islâmica do Gharb al- Ândalus) fez uma proposta tipológica para as cerâmicas islâmicas de maneira a promover a sua sistematização (BUGALHÃO *et al.*, 2010). Este projeto promoveu grandes estudos de conjunto relativamente às cerâmicas islâmicas, com destaque para o encontro “*O Gharb Al-Ândalus. Problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica*” (2012), cujas atas foram publicadas na revista *Arqueologia Medieval* nº12.

Ainda no mesmo ano, o grupo CIGA apresenta outros dois importantes artigos no X Congresso Internacional sobre a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves, 2012): o artigo “*A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica*”, onde é feita uma síntese das cerâmicas encontradas nos territórios de Coimbra, Santarém, Lisboa, Alcácer, Évora, Beja e Ossonoba, consoante os diferentes períodos islâmicos (GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2012); e o artigo intitulado “*O comércio da corda seca no Gharb Al-Andalus*”, onde são apresentadas as diferenças e dispersão territorial da corda seca parcial e corda seca total da época das taifas até ao período almóada (FERNANDES *et al.*, 2012). Neste encontro, (X Congresso Internacional sobre a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo) mais de metade das comunicações foram a respeito das cerâmicas islâmicas, no entanto em poucos casos ultrapassava a análise crono-tipológica (INÁCIO *et al.*, 2015, p.26/27).

Nos Congressos de Arqueologia Peninsular e Encontros de Arqueologia do Sudoeste Peninsular a cerâmica islâmica surge pouco representada (INÁCIO *et al.*, 2015,

p.219). Destaca-se o VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, onde foi publicado pelo grupo CIGA um ensaio de abordagem crono-tipológica para as formas abertas de cozinha e mesa, no entanto este estudo deixa de fora as questões ligadas aos aspetos técnicos e tecnológicos, a sua dispersão territorial, as valorizações quantitativas, os possíveis centros produtores e a sua distribuição e consumo. Pelo lado positivo, são utilizados exemplares bem datados e com contexto estratigráfico (GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1026). Este ensaio contempla as seguintes formas: caçoila, tigelas (não vidradas e vidradas), taça, terrina e prato.

No VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular foram publicadas as restantes formas abertas: alguidares, tripodes/tetrapodes, pias de abluções e tinhas, vasos e outras formas (COELHO *et al.*, 2014). Mais recentemente foi divulgado pelo grupo CIGA, um artigo com o estudo da evolução formal de algumas das formas fechadas de serviço de mesa (jarrinhas e bilhas) (GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2019). Estes artigos são bastante relevantes para a compreensão e análise da evolução das formas consoante a sua cronologia.

Ao longo dos anos também têm sido realizadas publicações referentes a cerâmicas islâmicas em diversas revistas, entre as quais, o Arqueólogo Português (CATARINO, 1995; KEMNITZ, 1993-94; CAVACO *et al.*, 2013), Revista Portuguesa de Arqueologia (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004; BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2007; CALADO; LEITÃO, 2005; VIEGAS; ARRUDA, 1999), Setúbal Arqueológica (DUARTE, 2018), Anais de Almada (RAIMUNDO; DIAS, 2012-2013), Revista Medievalista (INÁCIO *et al.*, 2015), Al-Madan (MATOS, 1994a), VIPASCA: Arqueologia e História (MARTINS; RAMOS, 1992; GONÇALVES; PIRES; MENDONÇA, 2007), Estudos Arqueológicos de Oeiras (FERNANDES; CARDOSO, 2009), revista Património e Estudos (GOMES *et al.*, 2003), XELB: revista de arqueologia, arte, etnologia e história (GOMES, 1988; BUGALHÃO, 2009; BUGALHÃO *et al.*, 2010; GONÇALVES, 2009; GONÇALVES; PIRES; MENDONÇA, 2009).

As fontes históricas documentais úteis para a “análise” da cidade de Lisboa em época islâmica são escassas.

Dos estudos sobre autores árabes que se referiram ao atual território português destacam-se os textos presentes no livro *Portugal na Espanha Árabe* (vol.I), relatados pelo mouro Ahmed Arrazí, para os séculos XI-XII, por um autor desconhecido, dos

princípios do século XII, pelo geógrafo Edrici, e dos princípios do século XIII, também por autor desconhecido (COELHO, 1972/1975) e os relatos latinos dos cruzados Arnulfo e Randulfo ou R[aol] (OLIVEIRA, 1936; OLIVEIRA, 1938; GONÇALVES, 2011; SILVA, 2017). O cruzado R[aol] para além de fazer uma boa descrição do que vê na cidade de Lisboa, descreve o arrabalde ocidental, correspondente ao sítio da Praça da Figueira. Cumpre destacar o trabalho de Adel Sidarus e de António Rei (SIDARUS; REI, 2001), que traduzem para o português as escrituras feitas por geógrafos árabes sobre a cidade islâmica de Lisboa e respetiva área envolvente. O trabalho tem como bases de estudo oito fontes andaluzas e originais, e escrituras de oito autores orientais e compilações. Estas são as principais fontes históricas para a análise da cidade islâmica, uma vez que são documentos da época que ajudam a compreender como se encontrava estruturada a cidade.

Em termos de análise do período islâmico no território português, existem variadas sínteses publicadas em obras de História de Portugal (PERES, 1928; SERRÃO, 1971; MARQUES, 1980; ARAÚJO, 1983; MATTOSO, 1992; SERRÃO, MARQUES, 1993; MEDINA, 1998; PICARD, 2000; ALMEIDA, 2003; HERCULANO, 2007).

Relativamente aos estudos feitos sobre a história e urbanismo de Lisboa islâmica, é importante referir a obra *O Livro de Lisboa* (MOITA, 1994), que representa uma síntese definida por uma periodização consistente, os conhecimentos históricos, artísticos e patrimoniais reunidos ao longo de séculos sobre a cidade. Do mesmo modo cumpre distinguir a tese de doutoramento *Lisboa Medieval: A Organização e a Estrutura do Espaço Urbano*, (SILVA, 2008b) e a tese de mestrado *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa: séculos IX-XIV* (GONÇALVES, 2011).

Nas referidas dissertações os autores desenvolvem os fundamentos do urbanismo medieval, tais como ruas e vias, os seus sistemas de abastecimento de água, os cemitérios, a organização administrativa e económica e o seu comércio. E com maior relevância para o tema, deverá assinalar-se a dissertação de doutoramento de Manuel Fialho Silva (SILVA, 2017b), porventura o texto mais atual acerca da urbanização da cidade de Lisboa entre o período dos reinos de Taifas e o final do reinado de D. Dinis. O autor divide a sua dissertação em diferentes espaços: Almedina, Alcáçova e arrabaldes (Ocidental, Oriental e dos Mouros), detalhando a sua evolução, através de fontes documentais, arqueológicas,

cartográficas, iconográficas, e o parcelário atual, em conjunto, de modo a serem obtidas imagens coerentes de como seria a cidade na altura.

Existem poucas referências bibliográficas que digam respeito à fase islâmica na Praça da Figueira. O artigo “*O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)*” (SILVA; GOMES; GOMES, 2011) dá a conhecer as campanhas arqueológicas que foram feitas no local, sendo apresentado um breve contexto histórico da zona, uma síntese sobre as casas e arruamentos presentes no bairro islâmico e um pequeno “apanhado geral” sobre o espólio encontrado. Foi feita ainda uma outra publicação denominada “*Urbanismo islâmico da Praça da Figueira*” (SILVA, 2012a), que contém informações adicionais sobre os achados da escavação.

Mais recentemente foi lançada uma dissertação de mestrado sobre a unidade habitacional P/Q -9/11 (MIRA, 2018), que consiste no único trabalho académico, até à data, lançado sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira.

3. Caracterização da instituição: Criação e função do Centro de Arqueologia de Lisboa

Entre meados do século XX e inícios do século XXI, havia na cidade de Lisboa um elevado número de obras realizadas em comparação à arqueologia efetuada. Apenas as equipas ligadas ao Estado (Administração central e Autarquia) atuavam em intervenções arqueológicas (GASPAR; GOMES; SEQUEIRA; SILVA, 2000, p.59; CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.54/55). Estas equipas não se encontravam devidamente estruturadas, havendo um número diminuto de intervenções realizadas e uma confusa atuação das equipas. Não havia um plano estratégico de estudo da cidade como objeto (SILVA, 2000, p.238; CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.55). A arqueologia realizada na cidade era tida como uma prática arqueológica em meio urbano e não como uma prática de arqueologia urbana (GASPAR; GOMES; SEQUEIRA; SILVA, 2000, p.63).

Apenas nos anos 90 as intervenções realizadas na cidade de Lisboa começam a perder o seu carácter pontual (BUGALHÃO, 2008, p.219). A partir de 1995, o papel dos serviços da Administração Pública Central diminui drasticamente, em paralelo com um crescimento, seguido de estabilização, do número de intervenções arqueológicas elaboradas pelos serviços municipais de Arqueologia (BUGALHÃO, 2008, p.226). No entanto, as intervenções arqueológicas continuavam a ser realizadas sobretudo em contextos de emergência ou de prevenção de obras (GASPAR; GOMES; SEQUEIRA; SILVA, 2000, p.63).

A inclusão de um normativo de proteção do património arqueológico no Plano Diretor Municipal, em 1994, terá sido fundamental no desenvolvimento da arqueologia na cidade (GASPAR; GOMES; SEQUEIRA; SILVA, 2000, p.59; CAESSA, MARQUES; SILVA, 2018, p.55). A sua importância deveu-se, inicialmente, sobretudo, ao acréscimo do número de intervenções de carácter preventivo face às de emergência. Embora a sua aplicação pelas entidades interventoras fosse discutível, o mesmo funcionou como um importante instrumento legal a ser utilizado aquando a paragem e embargo de obras, devido ao aparecimento de vestígios arqueológicos (GASPAR; GOMES; SEQUEIRA; SILVA, 2000, p.59). Mais tarde, em 2012 deu-se a revisão do PDM de 1994, tendo sido definidos três níveis de sensibilidade arqueológica (CAESSA, MARQUES; SILVA, 2018, p.61).

Este compromisso legal levou a um grande aumento da informação e do espólio arqueológico recolhido. A arqueologia foi deixando de ser uma disciplina da História, para passar a ter competências e responsabilidades na gestão da cidade. Com a criação do Instituto Português de Arqueologia, em 1997, dá-se a autonomização da disciplina a nível governamental, tendo a administração central passado a assumir a partir de então um papel essencialmente regulador, afastando-se das intervenções realizadas em Lisboa, à exceção daquelas que foram realizadas no Claustro da Sé Catedral, no Castelo de São Jorge e nos Armazéns Sommer (CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.55).

Com a criação das empresas de arqueologia e também da ação dos profissionais liberais, principais responsáveis pelas intervenções arqueológicas realizadas na atualidade, a arqueologia urbana sofreu uma grande transformação (CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.55). A partir de 2001, o número de intervenções realizadas por empresas de Arqueologia, tornaram-se predominantes (BUGALHÃO, 2008, p.226). Passou a haver uma maior capacidade de solicitar meios humanos para a atividade arqueológica e também um novo dinamismo. As empresas, utilizando a legislação empregue no PDM de 1994 e de 2012, conseguiram alterar por completo o cenário da arqueologia portuguesa (CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.55).

Desde o início do século XX que cerca de 20% dos arqueólogos encarregados de intervenções arqueológicas em Portugal dirigem escavações na cidade de Lisboa (BUGALHÃO, 2017, p.468).

Deu-se também a inauguração de vários espaços com forte componente arqueológica expositiva, passando a haver informação sobre a atividade exibida, tanto em edifícios públicos como privados (CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.55).

Como aspetos negativos temos: aumento de trabalhadores não especializados em atuação; utilização de diversas metodologias, o que torna difícil os estudos de conjunto; dispersão da documentação e dos materiais arqueológicos, tendo-se, deste modo, dispersado o conhecimento da cidade como “conjunto”. A arqueologia da cidade tornou-se mais complexa, pois passou a haver estudos de investigação e divulgação elaborados pelos mais diversos intervenientes, crescendo, como já referido, a um aumento da atividade e do espólio recolhido das intervenções (CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.55/56). Verifica-se, desde então, uma clara discrepância entre o número de intervenções

realizadas e a vertente de investigação e publicação dos materiais achados (BUGALHÃO, 2017, p.469).

É precisamente neste quadro que surge o Centro de Arqueologia de Lisboa, criado em 2004, pelo Museu da Cidade e Departamento de Património Cultural, em resposta ao elevado aumento da atividade arqueológica, que se deu entre os finais dos anos 90 e inícios da década de 2000 (CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.56).

Este novo centro de recursos foi aberto em 2013, após a extinção do serviço de arqueologia do Museu da Cidade, que desde os anos 90 havia assumido a condução das intervenções arqueológicas em obras municipais e o apoio às solicitações de variados projetos urbanísticos ². Desde então, tenta suprimir as dificuldades impostas pela nova realidade arqueológica que a cidade enfrenta (CAESSA; MARQUES; SILVA, 2018, p.56). O seu objetivo primordial é impulsionar a arqueologia na cidade de Lisboa, a sua valorização e difusão. Afigura-se como um equipamento cultural unificador da gestão da informação arqueológica e espaço de investigação multidisciplinar e de divulgação ³.

Atualmente, o Centro de Arqueologia de Lisboa dispõe das seguintes instalações: a sede, que se situa na Avenida da Índia, e dois espaços de reserva - um situado em Pedrouços e outro no Bairro do Rego, onde são depositados os espólios exumados das intervenções arqueológicas ⁴.

² <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/centro-de-arqueologia-de-lisboa> - consultado dia 18/12/19

³ <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/centro-de-arqueologia-de-lisboa> - consultado dia 18/12/19

⁴ <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/centro-de-arqueologia-de-lisboa> - consultado dia 18/12/19

4. Tarefas e metodologias

No decorrer do estágio curricular efetuado no Depósito do Rego foram realizadas várias tarefas, desenvolvidas ao longo de 800 horas.

A primeira tarefa realizada foi a lavagem de diversos fragmentos de diferentes cronologias (romano, medieval islâmico, medieval cristão e moderno) (anexo I, figura 1, p.2). Para a realização desta tarefa foi necessária uma escova para remover a sujidade, com recurso pontual a hexametáfosfato de sódio e ulterior remoção mecânica. Esta tarefa decorreu entre os dias 1 e 19 de outubro, totalizando ao todo três semanas, ou seja, 105 horas.

De seguida foi feita uma organização do espólio cerâmico medieval islâmico, proveniente da escavação arqueológica realizada na Praça da Figueira em 1999/2001, e num segundo momento, elaborada uma base de dados numa tabela de Excel, com o material organizado e descrito.

Inicialmente os sacos que continham o espólio foram ordenados por quadrículas (através de ordem alfabética) e por unidades estratigráficas (através de ordem alfanumérica) (anexo I, figuras 2 e 3, p.2/3).

O facto de a escavação arqueológica decorrida na Praça da Figueira ter sido realizada entre 1999 e 2001 (há quase duas décadas) vem condicionar o estado atual dos fragmentos cerâmicos recolhidos. Foi verificada a rutura de alguns sacos de plástico em que se encontravam os materiais, que foram substituídos por outros, em melhor estado, de modo a que o espólio não ficasse misturado com diferentes contextos ou mesmo “perdido” nos contentores, ou seja, sem se saber a quadrícula e unidade estratigráfica correspondente.

Após organização do espólio foi elaborada a base de dados em *Excel*, que contemplou as seguintes categorias: quadrícula, unidade estratigráfica, número de saco, número de contentor, data, ambiente, observações e grupo cerâmico (cerâmica fosca, cerâmica vidrada e corda seca) (anexo I, tabela 1, p.4).

A base de dados realizada permite efetuar, com facilidade, a pesquisa das quadrículas e das unidades estratigráficas correspondentes, simplificando, deste modo, a pesquisa dos contextos. Os ambientes apresentados na tabela, que constam das referências da recolha, equivalem a zonas definidas no decorrer da intervenção arqueológica

realizada na Praça da Figueira. Estas zonas abarcam várias quadrículas que definem áreas funcionalmente afins ou compartimentos partilhados por distintos setores.

Nas observações foi colocada informação adicional pertinente, que facilite a identificação do conteúdo de cada contexto. Em certos casos, foram adicionados nesta categoria os seguintes dados: proveniência da área de escavação do espólio; existência de sedimento ou fauna para além do conteúdo cerâmico; características e cor das unidades estratigráficas deposicionais; existência de materiais de outras épocas; recurso a máquina; morfologia das peças; número de fragmentos (quando reduzido); cotas absolutas; cortes; falta de limpeza. Foi também feita uma identificação do grupo(s) cerâmico(s) corresponde(s) (cerâmica fosca, cerâmica vidrada ou corda seca, total ou parcial) consoante cada saco de materiais.

Após a organização dos sacos, o espólio foi colocado nos contentores pela ordem em que se encontra na tabela de *Excel* realizada, de modo a que as quadrículas e as unidades estratigráficas correspondentes estejam reunidas e organizadas de forma sequencial. Assim, quando for necessária a consulta do material cerâmico será mais fácil a sua identificação e localização.

O material cerâmico ficou distribuído por 446 sacos. Para o seu armazenamento foram utilizados 57 contentores que foram ordenados paralelamente uns aos outros, agrupando todo o espólio islâmico lavado⁵ até à data⁶.

As duas tarefas foram realizadas de 22 a 9 de dezembro, contabilizando um total de 105 horas. A organização dos sacos foi feita de 22 a 26 de outubro, registando um total de 35 horas de estágio. A elaboração da tabela foi realizada de 29 a 9 de novembro, contabilizando um total de 70 horas (anexo I, tabela 2, p.36).

A realização das tarefas mencionadas permitirá que futuros investigadores interessados em estudar o espólio cerâmico islâmico proveniente da Praça da Figueira, tenham um mais fácil acesso e manuseamento dos contextos em que demonstrem

⁵ Alguns sacos presentes nos contentores encontram-se com bastante sujidade, sendo notória a falta de limpeza, apesar de não se encontrarem no conjunto de sacos ainda não sujeitos a lavagem. Nos sacos em que era visível a falta de limpeza, foi colocada uma nota nas observações, na tabela realizada (anexo I, tabela 1, p.4).

⁶ Como referido, existe espólio recolhido na intervenção da Praça da Figueira que se encontra, atualmente, sem ter sido sujeito a uma limpeza. O espólio que ainda necessita de lavagem abrange diversos horizontes cronológicos que foram encontrados na Praça da Figueira (romano, medieval islâmico, medieval cristão e moderno). No entanto, esta tarefa deverá ser concluída dentro de pouco tempo, pelos alunos que integram a licenciatura de arqueologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa.

interesse e contribui, cumulativamente, para uma melhor gestão da coleção. Deste modo concluiu-se um dos objetivos propostos inicialmente no plano de trabalhos a realizar: o tratamento do material cerâmico, de modo a proporcionar condições para o seu estudo ulterior.

Após a conclusão da segunda tarefa, foi selecionado o contexto arqueológico a ser estudado. Foram escolhidas as quadrículas S/T 7-8 (correspondentes à via F e estruturas adjacentes) (anexo II, figura 9, p.45), de onde foram selecionadas as unidades estratigráficas integráveis na época medieval islâmica.

Os fragmentos cerâmicos foram retirados dos sacos para ser realizada a sua contagem e inventário. A seguinte tarefa a ser efetuada consistiu na identificação de colagens, para ser considerado apenas um número para cada tipo de peça, facilitando deste modo a contagem. De seguida, procedeu-se à colocação de paralóide nos diversos fragmentos para ser efetuada a sua marcação alfanumérica. Estas três tarefas levaram ao todo 5 semanas, contabilizando 175 horas.

Posteriormente, foi feito um inventário detalhado, realizado numa tabela de *Excel*⁷, contabilizando-se ao todo 1090 fragmentos inventariados. As categorias abrangidas pelo inventário foram as seguintes: quadrícula; unidade estratigráfica; data da recolha; número de inventário; tipo de cerâmica (fosca, vidrada ou corda seca); porção (bordo, asa, fundo ou parede); forma funcional; elementos decorativos e acabamentos; combinações cromáticas⁸ (monocromático, bicromático ou policromático); tonalidades; cozedura (oxidante, redutora, oxidante/redutora ou redutora/oxidante); proveniência (local/regional ou importação); medidas (diâmetro de bordos e fundos; espessura de asas); fabricos; colagens (se tem colagem com outro fragmento) e observações (existência de queimadura).

Os fragmentos de parede que não apresentavam qualquer tipo de decoração ou acabamento não foram inseridos na ficha de inventário, tendo sido apenas contabilizados. A realização do inventário teve a duração de quatro semanas, perfazendo um total 140 horas de estágio.

⁷ A informação presente na tabela de *Excel*, que serviu como base de dados para o estudo dos materiais, foi mais tarde organizada e distribuída pelos gráficos e tabelas realizadas.

⁸ Categoria utilizada apenas para a cerâmica com superfícies vidradas.

Após a conclusão do inventário foram desenhados os fragmentos mais bem conservados das diversas formas de loiça, dando-se primazia aos bordos para a atribuição de tipologias e às paredes com decoração relevante (como é o caso das peças com pintura, verde e manganês e corda seca). Os desenhos foram realizados com recurso a craveira e pente de perfil. Ao todo esta tarefa contabilizou três semanas, 105 horas. Mais tarde, os desenhos foram vetorizados no programa *Corel Draw X12* e reduzidos a metade do tamanho real, à exceção dos alguidares, que devido às elevadas dimensões, tiveram de ser reduzidos três vezes em relação ao seu tamanho real.

A numeração atribuída a cada desenho está relacionada com o saco onde o fragmento se encontrava. Abaixo podemos verificar a correspondência de cada saco à respetiva UE.

Fases	UE	Sacos
1ª fase	[2219]	1361, 1554, 1646, 7183, 1533, 1543, 1355, 1362, 10004 e 7185
1ª fase	[2090]	1175
2ª fase	[2104]	1655
3ª fase	Materiais acima da UE [2104]	1563 e 1649
4ª fase	[2212]	1637
4ª fase	[2238]	1357
5ª fase	[2001]	1374, 1516, 1247, 1192, 1237, 1270 e 1266 ⁹
5ª fase	[2180]	1196
5ª fase	[2108]	1258, 1214, 1189 e 1255

De seguida, foi feita a vectorização da planta da via F e estruturas adjacentes no programa *Corel Draw X12*. Foram delineados os muros e pedras presentes no contexto estudado, de modo a facilitar a compreensão das diferentes conjunturas. Esta tarefa contabilizou um total de 105 horas, perfazendo três semanas de estágio (anexo II, figura 4 e 5, p.41/42).

A última tarefa realizada no âmbito do estágio consistiu na caracterização e separação dos diferentes fabricos das cerâmicas que, apesar de ter totalizado apenas duas

⁹ Saco que se encontrava atribuído à quadricula T/U-7 por engano, proveniente da via F.

semanas de estágio, ou seja, 70 horas, revelou-se mais morosa, tendo levado mais semanas até à sua conclusão, já após o término do estágio.

Após a conclusão das 800 horas estabelecidas para o estágio curricular, faltavam ainda concluir variadas tarefas como a tiragem e recorte de fotografias, vectorização dos desenhos a computador, contabilização do número mínimo de indivíduos (NMI) e o estabelecimento de tipologias. Para além das diversas tarefas práticas realizadas, foram também efetuadas muitas outras de carácter mais teórico, relacionadas com a redação do relatório final. Foram procurados paralelos para as peças presentes no conjunto, realizada uma análise do contexto histórico da cidade em época islâmica, analisada a estratigrafia e feitas diversas análises estatísticas através de gráficos, que nos levaram o restante tempo até a apresentação final do relatório.

5. Lisboa islâmica. Contexto histórico

A conquista das terras que viriam a ser portuguesas desenvolveu-se em várias fases. O exército de Musa b. Nusayr¹⁰ entrou pelo Algarve; conquistou Ossónoba¹¹ prosseguindo para norte, submetendo Beja (SERRÃO; MARQUES, 1993, p.121). As tropas de Abd al-Aziz avançam de novo até Beja, seguindo-se-lhe Évora, Santarém e Lisboa (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 121/122).

O período emiral, iniciado por Musa b. Nusayr e Abd al-Aziz e continuado por mais vinte e um governadores, acaba marcado por sucessivas conquistas e, de forma menos expressiva, pelas consequentes tentativas de consolidação do poder¹² (MEDINA, 1998, p. 52/92).

Lisboa é conquistada por volta de 714, ao que tudo indica por capitulação¹³ (MEDINA, 1998, p. 50; PICARD, 1998, p.25); segue-se a sua defesa.

Em 756, o único sobrevivente dos Omeias¹⁴, que havia fugido ao massacre dos seus parentes e desembarcado em Almuñécar no ano anterior, intitula-se emir e toma o título de Abd ar-Rahman I (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 124; MATTOSO, 1992, p. 420), tornando a Península um Estado independente e rival do Califado abássida de Bagdad¹⁵ (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 124). Em 809, sob ação de al- Hakam I, as regiões passaram a estar sob o controle efetivo dos muçulmanos, com a presença de um ‘*amīl*, representante do poder, nas principais cidades (PICARD, 1998, p.26/28).

Durante o século IX registam-se rebeliões contra o poder. Em 808-809, Hazim ibn Wahb revolta-se em Lisboa (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 124; MEDINA, 1998, p. 54); seguem-se os Normandos, com expedições a partir de 844 (SERRÃO; MARQUES,

¹⁰ Musa b. Nusayr, nomeado emir da África pelo califa de Damasco em 702, desempenha um papel importante na conversão dos berberes, que seguiam diversas religiões, entre as quais o cristianismo e o judaísmo, ao islamismo (HERCULANO, 2007, p. 91).

¹¹ Aponta-se como localização mais provável a cidade de Faro (SERRÃO, 1971, p. 252).

¹² Assinala-se que durante a primeira metade do século VIII não terá havido uma grande preocupação em assegurar administrativamente o território conquistado (MEDINA, 1998, p. 53).

¹³ “*Os territórios que se submeteram por capitulação são os do Norte (entre os rios Tejo e Douro), onde os cristãos conservaram a propriedade das terras e arvoredo, mas não o dos outros bens. Alguns sábios antigos dizem, falando de Espanha, que a maior parte dela se submeteu por capitulação, excepto alguns lugares bem conhecidos, porque, depois da derrota de Rodrigo, capitularam todas as cidades. Daqui que os cristãos que as habitavam continuaram possuindo as suas terras e demais propriedades com direito a vendê-las*” (COELHO, 2008, p. 99).

¹⁴ O império Omíada sucumbe em 750 às mãos dos Abássidas (dinastia reinante em Bagdad) (MEDINA, 1998, p. 53).

¹⁵ No ano de 456 começam uma série de revoltas que tiveram como mentor o chefe yahsubi al-Ala b. Mughit, que proclama a soberania do califa abássida (MATTOSO, 1992, p. 420).

1993, p. 124; MEDINA, 1998, p. 54)¹⁶; e, em 889-890, uma rebelião em Lisboa, chefiada por Ibn ‘Awsaji (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 124).

Mais tarde, por volta de 930, é possível ao emir de Córdoba Abd ar-Rahman III, já então proclamado califa¹⁷, neutralizar as autonomias regionais e exercer um poder efetivo sobre um território que sempre se mostrou avesso a qualquer forma de domínio externo (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 127; MATTOSO, 1992, p. 423)¹⁸.

O califado Omíada começa pouco a pouco a perder legitimidade com a morte de al-Mansur b. Abi Amir, em 1002, e em particular cerca de uma década mais tarde, com o assassinato de Hisham II (GONÇALVES, 2011, p. 53; SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 130; MATTOSO, 1992, p. 423; MEDINA, 1998, p. 56).

Fragmenta-se o antigo território califal em múltiplos reinos de taifas, pequenos estados politicamente independentes entre si¹⁹ (MATTOSO, 1992, p. 424; SILVA, 2017b, p. 176; SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 130; MARQUES, 1980, p. 55). Lisboa é inserida na taifa de Badajoz e acaba governada por Sabur al-Amiri (SILVA, 2017b, p. 176). Sucede-lhe, após a sua morte, em 1022, Ibn al-Aftas, que toma o poder e obriga os filhos de Sabur al-Amiri, ‘Abd al-‘Aziz e Abd al-Malik, a fugir para Lisboa (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 132/133; SILVA, 2017b, p. 176; MATTOSO, 1992, p. 424).

Abd al-Malik governa temporariamente a cidade de Lisboa. Os próprios habitantes encarregam-se de negociar com Ibn al-Aftas a entrega da cidade (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 133).

Durante as décadas de 1030 e 1040, Lisboa torna-se num centro de constantes afrontas às atividades expansionistas da dinastia abádida, sediada em Sevilha, que toma

¹⁶ A primeira incursão tem lugar em agosto de 844, no rio Tejo, com o ataque a Lisboa. Wahb Allah ibn Hazm, *wali* local, resiste durante dez dias, obrigando os vikings a sair do Tejo (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 125). Em 857 terá chegado uma outra expedição de normandos, travando-se combates navais de cujos detalhes nada se conhece (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 125).

¹⁷ Abd ar-Rahman III é proclamado califa em 929 (MEDINA, 1998, p. 55).

¹⁸ Os vários feudos são submetidos e obrigados a acatar a autoridade do califa, pagando-lhe os correspondentes impostos (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 129). Em alguns casos, Córdoba mantém em funções os senhores locais, convertendo-os em representantes diretos seus. Em muito outros, prefere nomear governadores temporários (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 129).

¹⁹ “Entre si, aliás, os reinos de taifa guerreavam-se e conquistavam-se uns aos outros com frequência, almejando em última análise a reconstituição da unidade perdida. Note-se que, embora os monarcas taifas procurassem imitar, tanto quanto possível, a imagem do califa e do califado, jamais se intitularam califas ou sequer reis. Limitaram-se a tomar o título de *hajib*, que não significara outrora mais do que «intendente do palácio» e que, de certa maneira, continuava a significar aquilo que eles eram e se sentiam: representantes do califa no seu território” (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 130).

Lisboa em 1039 (MATTOSO, 1992, p. 425; GONÇALVES, 2011, p. 54; MEDINA, 1998, p. 57).

Passadas as revoltas de 1045, Lisboa permanece durante cerca de cinco décadas inserida na esfera política de Badajoz (GONÇALVES, 2011, p. 54).

Mais tarde, o reino abádida, chefiado por al-Mutamid, é forçado a recorrer à ajuda do emir almorávida Yusuf b. Tasufin para combater os avanços cristãos (MATTOSO, 1992, p.426; MEDINA, 1998, p. 59). Em 1086, o exército almorávida inicia o desembarque no Andaluz, sob o comando de Yusuf, com o propósito de conquistar as diversas taifas (SERRÃO; MARQUES, 1993, p. 134; MATTOSO, 1992, p. 426).

A cidade de lisboa acaba tomada em 1111²⁰, pelas mãos do chefe almorávida Sir b. Abu Bakr (COELHO, 1994, p.84; LOURINHO, 2010, p.56; SILVA, 2017b, p.198).

Após a morte do emir Yusuf b. Tasufin em 1106, sucede-lhe o filho Ali b. Yusuf, e assiste-se ao enfraquecimento do poder almorávida e, simultaneamente, à progressiva estabilização dos reinos cristãos (MATTOSO, 1992, p. 427).

Em finais de outubro de 1147, a cidade de Lisboa é conquistada por Afonso Henriques, com o auxílio dos cruzados²¹ (ALMEIDA, 2003, p. 91).

Recuperado o poder cristão sobre Lisboa em 1147, a presença islâmica limitou-se a sul do Tejo com a presença dos Almóadas²².

²⁰ Alguns autores como José Mattoso e António Oliveira de Marques apontam a data de 1094 para a conquista de Lisboa pelo exercito almorávida (MATTOSO, 1992, pp. 426/427; MARQUES, 1980, p. 55), no entanto tal como referido por Manuel Fialho Silva: “...não há qualquer informação sobre uma tomada de Lisboa anterior à tomada de Santarém, nem na documentação árabe nem na cristã, apenas à referência a uma batalha perto de Lisboa no episódio da Historia Compostelana....Deste modo, a questão sobre a data da tomada de Lisboa pelos almorávidas deverá permanecer ainda em aberto, pois, se para 1094, não temos confirmação de qualquer fonte, para 1111, temos apenas a certeza de que Santarém foi tomada” (SILVA, 2017b, p.198).

²¹ Sobre as promessas feitas aos Cruzados: “Discutiram-se então fixaram-se as condições do acordo entre El-Rei e os cruzados: tomada a cidade, pertenceriam exclusivamente aos cruzados os bens dos vencidos, e bem assim o preço do resgate de vidas de cativos, ficando estes em poder de D. Afonso Henriques; se fossem os cruzados que tomassem a almedina, entregá-la-iam a D. Afonso Henriques só depois de a saquearem completamente; os prédios da cidade e as propriedades rústicas seriam repartidas, sob a inspecção de El-Rei, pelos cruzados que quisessem fixar residência em Portugal, gozando as suas liberdades, foros, usos e costumes dos respectivos países, contanto que reconhecessem a suprema autoridade política da Coroa; e tanto os cruzados que colaboravam naquela empresa, como os seus herdeiros e sucessores, gozariam da imunidade de portagens e peagens para os seus navios e mercadorias em todos os portos de Portugal” (ALMEIDA, 2003, p.90).

²² Dinastia berbere que destronou os Almorávidas e reinou no Norte de África e na Andaluzia de 1147 a 1269. Foi fundada pelo reformador Moamede ibn Tumart. Os Almóadas invadiram e dominaram o Sul da Península Ibérica, pondo em causa a segurança dos reinos cristãos. Derrotados em Espanha, na Batalha de

6. A Praça da Figueira. Intervenções arqueológicas

O local denominado por Praça da Figueira situa-se na “Baixa Pombalina”, tendo sido, em época de domínio islâmico, ponto de encontro do estuário da Baixa e das ribeiras que nele desaguavam: Ribeira de Valverde, atual Avenida da Liberdade; Ribeira de Arroios, atual Rua da Palma, e parte da Avenida Almirante Reis (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.18; MIRA, 2018, p.7).

6.1 Intervenção de 1960 a 1962

Este local teve a sua primeira campanha de escavações em 1960, devido à construção do metropolitano da cidade de Lisboa. Esta foi a primeira intervenção arqueológica realizada em Lisboa de carácter preventivo, o que lhe confere uma importância adicional (SILVA, 2005, p.7).

A intervenção realizada em 1960 ficou sob responsabilidade científica de Irisalva Moita. Nesta campanha foram exumadas estruturas do Hospital Real de Todos os Santos (XVI-XVIII), dos anexos do Convento de São Domingos e da antiga Ermida da Nossa Senhora do Amparo (SILVA, 2012b, p.388).

No ano seguinte foram detetados indícios funerários romanos, tendo-se contabilizado um total de catorze conjuntos. No entanto, apenas as três primeiras sepulturas foram devidamente localizadas no registo efetuado, o que, juntamente com a metodologia utilizada no decorrer da intervenção, levou a elevadas críticas dirigidas a Irisalva Moita por parte de Fernando Bandeira Ferreira, coordenador do salvamento no ano seguinte (SILVA, 2012b, p.389/390; BOLILA, 2011, p.31; MIRA, 2018, p.9).

A descoberta dos vestígios fúnebres romanos levaram à continuação da intervenção em 1962, sob a alçada da Junta Nacional da Educação, tendo desta vez a coordenação de Fernando Bandeira Ferreira, como já referido (SILVA, 2005, p.34), após a saída de Irisalva Moita, em fevereiro de 1962 (MOITA, 1967, p.83).

Nesta intervenção foi identificada, ainda sob supervisão de Irisalva Moita, a 23 de janeiro, uma lápide funerária, em calcário, datável do reinado de D. Dinis (1398). A lápide surgiu incorporada na alvenaria duns paredões exumados no sector NE da Praça da

Navas de Tolosa (1212), entraram em decadência na África do Norte entre 1229 e 1269, acabando por ser eliminados pelos Merínidas (OLIVEIRA, 1997, p.316).

Figueira (MOITA, 1967, p. 81/83). A sua publicação foi feita, posteriormente, por Irisalva Moita, na Revista Municipal de Lisboa, em 1967.

Sob coordenação de Fernando Bandeira Ferreira foram postos a descoberto vestígios de presença humana do Calcolítico e Idade do Bronze Final e foi feita a demarcação dos limites de um troço de uma via romana, que era acompanhada lateralmente pelas sepulturas identificadas por Irisalva Moita (SILVA, 2012b, p.387/391; MIRA, 2018, p.10).

As descobertas feitas por Fernando Bandeira Ferreira nunca chegaram a ser alvo de publicação, havendo apenas como fontes informativas, para além do relatório de escavação, um resumo síntese elaborado pelo responsável da escavação, numa comunicação realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa e um artigo realizado por Fernando Castelo Branco, no qual se apresenta uma planta síntese, onde estão representadas as estruturas romanas descobertas em 1962 e a sua integração na malha urbanística atual (SILVA, 2012b, p.390).

6.2. Intervenção de 1999 a 2001

A intervenção que ocorreu de 1999 a 2001 foi realizada na sequência de um plano municipal que implicava a construção de um parque subterrâneo para automóveis, devido à falta de estacionamento público na cidade. O Museu da Cidade foi a entidade que ficou responsável pela coordenação científica e arqueológica do projeto, sendo que já em 1960 tinha sido esta a instituição responsável pelas intervenções realizadas (SILVA, 2005, p.14).

O projeto foi aprovado pela tutela em 1990, no entanto a intervenção teve o seu começo apenas nove anos depois, com o assentimento do extinto Instituto Português de Arqueologia. Desde o início foi descartada a hipótese de conservação das estruturas *in situ*, sendo a principal prioridade o registo dos contextos do local para continuação do projeto urbano (SILVA, 2005, p.14; BARGÃO, 2015, p.13; MIRA, 2018, p.11).

A intervenção arqueológica realizada passou por três fases distintas. Na primeira fase, que foi realizada entre fevereiro e junho de 1999, efetuou-se a peritagem das sondagens geotécnicas do local. Na segunda fase, realizada entre setembro e dezembro do mesmo ano, foi colocada a estrutura definitiva de contenção do sítio. E por fim, a

execução da escavação arqueológica propriamente dita, que terminou a março de 2001 (SILVA, 2005, p.14/15; BOLILA, 2011, p.33; BARGÃO, 2015, p.13).

A escavação foi realizada tendo em conta os indícios arqueológicos abrangentes a três períodos cronológicos, dois deles já identificados em 1960/62: os vestígios funerários e da via de Época Romana, as ruínas do Hospital de Todos-os-Santos e por último, a ocupação medieval islâmica e da Baixa Idade Média, apenas descoberta no âmbito da campanha de 1999-2001 (SILVA, 2005, p.15; BARGÃO, 2015, p.13; MIRA, 2018, p.11/12).

O principal objetivo da intervenção consistia em proporcionar novos dados sobre o subsolo da Praça da Figueira, de modo a haver uma avaliação científica e patrimonial dos achados. Procurava-se preencher as lacunas informativas resultantes das intervenções anteriores. No entanto, este objetivo apenas foi cumprido para o horizonte cronológico de época moderna, neste caso, para o Hospital Real de Todos os Santos, devido a questões de segurança relacionadas com o edificado, que impossibilitaram a investigação simultânea dos restantes períodos cronológicos presentes no espaço, inclusive a ocupação islâmica (SILVA, 2012b, p.394). A intervenção teve que se acondicionar em sectores sucessivos nunca simultaneamente observados, o que vem condicionar claramente o seu estudo, sendo essenciais os registos efetuados no decorrer da intervenção arqueológica (SILVA; GOMES; GOMES, 2011, p.18).

A metodologia empregue na escavação foi, nas palavras do diretor científico da intervenção: *“uma fusão sendo que se privilegiou o método de “open-area” de Barker-Harris, lendo-se a estratigrafia em função dos distintos tipos de unidades deposicionais, construtivas e interfaciais, e procedendo-se à elaboração das associadas “matrizes de Harris”. Para além do princípio metodológico referido, estipulou-se também a utilização de uma malha quadriculada de 5x5 metros para a área intervencionada, definida pelos limites da obra”* (SILVA, 2012b, p. 393).

A área intervencionada desenvolveu-se num perímetro aproximado de 1400 m² de ocupação densa medindo cerca de 43 metros no sentido norte-sul e 46 metros na direção oeste-este. As estruturas islâmicas foram descobertas a cerca de 5 metros de profundidade do piso atual (SILVA, GOMES; GOMES, 2011, p.19).

A ocupação islâmica encontrava-se testemunhada, para além do enunciado bairro islâmico, por uma via retilínea que se desenvolvia ao longo de 18 metros reconhecidos,

medindo cerca de 4 metros de largura do tabuleiro. As cerâmicas exumadas da estrutura, remetem para uma datação de finais do século XI – 1ª metade do século XII (SILVA, 2012a, p.140/141; MIRA, 2018, p.23), cronologia contemporânea ao bairro islâmico identificado.

7. Sítio arqueológico

7.1 A via F

O contexto estudado consiste numa calçada construída como piso de uma rua ou *adarve* islâmico e colapsos de estruturas adjacentes. Encontra-se situado na via F (quadrículas S/T 7-8), entre as casas 11 e 12 (anexo II, figura 9, p. 45).

Devemos, antes de mais, referir que os termos *rua* (espaço público) e *adarve* (espaço semiprivado) não coincidem, não obstante acabem frequentemente confundidos (TORRES BALBÁS, 1947, p.186).

Em síntese, o *adarve* diz respeito a um percurso, mais ou menos longo, pelo interior dos quarteirões, ou seja, uma ou mais vias, cujo acesso pode ser fechado através de portões. As ditas vias pertencem aos proprietários das casas que dão serventia (TORRES BALBÁS, 1947, p.187; TRINDADE, 2009, p.63/64; SILVA, 2017b, p.53/54).

Os *adarves* costumavam ter portões que se abriam para ruas de trânsito livre, podendo estar abertos do outro lado para uma rua, curral ou fechada, ou seja, neste último caso, sem saída (TORRES BALBÁS, 1947, p.186).

Tratava-se de uma zona íntima e semiprivada, mais um corredor exterior do que um local de passeio ou negócio (MACIAS, 2006, p.373/375). Cada um dos vizinhos teria direito a uma secção que se estendia tanto quanto o seu direito de passagem, ou seja, do acesso de sua casa ao *adarve* (CASTILLO; PALAZÓN, 2001, p.114).

É resultado da iniciativa privada em propriedades particulares - não emerge com a fundação da cidade nem é consequência de qualquer determinação dos poderes municipais (TRINDADE, 2009, p.68). Devido à sua natureza particular, que o diferencia radicalmente da rua pública, pode ser total ou parcialmente incorporado na área construída de uma casa, se o proprietário decidir ou, no caso de copropriedade, se houver acordo legal entre as partes envolvidas (CASTILLO; PALAZÓN, 2001, p.114).

O *adarve*, tradicionalmente considerado uma das marcas da cidade islâmica, não é exclusivo do mundo árabe-islâmico, surgindo sempre que há um processo de saturação do tecido urbano (CASTILLO; PALAZÓN, 2001, p.113; PALAZÓN; CASTILLO, 2007, p.290).

Alguns autores consideram que os *adarves* surgem do desaparecimento de espaços vazios para construção de novas casas, sendo a única possibilidade, para aumentar o

número de habitações, subdividir as existentes. São criados para dar serventia a essas novas entradas que são geradas (PALAZÓN; CASTILLO, 2007, p.291).

Tendo em conta a planta da reconstituição do bairro islâmico da Praça da Figueira, não nos é possível saber se a via F permitia a entrada em qualquer uma das habitações, pois os muros das casas adjacentes encontram-se incompletos (anexo II, figura 9, p.45).

A via F não apresenta algumas das características típicas dos adarves: não seria delimitada por portões e não se tratava de uma via estreita. No entanto, as características apontadas não são essenciais para a qualificação da via F como rua, a distinção assenta sobretudo na natureza semiprivada do adarve, por contraposição à natureza pública da rua.

Deste modo, entendemos que os vestígios arqueológicos fornecidos pela intervenção realizada na Praça da Figueira são insuficientes, não nos sendo possível, com certeza, determinar a funcionalidade da via F, como rua (espaço público) ou adarve (espaço semiprivado).

Assim sendo, daqui em diante, o contexto analisado passa a ser designado como via F.

7.2 Contexto estratigráfico

A análise estratigráfica dos contextos estudados foi realizada através dos dados fornecidos pelo Prof. Doutor Rodrigo Banha da Silva, responsável científico da intervenção arqueológica da Praça da Figueira entre 1999 e 2001, por não existir, até à data, qualquer relatório final que tivesse por objeto a escavação efetuada.

A estratigrafia dos contextos abrange três etapas distintas: instalação do urbanismo (terraplanagens), dinâmicas de uso e abandono.

As cerâmicas estudadas provêm de oito unidades estratigráficas diferenciadas. Estas unidades correspondem a cinco fases distintas: 1ª fase (terraplanagens) correspondente ao estágio de preparação do terreno para construção, a que correspondem as UE [2219] e [2090]; 2ª fase, correspondente à etapa de construção, a que se encontra atribuída a UE [2104]; 3ª fase, período de uso, evidenciado pelos materiais presentes sobre a UE [2104]; 4ª fase, etapa de colapsos das estruturas (colmatação), equivalente à 1ª fase de abandono, a que estão associadas as UE [2212], [2238]; 5ª fase correspondente

à 2ª etapa de abandono, evidenciada pela sobreposição de acumulações e revolvimentos, constituída pelas UE [2001]; [2180] e [2108].

Dos contextos estudados, os mais recuados são as unidades [2090] e [2219], correspondentes, como já referido, às terraplanagens do terreno para instalação do urbanismo (1ª fase). Estas unidades correspondem a dois depósitos distintos²³.

Sobre estes depósitos foram construídos os muros do edificado, correspondentes às UE [2098a], [2072], [2099], [2094], [2210], [2208] e os pilares [2096] e [2093]. Segue-se a construção da calçada, que corresponde às unidades [2102=2103=2104=2105]. Estas unidades sobrepostas às terraplanagens, correspondem ao que designámos por 2ª fase (fase de urbanismo), correspondente à construção do bairro (anexo II, figura 5, p.42; anexo II, figura 6, p.43).

A 3ª fase corresponde a uma interface entre as terraplanagens e os níveis de abandono (de colmatação). Os materiais provenientes desta etapa foram exumados aquando da limpeza da calçada.

A 4ª fase, considerada como o primeiro estágio de abandono, equivale aos colapsos das estruturas (muros e pilares). A esta etapa corresponde a UE [2098b]; a UE [2212], localizada na rua a sul do empedrado; e a UE [2238], equivalente ao colapso do pilar [2093], situado entre a UE [2094] e a UE [2104], ou seja, entre o muro e o empedrado (anexo II, figura 5, p.42).

A segunda fase de abandono (5ª fase), corresponde ao período medieval cristão (2ª metade do século XII- 1ª metade do século XIII). Contém três unidades estratigráficas equivalentes a depósitos de colmatação e acumulação, UE [2001]²⁴; [2180]²⁵ e [2108]²⁶. Estas unidades sobrepõem-se aos colapsos das estruturas do edificado, ou seja, à primeira fase de colmatação.

A UE [2000], situada acima das UE [2001], [2180] e [2180], acomoda um depósito medianamente homogéneo, de tonalidade castanha, de matriz argilosa, com

²³ A UE [2090] corresponde a um depósito heterogéneo, castanho-esverdeado claro, de matriz arenosa, com inclusões de pontos de carvão, pedra de pequeno e médio porte e alguma macrofauna.

A UE [2219] corresponde a um depósito de tonalidade acinzentada, situado por baixo da calçada.

²⁴ A UE [2001] corresponde a um depósito com telha, pedra e sedimento castanho escuro.

²⁵ A UE [2180] corresponde a um depósito com presença de telha em abundância.

²⁶ A UE [2108] corresponde a um depósito com presença de escória.

inclusões de pequenos e médios módulos calcarenitos amarelados, fragmentos de telha curva e alguma macrofauna. Contém uma potência de 60-80cm.

As restantes unidades presentes na matriz de Harris (anexo II, figura 6, p.43) - UE [1160] e UE [1159] correspondem já ao período medieval cristão (séculos XIII-XIV), período cronológico não abordado no presente trabalho.

Importa referir que as unidades estratigráficas [2219], [2104], [2212] e [2180] continham “residualidades” inseridas cronologicamente nos séculos II e III. Ou seja, em todas as fases estão presentes este tipo de elementos mais antigos, no entanto, em número muito reduzido. Foram também identificadas algumas intrusões de época moderna, no conjunto de materiais islâmicos.

No conjunto de materiais medievais islâmicos foram verificadas colagens entre materiais provenientes de diferentes unidades e fases estratigráficas: UE [2001] com UE [2180], UE [2180] com UE [2219], UE [2180] com UE [2212] e UE [2001] com UE [2090].

Estas coligações, embora em reduzido número (5), vêm provar a existência de remeximentos nos solos. Estes estão associados à última fase de abandono, na qual foram constatados buracos no solo, provenientes de ações humanas posteriores. Um dos testemunhos materiais que melhor exemplifica estas ligações é a tigela vidrada com epígrafe (peça 1196-1;1543-1), cuja base provém da unidade [2219] (1ª fase: terraplanagens) e o bordo e restantes fragmentos de parede da unidade [2180] (5ª fase: abandono –sobreposição/revolvimentos).

Deste modo, podemos constatar que, nos materiais provenientes das camadas superiores às terraplanagens surgem algumas intrusões, ou seja, materiais de unidades anteriores, sendo apenas possível aferir uma segurança cronológica para os materiais encontrados na fase de terraplanagens e nos colapsos das estruturas adjacentes à calçada, que coligam apenas com materiais provenientes do nível superior.

8. As cerâmicas. Contabilização

A quantificação cerâmica foi realizada consoante cada unidade estratigráfica, de modo a ser feita a caracterização de cada contexto e também por faseamento estratigráfico. Foi realizada com base no modelo de restos (NR) e número mínimo de indivíduos (NMI) definido no *Protocole de quantification des céramiques* (ARCELIN; TUFFREAU-LIBRE, 1998). Importa mencionar que esta análise, tal como acontece em qualquer estudo arqueológico, poderá suportar alguma margem de erro, uma vez que são considerados maioritariamente fragmentos cerâmicos e raras peças de perfil completo.

No caso das tigelas e caçoilas, uma vez que a sua designação formal teve em conta a existência ou não de queimaduras, essa margem de erro poderá ser superior, pois embora os bordos possam não apresentar queimadura, o mesmo poderá não suceder com o seu fundo ou restante corpo da peça. A peça 1214-1 é testemunho deste facto, pois apesar de não apresentar qualquer queimadura visível na parte superior (anexo VI, p.98), o mesmo não sucede com a sua base, motivo pelo qual foi atribuído o termo de caçoila à peça. Também na distinção entre os fundos de panela e de caçoila, essa margem de erro poderá ser mais elevada, devido à existência de uma elevada quantidade de pequenos fragmentos de fundo, apesar de, em muitos casos, ter sido possível associar 1 ou mais fragmentos à mesma base.

Para a contagem do número mínimo de indivíduos foram considerados para além dos bordos e dos fundos, as asas, devido ao facto de nalguns casos, serem o único indicador de contagem para uma forma tipológica.

Desde modo, o número respetivo de asas pertencentes a cada forma tipológica foi a seguinte: Panelas (duas asas); Caçoila (duas asas)²⁷; Cântaros (duas asas); Jarrinhas (duas asas); Jarro/Bilha (uma asa)²⁸.

Para os fundos foi possível a distinção das formas de panela, caçoila, tigela, jarra e jarro/bilha. Devido ao estado fragmentário dos materiais, não foi possível a

²⁷ Apenas foi atribuída uma asa à forma de caçoila (peça 1237-24 - anexo VI, p.99).

²⁸ Agrupamos a forma de jarro e bilha, uma vez não ser possível a sua distinção pelo estado fragmentário das peças. Para estas formas foi considerada apenas uma asa na contagem de NMI, pois não foram identificados exemplares com pegas correspondentes. Segundo a proposta tipológica lançada pelo grupo CIGA, tanto a forma de jarro como a de bilha podem conter apenas uma asa, apesar de no caso da bilha, poder haver duas.

atribuição de bases às restantes formas presentes no conjunto, por esse motivo, poderá haver fundos classificados como indeterminados que pertençam a estas formas.

Apesar de terem sido considerados essencialmente bordos, asas, fundos (consoante o que tivesse superioridade numérica) e peças de perfil completo para a contagem do NMI, houve casos em que, para obtermos a menor discrepância entre o número real de loiça presente no contexto e a contagem efetuada, fomos forçados a considerar as paredes. No caso da cerâmica não vidrada, as paredes foram contabilizadas para o NMI quando verificada a presença de um fabrico distinto²⁹, sendo perceptível a sua diferenciação dos restantes fragmentos. É importante mencionar que houve casos em que dentro do mesmo fabrico foram contabilizados diferentes indivíduos, tendo em conta técnicas decorativas e acabamentos distintos. Apenas foram associadas variadas paredes a um só indivíduo, quando claramente perceptível a sua ligação. Para o caso da cerâmica vidrada, a adição das paredes para a contagem do NMI deveu-se, de igual modo, aos distintos fabricos e também, por vezes, às diferentes tonalidades das superfícies, que nos permitem distinguir, nalguns casos, as peças do mesmo indivíduo. No entanto, como na maioria dos casos não nos foi possível perceber a que forma tipológica pertenceriam as paredes, a sua contagem não teve um grande impacto no NMI das categorias funcionais, uma vez que foram maioritariamente inseridas no grupo dos indeterminados. Apenas no NMI dos fabricos a contagem das paredes sofreu maior impacto, pois foram contabilizados os indivíduos indeterminados, dado que, em certos fabricos, não foi possível determinar nenhuma categoria funcional.

No conjunto cerâmico completo foram contabilizados 3286 fragmentos, dentro dos quais foi possível identificar 390 indivíduos, aos quais se juntam mais 209 indivíduos, se tivermos em conta as peças cuja morfologia não foi possível determinar.

Após realizada a contabilização do NMI é possível verificar uma maior presença de loiça de cozinha, principalmente painéis e caçoilas, relativamente às peças com superfícies não vidradas. Por sua vez, nas peças com presença de revestimento a vidro, a loiça de mesa encontra uma maior representação, destacando-se claramente a forma de tigela relativamente às restantes formas funcionais.

²⁹ Excetuando-se o caso dos fragmentos de parede de talha, que apesar de pertencerem ao fabrico F1, fabrico abundante no conjunto, de origem local/regional, apresentam técnicas decorativas (cordão digitado e incisão) que, juntamente com a elevada porosidade da pasta, nos permitiram a sua integração numa categoria funcional, para a qual não foram identificados bordos, asas ou fundos.

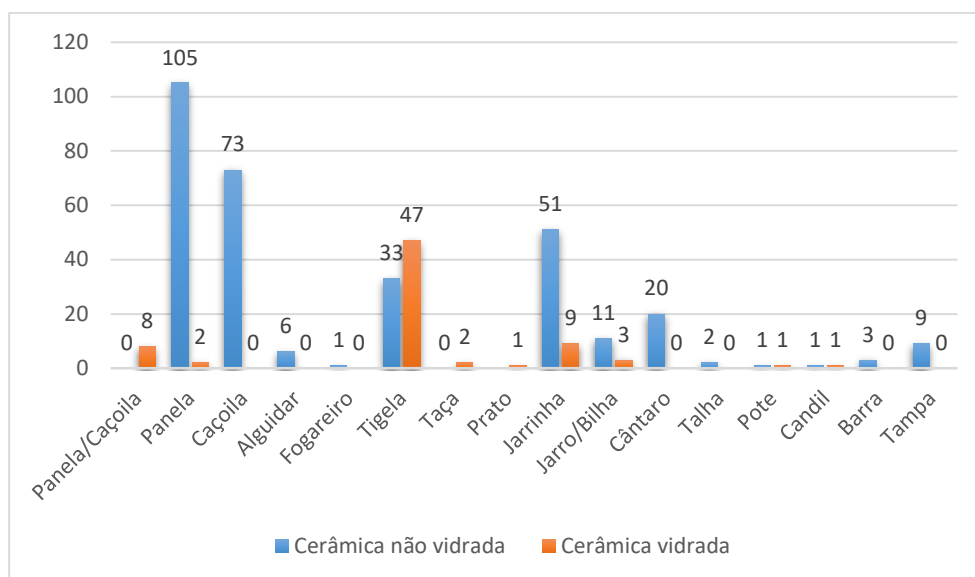


Gráfico 1: NMI das formas cerâmicas identificadas no acervo estudado.

A loiça de cozinha é a que encontra maior representação em todo o conjunto, perfazendo metade do espólio estudado (50%), seguindo-se a loiça de mesa (40%), armazenamento (6%), uso doméstico indeterminado (tampas) (2%), iluminação (1%) e uso artesanal (1%) (anexo V, gráfico 16, p.75). O acervo cerâmico é composto, maioritariamente, de cerâmica não vidrada (81%), por comparação aos vidrados (19%) (anexo V, gráfico 17, p.76). Relativamente aos fabricos verifica-se uma clara predominância das produções locais/regionais (94%) face às produções exógenas (6%).

Os vidrados apresentam superfícies de uma só cor, monocromas (52%), duas cores, bicromas (35%) e mais de duas cores, policromas (13%) (anexo V, gráfico 18, p.76). As tonalidades presentes nas suas superfícies são o castanho claro (14,43%), melado (13,44%), verde claro (11,48%), amarelo (9,84%), melado esverdeado (9,51%), azul esverdeado (8,20%), preto (6,56%), melado acastanhado (4,92%), azul claro (4,26%), castanho escuro (3,93%), verde escuro (3,28%), verde seco (2,95%), branco (1,97%), cinzento (1,64%), rosado (1,64%), bege (0,98%), verde transparente (0,66%) e azul escuro (0,33%) (anexo V, gráfico 19, p.77).

9. As cerâmicas. Fabricos

Os fabricos das cerâmicas estudadas foram definidos através de uma observação macroscópica, com recurso a uma lupa manual. Alguns fragmentos chegaram a ter uma observação microscópica para uma melhor percepção dos elementos não plásticos presentes nas pastas.

A classificação das pastas foi baseada nos seguintes critérios: textura, dureza, tato, depuração (identificação, dimensão e distribuição dos elementos não plásticos), coloração e presença ou inexistência de vácuos ou fendas. Para além da análise das descritas componentes, foi sugerida a proveniência dos fabricos identificados (local/regional ou importação).

Os termos utilizados para a descrição da dureza e tato das pastas foram os sugeridos no livro *La cerámica en Arqueología* (ORTON; TYERS; VINCE, 1997). Relativamente à dureza, foi considerado o termo suave para as pastas arranháveis com a unha, duro para as pastas não arranháveis com a unha e muito duro para as pastas não arranháveis com faca. O tato foi considerado áspero, quando abrasivo ao dedo, grosseiro quando se apreciam irregularidades e suave quando não se apreciam irregularidades (ORTON; TYERS; VINCE, 1997, p.266).

Para a definição da textura da pasta foram utilizadas as normas designadas no artigo *Elementos para a análise e descrição de produções cerâmicas* (MARTINS; RAMOS, 1992). Deste modo, a textura teve como designação os seguintes critérios: grosseira (quando possui grande variedade de elementos plásticos e não plásticos, demonstrando não ter praticamente havido depuração da pasta), homogénea (pasta que apresenta pouca variedade de componentes, com o tamanho destes semelhantes entre si), densa (pasta muito depurada, com componentes finíssimos muito ligados entre si, em que os elementos não plásticos são reduzidos ao mínimo ou não existem). Dentro destas designações, foram ainda definidas as seguintes características textuais: estratificada (pasta que se apresenta disposta em finas camadas sobrepostas) e compacta (quando os seus componentes se apresentam bem ligados entre si, não havendo camadas de estratificação) (MARTINS; RAMOS, 1992, p.99).

Para a determinação das tonalidades presentes na fratura foi utilizado o MUNSELL Soil Color Charts³⁰ (MUNSELL, 1994) e para a determinação da dimensão e distribuição de elementos não plásticos o livro *La Cerámica en Arqueología* (ORTON; TYERS; VINCE, 1997) (anexo III, figura 1, p.48).

9.1. Cerâmica não vidrada

A análise macroscópica realizada permitiu a atribuição de diferentes fabricos relativamente às pastas presentes nas cerâmicas do conjunto de materiais estudados.

Para as cerâmicas cujas superfícies não se apresentam vidradas, foram identificados 11 fabricos distintos (anexo V, tabela 3; gráfico 1, p.57). Destacam-se neste conjunto, claramente, os fabricos de produção local/regional. Os fabricos F3, F5, F6, F9 e F10 apresentam pastas cujas características nos levam a classificar de produções importadas (anexo IV, p.50/51). Encontram-se atribuídos somente a jarrinhas e jarros/bilhas, ou seja, a formas de serviço de mesa.

Os fabricos que foram classificados como exógenos serão provenientes da zona do estreito de Gibraltar/Sul de Espanha³¹, são pastas bem decantadas e cozidas³², geralmente de cor creme, esbranquiçadas³³.

O fabrico F1, corresponde inequivocamente ao maioritário no conjunto de fragmentos estudados perfazendo 380 indivíduos³⁴, na totalidade, ou seja, 86,36% dos indivíduos em cerâmica não vidrada (anexo V, tabela 3; gráfico 1, p.57). Este fabrico caracteriza-se por ter uma pasta grosseira, com um grau de dureza variante de suave a duro e algumas irregularidades (toque grosseiro). As tonalidades das fraturas são variadas, havendo pastas de tons alaranjados (MUNSELL - Hue 7,5 YR 8/8), de tons acinzentados (MUNSELL - Hue 10 6/2), tons rosa claro quase bege (MUNSELL - Hue

³⁰ As tonalidades utilizadas para a descrição das pastas por vezes não correspondem aos termos utilizados pelo Munsell, baseando-se na opinião visual do observador.

³¹ As fontes escritas descrevem a cidade de Lisboa como um dos portos mais importantes do al-Andalus, com presença de mercadores europeus e de África. A cidade estaria enquadrada nas escalas da esquadra dos Banu Maymun, almirantes da frota almorávida, na primeira metade do século XII (SILVA, 2017a, p.29).

³² Em Mértola no período das dinastias africanas constata-se um elevado aumento deste tipo de pastas, também relacionadas com o serviço de mesa, em formas cuja funcionalidade estaria relacionada com a contenção de água (cântaros, jarros e jarrinhas) (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006, p.102; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.304).

³³ Estas pastas contêm afinidades com cerâmicas identificadas em período romano (séculos I a.C. e V) (PINTO; MORAIS, 2007, p.237). Não é de estranhar esta similaridade, uma vez que a localização das argilas não se altera da época romana para a época islâmica.

³⁴ Número que insere os indivíduos cuja funcionalidade não foi possível determinar.

10 YR 8/3) e tons castanho claro (MUNSELL - Hue 10 YR 7/4). Relativamente aos elementos não plásticos, este fabrico apresenta uma elevada presença de mica branca (moscovite), de reduzida a grande dimensão, quartzo translúcido (hialino) e branco (leitoso), de variados tamanhos em média ou grande quantidade, nódulos de cerâmica moída (grog) e calcites. A pasta apresenta alguns vácuos e fendas, por vezes de grande dimensão, sendo que nalguns casos contém apenas pequenos vácuos. A percentagem de ENP varia dos 20% aos 30% e o seu tamanho entre os 0,5 a 3,0 mm. A origem da produção deste fabrico é certamente local/regional, devido à elevada presença de quartzo e mica identificados nas pastas (anexo IV, p.50).

O fabrico F2 contém uma pasta algo grosseira, granulosa, pouco dura (suave), de toque igualmente suave. Contém alguns vácuos e também algumas fendas. A pasta contém chamota em abundância e mica branca de pequena dimensão. Apresenta também algumas calcites, quartzo arredondado e feldspato. A sua tonalidade é rosa claro (MUNSELL - Hue 7,5 YR 8/3). A percentagem de ENP é de 20% com tamanhos entre os 0,5 a 3,0 mm. Este fabrico encontra-se presente em apenas quatro fragmentos, no bordo 1361-3 e fundo 1554-6 (anexo VI, p.85), muito provavelmente, pertencentes à mesma peça, no bordo 1196-5 (anexo VI, p.101) e numa parede com pintura queimada. O bordo 1196-5 e a base 1554-6 contém pintura a vermelho na superfície interior. Relativamente à sua proveniência, este fabrico deverá ter origem local/regional.

O fabrico F3 apresenta uma pasta densa, compacta, dura, de toque suave. Apresenta pequenos vácuos e pequenas fendas em pouca quantidade. A sua tonalidade é bege (MUNSELL - Hue 5 Y 8/4). Os ENP presentes são o quartzo, mica branca (moscovite) e elementos ferromagnesianos, todos em reduzida quantidade. A percentagem de ENP é de 5% e o seu tamanho varia entre os 0,5 e os 2,0 mm. A pasta apresenta características que se assemelham a produções do Guadalquivir. Esta pasta foi detetada em 2 bordos de jarrinha e em mais 4 fragmentos de parede correspondentes a formas indeterminadas.

O fabrico F4 contém uma pasta homogénea e compacta, dura, de tato suave. A pasta ostenta uma tonalidade bege (MUNSELL - Hue 5 Y 8/3), com presença de pequenos vácuos. Os ENP presentes são o quartzo eólico (arredondado), alguns de cor translúcida e outros de cor avermelhada, cerâmica moída (grog), calcites e mica branca (moscovite) de pequena dimensão, em grande quantidade. A percentagem de ENP é de 10% e o seu tamanho varia entre os 0,5 aos 2,0 mm. A sua produção deverá ter origem local/regional.

Foi detetado em 2 fragmentos de parede, um dos quais correspondente a uma tigela com engobe rosado no interior.

A pasta do fabrico F5 contém uma textura homogénea e compacta, dura, de toque suave. Apresenta pequenos vácuos e fendas, embora em pouca quantidade. Esta pasta apresenta duas tonalidades distintas na fratura. Uma tonalidade esbranquiçada (creme) (MUNSELL - Hue 5 Y 8/3) e outra tonalidade rosa (MUNSELL - Hue 7,5 YR 8/3). Relativamente aos ENP apresenta quartzo de média dimensão, mica branca (moscovite) e cerâmica moída (grog) de pequena dimensão, em pouca quantidade. Contém também raras calcites. A percentagem de ENP é de 10 % e o seu tamanho varia dos 0,5 aos 2,0 mm. Esta pasta apresenta similaridades com as pastas provenientes do estreito de Gibraltar. Foi detetada em 8 fragmentos correspondentes à mesma peça, cuja forma não foi possível determinar.

O fabrico F6 apresenta uma pasta homogénea, compacta, dura, de toque suave. Apresenta pequenos vácuos e contém uma tonalidade cinzenta clara (MUNSELL – Hue N 6/0). Contém chamota negra, quartzo hialino (translúcido), alguns elementos negros, calcites de pequena a grande dimensão e alguns feldspatos. A percentagem de ENP é de 10% e o seu tamanho varia entre os 0,5 e os 3,0 mm. Esta pasta corresponde apenas a um exemplar, uma asa de jarriinha com pintura a preto, peça 1563-12 (anexo VI, p.92). Este fabrico deverá ser uma importação, muito provavelmente proveniente do Sul de Espanha.

O fabrico F7 compõe-se de uma pasta homogénea e compacta, dura, de toque suave. Apresenta muitos vácuos de pequena dimensão. A cor presente na pasta é esbranquiçada, de tonalidade bege (MUNSELL - Hue 5 Y 8/3). Contém uma elevada presença de quartzo de pequena a média dimensão, mica branca (moscovite) de pequena dimensão, escassa presença de nódulos de cerâmica moída (grog) e raras calcites. A percentagem de ENP é de 20% e o seu tamanho varia entre os 0,5 e os 2,0 mm. Relativamente à sua proveniência esta pasta terá origem local/regional. Este fabrico encontra-se presente numa tigela (?) e em mais 11 fragmentos de parede pertencentes a formas indeterminadas.

A pasta do fabrico F8 apresenta-se homogénea, estratificada, pouco dura (suave), com o toque igualmente suave. Apresenta alguns vácuos e algumas fendas. Contém uma tonalidade bege (MUNSELL - Hue 5 Y 8/3). Relativamente aos ENP apresenta mica branca (moscovite) de pequena dimensão, em grande quantidade, rara presença de

cerâmica moída (grog) de pequena e média dimensão e rara presença de calcites e de quartzo translúcido (hialino). A percentagem de ENP é de 10% com tamanho entre os 0,5 e os 2,0 mm. A produção deste fabrico será local/regional. Foi identificado apenas numa base de tigela, peça 1533-1 (anexo VI, p.85).

O fabrico F9 contém uma pasta compacta e homogénea, dura, de toque suave. Apresenta pequenos vácuos, embora em pouca quantidade. A sua tonalidade é bege (MUNSELL - Hue 5 Y 8/3). Contém mica branca (moscovite), em pouca quantidade, cerâmica moída (grog) de pequena, média e grande dimensão, quartzo branco (leitoso) e translúcido (hialino), calcites e elementos ferromagnesianos de média a grande dimensão. A percentagem de ENP é de 10% e o seu tamanho está entre os 0,5 e os 3,0 mm. Este tipo de pasta apresenta semelhanças com pastas provenientes de Espanha meridional. Foi detetada em 7 jarrinhas, num jarro ou bilha e em mais 5 fragmentos de parede cuja forma não foi possível determinar.

O fabrico F10 apresenta uma pasta densa, compacta, dura, de toque suave. Contém pequenos vácuos em reduzida quantidade. A sua tonalidade é bege, ligeiramente rosada (MUNSELL - Hue 7.5 YR 8/3). Contém em pouca quantidade e com reduzida dimensão quartzo, mica branca (moscovite), cerâmica moída (grog) e calcites. A percentagem de ENP é de 5% com tamanhos entre os 0,5 e os 2,0 mm. Este fabrico é certamente uma importação, proveniente do Sul de Espanha, muito provavelmente Sevilha. Encontra-se presente numa jarrinha, num jarro ou bilha e também num fragmento de parede pertencente a uma forma indeterminada. Todas as peças apresentam pintura a vermelho como decoração exterior.

O fabrico F11, último fabrico identificado nas cerâmicas de superfícies não vidradas, apresenta uma pasta homogénea, dura, de toque suave. Contém alguns vácuos e algumas fendas. A sua tonalidade é bege (MUNSELL – Hue 25 YR 8/3). Relativamente aos elementos não plásticos apresenta quartzo translúcido (hialino) e branco (leitoso) em reduzida quantidade, mica branca (moscovite) de pequena dimensão, nódulos de cerâmica moída (grog) e algumas calcites. A percentagem de ENP é de 10% cujos tamanhos variam entre os 0,5 e os 2,0 mm. Este fabrico terá origem local/regional. Encontra-se presente em 18 fragmentos de parede correspondentes a formas indeterminadas, entre as quais se encontram peças com pintura a vermelho como técnica decorativa.

9.2. Cerâmica vidrada

Para as cerâmicas com superfícies vidradas, foram identificados 10 fabricos. Tal como sucedido com as cerâmicas de superfícies não vidradas, também as cerâmicas vidradas apresentam, maioritariamente, fabricos de produção local/regional. Nos fabricos V3 (2), V5 (1), V5 (2), V6, V8 e V9 foram detetadas pastas que sugerem uma produção exógena (anexo IV, p.52/53; anexo V, gráfico 2, p.58).

O fabrico V1, apresenta uma pasta homogénea e compacta, dura, de textura suave. A sua tonalidade é cinzenta clara (MUNSELL - Hue 7.5 YR 6/1 e 10 YR 7/1), apresentando no momento final da cozedura, ou seja, nas extremidades da fratura, uma tonalidade rosada (MUNSELL - Hue - 2,5 YR 7/8). Pasta muito quartzítica, com mica branca (moscovite) de pequena dimensão, que varia de pouca a média quantidade, cerâmica moída (grog) de pequena a grande dimensão, em reduzida quantidade. Contém também alguns minerais negros, calcites e, nalguns casos, ao que parece ser pequenos elementos de concha (?). Possui uma escassa presença de vácuos de pequena ou grande dimensão. A sua percentagem de ENP é de 10% e varia dos 0,5 aos 3,0 mm. A sua produção deverá ter origem local/regional. Este fabrico foi identificado em 4 tigelas, numa jarrinha e em mais 8 indivíduos cuja forma não foi possível determinar. Destaca-se uma base de tigela de pé anelar curto com superfície decorada a verde e manganês, peça 1192-2 (anexo VI, p.104).

O Fabrico V2 (1) apresenta uma pasta algo grosseira, compacta, dura, de tato suave, com presença de alguns vácuos. A sua tonalidade é bege (MUNSELL - Hue 5 Y 8/3). Contém quartzo branco (leitoso) e maioritariamente, translúcido (hialino), mica branca (moscovite) e cerâmica moída (grog). Também apresenta pequenas calcites. A sua percentagem de ENP é de 10% de tamanhos entre os 0,5 a 2,0 mm. Contém características que se assemelham às produções de origem local/regional. Encontra-se presente em 9 tigelas, 1 taça, 1 prato, 2 jarrinhas e em mais 5 indivíduos cuja forma não nos foi possível determinar.

A pasta do fabrico V2 (2) assemelha-se ao fabrico anterior, no entanto contém uma maior depuração. Pasta densa e compacta, dura, de textura suave. A sua tonalidade é bege, esbranquiçada (MUNSELL - Hue 7.5 YR 8/1). Contém escassa presença de quartzo e mica branca de pequena dimensão. Apresenta também feldspatos e rara presença de pequenos nódulos de cerâmica moída (grog). A percentagem de ENP é de

5% cujos tamanhos variam entre os 0,5 e os 2,0 mm. Apesar da maior depuração relativamente ao fabrico anterior, a pasta apresenta características que nos fazem classificar esta produção como local/regional. Este fabrico foi identificado em 19 tigelas, 1 jarro ou bilha, 1 pote, 1 candil e em mais 48 paredes pertencentes a formas indeterminadas.

O fabrico V3 (1) contém uma pasta com textura homogénea, mais granulosa e menos compacta relativamente ao fabrico V1 e ao fabrico V2. É uma pasta dura e tem um tato suave. A sua tonalidade varia da cor rosa (MUNSELL – Hue 5 YR 8/4) à alaranjada (MUNSELL - Hue 2,5 YR 7/8). Relativamente aos ENP, contém mica branca (moscovite) de pequena a média dimensão, quartzo de média a grande dimensão, em pouca quantidade e rara calcite. Esta pasta apresenta também alguns nódulos de cerâmica moída (grog), em maior quantidade, comparativamente ao fabrico anterior. A percentagem de ENP é de 10% e o seu tamanho varia dos 0,5 aos 3,0 mm. A sua produção deverá ter origem local/regional. Este fabrico foi identificado em 9 tigelas, 1 taça, 3 jarrinhas, 2 jarros ou bilhas e em mais 16 indivíduos cuja forma não foi possível identificar. Foram atribuídos a este fabrico 2 bordos de jarrinha com decoração em corda seca parcial, o que está em linha com o que foi referido sobre a existência de produções locais deste tipo de decoração (DIAS *et al.*, 2008, p.162; FERNANDES *et al.*, 2012, p.653).

O fabrico V3 (2) apresenta uma pasta densa e compacta, dura, de toque suave. Contém pequenos vácuos e pequenas fendas. A sua tonalidade é rosa, muito claro (MUNSELL - Hue 7,5 YR 8/3). Contém mica branca de pequena dimensão e em pouca quantidade, quartzo, em pouca quantidade, rara presença de cerâmica moída (grog) e de calcites. Pasta semelhante ao fabrico anterior, em que o quartzo e os nódulos de cerâmica moída (grog) são menos visíveis. A percentagem de ENP é de 5%, sendo o seu tamanho entre os 0,5 a 1,0 mm. Este fabrico foi identificado em 4 tigelas e em mais 5 indivíduos indeterminados. O bordo de tigela 1258-1 (anexo VI, p.102), com decoração a corda seca total, no interior, pertence a este fabrico.

O fabrico V4 apresenta uma pasta com textura grosseira, compacta, dura, de toque grosseiro. Contém pequenos vácuos. A sua tonalidade é acastanhada (MUNSELL - Hue 7.5 YR 5/4). Apresenta uma elevada presença de quartzo, feldspato, mica branca (moscovite) de pequena a média dimensão e algumas calcites. A percentagem de ENP é de 20% e o seu tamanho varia entre os 0,5 a 2,0 mm. Este fabrico foi identificado apenas

num fragmento de parede com decoração em corda seca parcial, peça 1258-4 (anexo VI, p.106).

O fabrico V5 (1) contém uma pasta de textura homogénea e compacta, dura, de tato suave. Este fabrico foi identificado somente num fragmento. Apesar de grande parte da peça se encontrar com queimadura na fratura, é possível identificar zonas em que a pasta apresenta uma tonalidade alaranjada (MUNSELL - Hue 2.5 YR 7/6). Apresenta cerâmica moída (grog), mica branca de pequena dimensão, alguns minerais negros e rara presença de quartzo e de calcites. Contém pequenos vácuos e fendas. A percentagem de ENP é de 5% com tamanho entre os 0,5 a 1,0 mm. A elevada depuração da pasta leva-nos a classificar este fabrico como uma produção exógena. Este fabrico é constituído apenas por um fragmento com decoração em corda seca total, peça 1374-1 (anexo VI, p.104).

O fabrico V5 (2) contém uma pasta com textura homogénea e compacta, dura, de toque suave. Apresenta pequenos vácuos, em reduzida quantidade. Contém uma tonalidade rosada (MUNSELL - Hue 7,5 YR 8/3) e bege (MUNSELL - Hue 5 Y 8/3), semelhante ao fabrico F5. Relativamente aos elementos não plásticos apresenta escassa presença de quartzo translúcido (hialino) eólico (arredondado), mica branca (moscovite) de pequena dimensão, cerâmica moída (grog) de média dimensão e raras calcites. A percentagem de ENP é de 5% com tamanho entre os 0,5 e os 3,0 mm. A sua produção deverá ser exógena. Encontra-se presente apenas numa parede correspondente a uma forma indeterminada.

A pasta do fabrico V6 apresenta-se muito depurada (densa), ligeiramente granulada, pouco dura, de textura suave. Pasta de cor bege (esbranquiçada) (MUNSELL – Hue 7,5 YR 8/1). Apresenta mica branca (moscovite) e calcite (muito fina). Contém alguns pontos negros de pequena dimensão e mineral ferromagnésiano (olivina). Presença de quartzo praticamente inexistente. A percentagem de ENP é de 5%, cujos tamanhos variam entre os 0,5 e 1,0 mm. A sua produção deverá ser importada. Apenas foi identificada uma parede de tigela pertencente a este fabrico, peça 1237-10 (anexo VI, p.104).

O fabrico V7 apresenta uma pasta de textura grosseira, granulosa, dura, de tato áspero, com presença de alguns vácuos. As fraturas contêm uma tonalidade de cor rosada (MUNSELL - Hue 2,5 YR 7/8) ou acastanhada (MUNSELL – Hue 10 YR 5/4). A

superfície externa³⁵ dos fragmentos pertencentes a este fabrico não é vidrada, apenas o interior é revestido por um vidrado castanho claro (MUNSELL - Hue 7,5 YR 5/8), castanho escuro (MUNSELL - Hue 7,5 YR 4/2) ou verde seco (MUNSELL - Hue 25 YR 6/4). Os fragmentos pertencentes a este fabrico são, maioritariamente, as painéis ou caçoilas com vidrado interior. Relativamente aos ENP, a pasta contém uma elevada presença de quartzo e de mica branca (moscovite) e apresenta raras calcites. A percentagem de ENP é de 10% e o seu tamanho varia entre os 0,5 e os 2,0 mm. A origem desta produção será certamente local/regional. Este fabrico encontra-se presente em 2 bordos atribuídos a duas painéis vidradas, 8 painéis ou caçoilas³⁶ e num bordo para o qual não foi possível determinar a forma correspondente.

A pasta do fabrico V8 apresenta uma textura homogénea e compacta, dura, de tato suave. Contém alguns vácuos de pequena dimensão. A sua coloração é castanha avermelhada (MUNSELL - Hue 5 YR 5/4). Pasta calcítica pura. Contém apenas como elementos não plásticos calcite branca amarelada, por vezes algo esverdeada e alguma chamota. A percentagem de ENP é de 10%, cujo tamanho varia entre os 0,5 e os 2,0 mm. Este tipo de pasta poderá pertencer a uma importação de Sevilha. Foi identificado apenas num fragmento de parede correspondente a uma forma indeterminada.

O fabrico V9 contém uma pasta homogénea e compacta, dura, de toque suave. A sua tonalidade é cinzenta clara (MUNSELL - Hue 5 Y 7/1). Pasta de grão fino que apresenta algumas calcites, feldspato, minerais negros com clivagem perfeita (mica negra - biotite) e mica branca de pequena dimensão e em pouca quantidade. Contém um elevado número de vácuos arredondados. A percentagem de ENP é de 5%, cujo tamanho varia entre os 0,5 e os 2,0 mm. O fragmento decorado a verde e manganês, peça 1361-1 (anexo VI, p.87) é o único exemplar atribuído a este fabrico. Relativamente à origem da sua produção julgamos ser possível pertencer a uma produção importada, uma vez que pasta não evidencia presença de quartzo.

O fabrico V10 é o último identificado nas pastas de superfícies vidradas. Apresenta uma pasta com textura homogénea e compacta. É uma pasta pouco dura (suave), com o toque igualmente suave. Contém pequenos vácuos e uma coloração rosa claro (MUNSELL - Hue 7.5 YR 8/3). A olho é apenas visível uma grande quantidade de

³⁵ À exceção de um bordo, em que o vidrado escorre ligeiramente para a superfície exterior.

³⁶ Não é perceptível se os fragmentos pertencem a painéis ou caçoilas, no entanto, todos eles contêm queimadura exterior.

mica branca (moscovite), maioritariamente de média e pequena dimensão. Microscopicamente é possível identificar raras calcites e um elemento negro. A percentagem de ENP é de 20%, cujo tamanho varia entre os 0,5 e os 2,0 mm. Este fabrico é composto apenas por um fragmento com decoração em corda seca parcial, peça 1196-13 (anexo VI, p.106). A produção deste fabrico deverá ser local ou regional.

10. As cerâmicas. Cozeduras

As cerâmicas necessitam de ser submetidas, anteriormente à cozedura, à secagem da pasta, que serve para eliminar grande parte da água contida na argila. A secagem é inicialmente realizada ao ar livre e à sombra, passando depois para a luz natural, onde se dá uma contração da peça (MARTINS; RAMOS, 1992, p.98; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.82).

O processo de cozedura fornece ao barro modelado a dureza que caracteriza a cerâmica. Esta dureza dependerá de variados fatores, como por exemplo, a temperatura que alcance o forno (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.81). Tanto o processo de elevação de temperatura do forno, quanto o arrefecimento, devem ser graduais, para que as peças não quebrem (MARTINS; RAMOS, 1992, p.98).

A cor de qualquer pasta cerâmica dependerá das condições de cozedura, do teor de ferro da argila e da maneira como este se encontra distribuído dentro da argila (ORTON; TYERS; VINCE, 1997, p.85). Se soubermos que a pasta provém da mesma fonte que a argila, podemos concluir que as mudanças de cor estão diretamente relacionadas às mudanças da cozedura (ORTON; TYERS; VINCE, 1997, p.85/86).

No conjunto cerâmico estudado verifica-se que a maioria das peças, 57%, sofreram cozeduras oxidantes. Ou seja, foram cozidas em fornos ao ar livre, havendo uma livre circulação do oxigénio envolvente às peças (MARTINS; RAMOS, 1992, p.98; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.82). No geral esta oxidação implica uma maior temperatura, uma vez que a maior circulação do ar aviva o fogo do forno (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.82). A cor das pastas com este tipo de cozedura vai do bege ao ocre (MARTINS; RAMOS, 1992, p.98). No espólio estudado a maioria das cerâmicas com este tipo de cozedura apresentam tons alaranjados e avermelhados.

A cozedura redutora/oxidante, consiste no segundo tipo de cozedura mais frequente nas peças estudadas, perfazendo 30% do acervo cerâmico inventariado. Esta cozedura é considerada uma cozedura redutora parcial. É feita num forno fechado, ao qual se segue um arrefecimento com circulação de ar a partir do exterior, dando à fratura um aspeto “sandwich” em que a cor externa pode ir do rosa ao bege e o núcleo da peça pode obter uma cor negra ou cinzenta (MARTINS; RAMOS, 1992, p.98).

A cozedura redutora total está representada em 12% das peças. Esta cozedura obtém-se através do arrefecimento do forno, mantendo-se completamente fechado, causando tonalidades pretas ou cinzentas tanto no interior como no exterior da pasta (MARTINS; RAMOS, 1992, p.98; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.82).

Por último, a cozedura menos representada, estando presente em apenas 1% das peças, é a cozedura oxidante/redutora, também considerada uma cozedura redutora parcial. Neste tipo de cozedura existe um arrefecimento por abertura do forno e novo encerramento anterior à pós-cozedura, causando tal como se sucede na cozedura redutora/oxidante, o efeito “sandwich”, tendo as cores inversas a esta. O núcleo é formado por uma cor rosa ou bege e o exterior da peça adquire uma tonalidade de cor negra ou cinzenta (MARTINS; RAMOS, 1992, p.98).

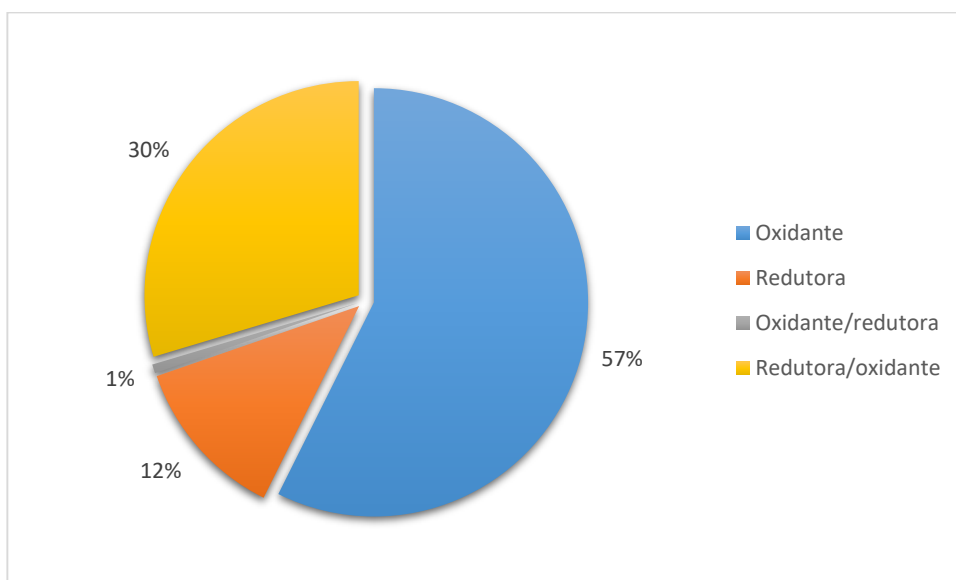


Gráfico 2: Cozeduras presentes nos fragmentos inventariados.

11. As cerâmicas. Decorações e acabamentos

As decorações presentes no conjunto cerâmico estudado apresentam semelhanças com outros contextos islâmicos do Garb al-Andalus. Está evidenciada a presença de um maior número de exemplares com pintura a branco como técnica decorativa, por comparação com as restantes pinturas, a vermelho e a preto. Esta técnica decorativa encontra-se presente em 161 fragmentos, dentro dos quais se identificaram as formas de panela, tigela, jarrinha e cântaro. Os motivos decorativos baseiam-se no conjunto de 3 ou 4 traços presentes nos bordos e asas de jarrinhas, cântaros, tigelas (apenas bordos) e panelas (apenas asas). As jarrinhas apresentam também conjuntos de 6 ou mais linhas horizontais, pinceladas ou ondulações. Nas panelas apenas foi detetada pintura nas asas e paredes.

A pintura a vermelho encontra-se presente em 14 fragmentos. Foi identificada no interior de duas tigelas, em 4 bordos de jarrinha, num bordo de um jarro ou bilha e em peças cuja tipologia não foi possível determinar. Os motivos decorativos são linhas horizontais, linhas verticais e ondulações. Também foi identificada pintura a vermelho num motivo circular, juntamente com a técnica de corda seca parcial (peça 1543-3 e peça 1192-35).

A pintura a preto encontra-se presente apenas em 6 fragmentos, 5 dos quais correspondentes à forma de jarrinha e apenas 1 fragmento correspondente à forma de jarro/bilha. As técnicas decorativas presentes são o conjunto de 3 traços (identificados nas asas das jarrinhas), o reticulado e as linhas horizontais.

As incisões³⁷ e digitações³⁸ encontram-se escassamente representadas. Apenas foram identificados 5 fragmentos com presença de incisão: 1 fragmento de talha com motivo ondulado; 1 base de tigela vidrada, com motivos concêntricos, juntamente com estampilha³⁹, 1 bordo de jarrinha (2 traços horizontais) e 2 fragmentos de parede correspondentes a formas indeterminadas, cuja incisão aparenta ter sido obtida através da

³⁷ A incisão é uma das técnicas mais simples. Realiza-se pressionando um objeto pontiagudo na peça modelada, mas com o barro verde, ainda não cozida (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.180).

³⁸ O cordão digitado obtém-se pressionando o dedo sobre a moldura de barro fresco adicionada à superfície da peça depois de modelada. Utiliza-se a dominação cordão unglado quando esta decoração se obtém pressionando a unha sobre a aplicação de barro, embora também se possa obter o mesmo efeito através da utilização de uma lâmina ou faca (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.199).

³⁹ A técnica do estampilhado consiste em imprimir sobre o barro fresco um motivo ornamental que se encontra em negativo numa matriz, deixando impressos motivos decorativos que aparecem dispostos tanto na horizontal como a vertical (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.188).

utilização de pente. A técnica de digitação foi apenas detetada em 2 fragmentos de talha, de certo correspondentes à mesma peça.

O engobe⁴⁰ é a técnica de acabamento mais frequente no conjunto, tendo sido identificado ao todo em 61 fragmentos. Encontra-se presente em tigelas, alguidares, cântaros, panelas e jarrinhas. Os engobes identificados nas panelas e cântaros contêm tonalidades acinzentadas⁴¹ e, na maior parte dos casos, juntam a pintura a branco como técnica decorativa. Nas restantes formas contêm tonalidades mais rosadas e avermelhadas, e para o caso das jarrinhas, por vezes, esbranquiçadas.

A técnica de engobe junto com brunido⁴² encontra-se principalmente presente no interior das caçoilas/tigelas de superfícies não vidradas, apesar de também ter sido identificada em três alguidares.

Para além da estampilha com incisão já mencionada, foram identificadas nas cerâmicas com superfícies vidradas diferentes técnicas decorativas: 2 fragmentos de verde e manganês⁴³, 4 cordas secas⁴⁴ parciais⁴⁵ e 2 cordas secas totais. As figurações presentes nestas peças são variadas.

A técnica a verde e manganês manifesta-se numa parede de tigela, cuja reduzida dimensão não permite conhecer a temática figurativa, e numa base de tigela, que contém, ao que parece, um motivo epigráfico.

As peças que apresentam corda seca parcial como técnica decorativa exibem temáticas semelhantes entre elas. Os dois bordos de jarrinha decorados com corda seca parcial (peça 1543-3 e 1192-35) apresentam um motivo circular, vidrado a verde, ao qual

⁴⁰ O engobado consiste em aplicar sobre a peça já completamente torneada e seca, uma capa muito fina de argila muito decantada e líquida, frequentemente misturada com outros materiais que alteram o aspeto da superfície (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.84).

⁴¹ A pintura a branco sobre peças em engobe cinzento deve ter-se começado a divulgar na 2ª metade ou meados do século XI, sendo ainda dominante no século XII, mas aparecendo em raros fragmentos nos níveis da primeira metade do século XIII (CATARINO, 1997, p.826).

⁴² O brunido consiste em esfregar forte e repetidamente um objeto liso e duro sobre a superfície da peça, após secagem da pasta, dando à superfície um acabamento acetinado (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.84.; MARTINS; RAMOS, 1992, p.98).

⁴³ Técnica decorativa policroma que junta o preto, ou castanho escuro (óxido de manganês), com o branco (óxido de estanho) e o verde (óxido de crómio ou de cobre).

⁴⁴ Técnica decorativa que consiste em desenhar a pincel, geralmente a manganês, o contorno do desenho que se pretende sobre a cerâmica engobada. Os espaços no interior das linhas desenhadas são preenchidos com a solução que originará o vidrado. No forno, a solução gordurosa do traço limítrofe queima-se e impede que os óxidos do vidrado se misturem (FERNANDES, 2004, p.186).

⁴⁵ Técnica decorativa em que o preenchimento da peça pelo vidrado não é total (FERNANDES, 2004, p.187).

se junta a pintura a vermelho que contorna a corda seca. A peça 1196-13, contém um motivo mais simples, constituído por pequenos círculos de vidrado a verde, contornados pela linha desenhada. Por último, a parede 1258-4 apresenta um motivo, ao que parece, geométrico, com tonalidades esverdeadas e azuladas.

Os dois fragmentos que exibem a corda seca total como técnica decorativa, contêm diferentes iconografias. No bordo de tigela é possível observar três traços, bem definidos⁴⁶, de cores diferenciadas: branco, verde e melado, separadas por um traço de manganês. O exterior da peça apresenta um vidrado de tonalidade melada. Estas tonalidades parecem ser frequentemente detetadas em peças de corda seca total, tendo sido identificados fragmentos com as mesmas nuances na Praça Nova do Castelo de São Jorge⁴⁷, no Castelo de Palmela e em Coimbra (FERNANDES, 2004, p.186/187; CATARINO; FILIPE; SANTOS, 2009, p.353). O fragmento de parede 1374-1 pertencente, possivelmente, a uma jarrinha, apresenta tonalidades e temática diferenciadas. Decidimos associar este fragmento à forma de jarrinha, devido à sua decoração, apenas presente no exterior da peça, por considerarmos que, em regra, as cordas secas totais identificadas em formas abertas, como seja o caso das tigelas, encontram-se no interior da peça. A peça apresenta três cores distintas - castanho claro, branco e preto⁴⁸ -, contém um padrão decorativo geométrico e o seu interior exhibe uma tonalidade esverdeada obscurecida. É importante mencionar que a peça apresenta uma “falha” de vidrado no seu interior, perceptível no perfil do exemplar (anexo VI, p.106).

⁴⁶ Em Palmela, as cordas secas totais que apresentam as composições mais alongadas e retilíneas, com o traço separador melhor definido, contêm datações inseríveis nos séculos XI – XII (FERNANDES, 2004, p.187).

⁴⁷ Informação recolhida visualmente no núcleo museológico do Castelo de São Jorge.

⁴⁸ As cordas secas totais identificadas no Castelo de São Jorge que contêm o negro como tonalidade decorativa foram englobadas nos fabricos de cerâmica local (GOMES *et al.*, 2009a, p.401).

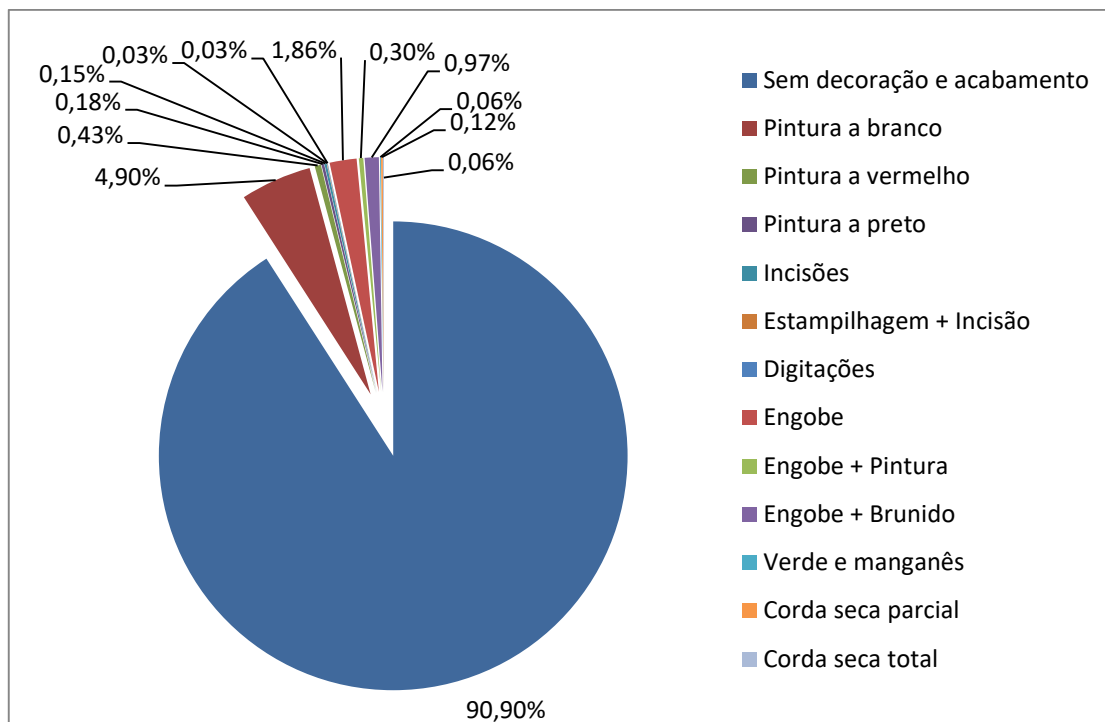


Gráfico 3: Técnicas decorativas e acabamentos presentes no acervo cerâmico.

Relativamente aos fabricos presentes nas cerâmicas decoradas, temos para as peças com pintura a branco, a presença de apenas um fabrico, fabrico abundante no acervo cerâmico estudado, de carácter local/regional, fabrico F1. Para as peças com pintura a vermelho constata-se a presença de três fabricos locais (F1, F2 e F11) e de dois fabricos exógenos (F9 e F10). Para a pintura a preto constata-se apenas a presença de fabricos cuja produção deverá ser importada (fabricos F6 e F9), o que vem em concordância com estudos químicos anteriormente realizados, em que apenas foram identificadas peças de produção exógena para este tipo de pintura (DIAS; PRUDÊNCIO; GOUVEIA, 2001, p.280; DIAS *et al.*, 2009, p.966).

Para as peças com superfícies vidradas, temos a presença de 2 fragmentos decorados a verde e manganês, dos quais se destaca uma base de tigela com pasta muito quartzítica, muito provavelmente, de produção local/regional (fabrico V1) e uma parede de tigela, cuja pasta não revela presença de quartzo, que parece pertencer a uma importação (fabrico V9). A técnica da corda seca parcial constata-se apenas em peças com produção local/regional (fabricos V3(1), V4 e V10), ao contrário da corda seca total, cujos dois exemplares presentes no conjunto cerâmico, apresentam fabricos que deverão ser de importação (fabricos V3 (2) e V5 (1)).

12. As cerâmicas. Morfologia

Foram utilizadas as terminologias sugeridas pelo grupo CIGA (Cerâmica Islâmica do Gharb al-Ândalus), constantes das atas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve (BUGALHÃO *et al.*, 2010), para a designação das formas funcionais.

Esperamos de algum modo contribuir, com a utilização das terminologias adotadas pelo grupo CIGA, para a uniformização do mesmo tipo de designações atribuídas às formas cerâmicas. Estas sistematizações são essenciais para que os termos adotados se tornem uniformes, permitindo, desse modo, uma maior facilidade em termos de estudos comparativos.

As diferentes designações aplicadas às tigelas e caçoilas dependeu unicamente da presença (ou não) de queimadura⁴⁹ - no caso dos fragmentos sem queimadura foi utilizado o termo *tigela*; naqueles que apresentavam queimadura adotámos o termo *caçoila*.

12.1. Loiça de cozinha

Inserimos na categoria de loiça de cozinha todas as cerâmicas destinadas à confeção de comida - caçoilas, panelas, fogareiros e alguidares.

12.1.1. Caçoilas

Define-se caçoilas como sendo recipientes próprios para ensopados a serem levados a fogo baixo, com pouco líquido (ROSSELLÓ BORDOY, 1991, p.169). Morfologicamente, a caçoila apresenta uma “*forma aberta, de corpo mais largo do que alto, de tendência cilíndrica ou troncocónica invertida que costuma apresentar marcas de fogo*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.460).

No conjunto de materiais foram contabilizadas 73 caçoilas, de entre as quais se destacam 39 fragmentos de bordo introvertido (tipo 1), em cerâmica não vidrada.

A caçoila de bordo introvertido (tipo 1) (anexo VI, p.115) remonta à fase inicial da presença muçulmana, evocando formas do reportório romano. Vai ter uma acentuada presença nos conjuntos cerâmicos até ao fim do domínio islâmico no ocidente da

⁴⁹ Conforme refere o grupo CIGA, muitas são as tigelas e caçoilas que apresentam a mesma morfologia, distinguindo-se apenas pela presença/ausência de marcas de fogo, que denuncia a sua função (GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1030).

Península Ibérica (FERNANDES; CARDOSO; ANDRÉ, 2009, p.105; GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1027).

Este tipo de caçoila apresenta, frequentemente, acabamentos engobados, brunidos e, a partir do século X, pintura a branco (GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1027). Durante os séculos X e XI acentua-se o ângulo de inflexão entre o bordo e a parede (FERNANDES; CARDOSO; ANDRÉ, 2009, p.105). Foram identificados paralelos para esta tipologia em diversos arqueossítios islâmicos. Na cidade de Lisboa foram detetadas, com cronologias inseríveis nos séculos XI/ XII, na Alcáçova do Castelo de São Jorge (GOMES *et al.*, 2001, p.134/136/154; GOMES *et al.*, 2009b, p.959), Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (BUGALHÃO *et al.*, 2007, p.338/339/340 fig.24:4102,4114 e 690), Mandarim Chinês (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.595 fig.21), Claustro da Sé Catedral (AMARO, 2001, p.186/187), igreja de São Lourenço (Mouraria) (RODRIGUES, 2018, anexos p.47), Encosta de Sant´Ana (CALADO; LEITÃO, 2005, p.467/468) e Praça da Figueira (MIRA, 2018, p.85/86).

Foi igualmente identificado este tipo de caçoila noutras localidades: em Palmela, onde a utilização de semelhantes cerâmicas remonta ao século VIII (FERNANDES, 2004, p.150); no centro histórico de Oeiras, em contextos com cronologias inseríveis nos séculos X/XI (FERNANDES; CARDOSO; ANDRÉ, 2009, p.110 fig.8:1); na Rua António Joaquim Granjo, em Setúbal (DUARTE, 2018, p.216 fig.3:1,2,3); e na Rua 5 de Outubro, em Santarém, inseridas em contextos dos finais do século XI/1ª metade do século XII e séculos XII/XIII (LIBERATO, 2011, anexos III e V).

Para além do bordo introvertido, somos confrontados com a existência de mais dez tipologias de recipientes de grandes dimensões, destinados à cozedura de alimentos - bordo de tendência vertical com lábio arredondado (tipo 2); bordo vertical ou ligeiramente introvertido com lábio semicircular espessado no exterior (tipo 4); bordo vertical com lábio semicircular (tipo 5); bordo vertical com lábio plano ligeiramente espessado no exterior (tipo 6); bordo vertical ou ligeiramente introvertido com lábio em aba oblíqua (tipo 7); bordo vertical com lábio subtriangular (tipo 9); bordo vertical plano sem espessamento e delimitado por ressalto bem marcado (tipo 10.1); bordo vertical plano com espessamento interior e exterior (tipo 10.2); bordo vertical com lábio quadrangular (tipo 11); bordo vertical com lábio arredondado espessado no interior e exterior (tipo 12).

Cumprе mencionar que a tipologia 4 apresenta 3 fragmentos, a tipologia 7 é composta por 2 exemplares e as tipologias 5, 6, 9, 10.1, 10.2, 11 e 12 estão limitadas a uma única peça, por contraposição às tipologias 1 e 2 que exibem, respetivamente, 39 e 26 exemplares.

As peças pertencentes à tipologia 2 (anexo VI, p.117) apresentam um bordo de perfil mais direito, por vezes ligeiramente introvertido, mas sem conter a evidente inflexão para o interior que os bordos do tipo 1 manifestam. Esta tipologia encontra paralelos nos seguintes arqueossítios da cidade de Lisboa: Igreja de São Lourenço, em contextos inseríveis cronologicamente nos séculos XI/XII (RODRIGUES, 2018, anexos p.48); Alcáçova do Castelo de São Jorge (GOMES *et al.*, 2001, p.154/155); Claustro da Sé Catedral, em materiais inseríveis na 1ª metade do século XII (AMARO, 2001, p.188); e no Mandarim Chinês, em contextos datáveis dos séculos XI/XII (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.595 fig.21:214). Contam-se ainda exemplares semelhantes no centro histórico de Oeiras, em contextos inseríveis nos séculos X/XI (FERNANDES; CARDOSO; ANDRÉ, 2009, p.110 fig.8:6), em Coimbra, nos séculos XI/XII (CATARINO; FILIPE; SANTOS, 2008, p.359/367 fig.2:8) e em Palmela, com cronologia mais recuada, séculos VIII-IX (FERNANDES, 2004, p.150), encontrando-se também em contextos atribuíveis ao final do século X/ inícios do século XI (ARAÚJO, 2014, estampa 21).

As caçoilas do tipo 4 (anexo VI, p.118) encontram exemplares similares na unidade habitacional P/Q -9/11 da Praça da Figueira (MIRA, 2018, p.80); na Alcáçova do Castelo de São Jorge (GOMES *et al.*, 2001, p.154: 45); no Claustro da Sé Catedral de Lisboa, com datações inseríveis na 1ª metade do século XII (AMARO, 2001, p.186: 1); no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, com cronologias do século XI (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2007, p.339/340 fig.24:3240); e no Castelo de Palmela, inseridos numa ampla cronologia, do século IX/inícios do século X ao século XI (ARAÚJO, 2014, estampas 5, 10, 11, 16, 17, 20, 21, 22, 26 e 38).

Localizámos um exemplar similar à peça 1258-22 (tipo 5) (anexo VI, p.119) na Rua António Joaquim Granjo, em Setúbal, onde a grande maioria dos materiais ostenta uma datação atribuível aos séculos XI/XII (DUARTE, 2018, p.220 fig.7:19), e também no Castelo de Palmela, em exemplares com datação atribuída entre os séculos VIII/IX e o século XI (ARAÚJO, 2014, estampa 2, 11, 17, 22 e 40). Por seu turno, a peça 1237-46

(tipo 6), encontra um paralelo na Rua 5 de Outubro, em Santarém, num contexto inserível nos finais do século XI, 1ª metade do século XII (LIBERATO, 2011, anexo 3).

Relativamente à tipologia 7 (anexo VI, p.121), a maioria dos exemplares encontram-se inseridos na categoria de tigela, uma vez que não revelam presença de queimadura⁵⁰. Apenas foram englobados na categoria de caçoila, um bordo (peça 1196-19) e um exemplar de perfil completo (peça 1214-1). Têm paralelos na Alcáçova de Santarém, onde a maioria dos exemplares com esta tipologia de bordo terão servido para cozinhar (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.143/149).

Não foram identificados exemplares semelhantes às peças 1533-5⁵¹ (tipo 9) (anexo VI, p.123), 1355-25 (tipo 10.2) (anexo VI, p.124) e 1357-3 (tipo 12) (anexo VI, p.125).

Quanto à peça 1374-19 (tipo 10.1) (anexo VI, p.124), a mesma tem como paralelos algumas peças, que, nalguns casos, apresentam um bordo ligeiramente diversificado, mas dois ressaltos bem marcados no corpo da peça, como no exemplar 1374-19. Estas peças foram identificadas nos seguintes locais: Palmela, em contextos atribuídos à 2ª metade do século XII, inícios do século XIII (FERNANDES, 2005, p.323 fig.17), numa habitação situada sob a muralha do Castelo dos Mouros, em Sintra, num contexto inserível nos séculos XI/XII (SOUSA, 2012, p.263 fig.3) e na rua D. Dinis, em Beja, num contexto com cronologia inserível no século XII (CORREIA, 1991, p.383 fig.22).

Por fim, a caçoila pertencente à tipologia 11 (anexo VI, p.125), com perfil vertical e lábio quadrangular, encontra um exemplar semelhante no espólio recolhido na Rua António Joaquim Granjo, em Setúbal, enquadrado sobretudo nos finais do século XI – inícios do século XII (DUARTE, 2018, p.220 fig.7:22).

Os bordos dos exemplares atribuídos à categoria de caçoila apresentam medidas que variam entre os 14 e os 40 cm, sendo mais frequentes as dimensões de 28 e 34 cm; o acervo cerâmico detém somente uma asa atribuída à forma de caçoila, cuja espessura apresenta 13 mm, não afastando, no entanto, a possibilidade de pertença a um fogareiro; as bases das caçoilas são planas ou convexas, de dimensões que variam entre os 11 e os

⁵⁰ Poder-se-á dar o caso de alguns dos fragmentos que não apresentam marcas de exposição ao fogo no bordo e corpo da peça, conterem tais marcas na base, tal como sucedido no exemplar 1214-1.

⁵¹ Apesar de ter sido atribuído o termo de *caçoila* a esta peça, não sabemos se a mesma teria originalmente presença de queimadura, uma vez que apresenta marcas de exposição ao fogo decorrentes de processos pós-deposicionais.

24 cm de diâmetro; o fabrico F1 é o único fabrico identificado nos exemplares atribuídos à forma de caçoila.

12.1.2. Painelas

As painelas são recipientes próprios para ensopados a serem levados a fogo vivo, com bastante liquido (ROSSELLÓ BORDOY, 1991, p.168). Trata-se de uma peça de *“forma fechada, de corpo globular e colo diferenciado, uma ou duas asas, e boca de tamanho médio, que pode ser facilmente tapada. Costuma apresentar marcas de fogo”* (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.460).

No conjunto de materiais estudados foi contabilizado um total de 105 painelas. Identificaram-se 43 bordos de três tipologias (cerâmica não vidrada) – extrovertidos com lábio semicircular (10 bordos); ligeiramente extrovertidos ou verticais com lábio de tendência retangular (32 bordos); e um bordo de perfil vertical com um ligeiro espessamento exterior.

Considera-se que a primeira e a segunda tipologias pertençam ao mesmo tipo de painela de perfil em “S”, com colo curvo-côncavo e arranque de asa a partir do bordo.

Estas painelas encontram-se presentes na 1ª e última fase estratigráfica do contexto estudado.

As painelas com bordo extrovertido e lábio semicircular (tipo 1) (anexo VI, p.126) encontram paralelos em diversas localidades. Na cidade de Lisboa foram identificadas com cronologias de finais do século XI/ 1º metade do século XII nos seguintes arqueossítios: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2007, p.339/340 fig.24:704; BUGALHÃO *et al.*, 2003, p.146 fig.13), Claustro da Sé Catedral (AMARO, 2001, p.182: 3) e Encosta de Sant’Ana (CALADO; LEITÃO, 2005, p.466/467/468). Também foram detetados exemplares pertencentes a esta tipologia noutras localidades: Castelo de Palmela, em contextos com cronologia inserível nos séculos VIII/IX (FERNANDES, 2004, p.148) e finais do século XI/ inícios do século XII (ARAÚJO, 2014, estampas 4, 9, 16, 21, 26, 30, 31, 32, 35, 36, 50, 56, 57, 58, 59 e 61); em Santarém, na alcáçova⁵², datáveis na 1ª metade do século XII (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.153/154; SILVA, 2011, anexos estampa 14) e na Rua 5 de Outubro, em contextos

⁵² Inseríveis no grupo II de painelas, a que fazem parte os bordos de perfil semicircular com espessamento exterior e exvertidos (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.153).

datáveis de finais do século XI - inícios do século XII (LIBERATO, 2011, anexo III). Também identificámos exemplares com cronologias mais avançadas (2ª metade do século XII – século XIII) (LIBERATO, 2011, anexo V), no entanto, não nos é possível saber se a asa destes exemplares teria o arranque a partir do bordo.

O tipo de bordo de panela que apresenta clara predominância sobre os restantes é o bordo ligeiramente extrovertido ou vertical com lábio de tendência retangular (tipo 2).

Tal como sucede com a tipologia anterior, foram identificados inúmeros exemplares correspondentes a esta tipologia de panela (tipo 2) (anexo VI, p.127) em diversas regiões. Em Lisboa foram identificadas na Rua dos Correeiros, em contextos inseríveis nos séculos X/XI e XI/XII (BUGALHÃO *et al.*, 2007, p.338/340, fig.24:4109, 700 e 2984; BUGALHÃO *et al.*, 2003, p.148 fig.14; p.151 fig.15), na Alcáçova do Castelo de São Jorge (GOMES *et al.*, 2001, p.138), no Claustro da Sé Catedral, com cronologias de 2ª metade do século XI-1ª metade do século XII (AMARO, 2001, p.182 fig.13:1; p.183 fig.13:5), no Mandarin Chinês, em contextos atribuíveis aos séculos XI/XII (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.592 fig.19:212/554/562), na igreja de São Lourenço (Mouraria), num contexto inserível nos séculos XI/XII (RODRIGUES, 2018, anexos p.36/37/38) e ainda no mesmo arqueossítio aqui estudado, na unidade habitacional P/Q -9/11 da Praça da Figueira (MIRA, 2018, p.74/75/84).

Nas proximidades de Lisboa, encontramos este tipo de panela em Palmela, a partir do século IX/ inícios do século X, prevalecendo até aos inícios do século XII (ARAÚJO, 2014, estampa 4 e 61), na Rua António Joaquim Granjo, em Setúbal, onde a grande maioria dos materiais ostenta uma datação atribuível aos séculos XI/XII (DUARTE, 2018, p.222 fig.9:27) e num contexto habitacional no Castelo dos Mouros, em Sintra, inserível numa cronologia pertencente aos séculos XI/XII (SOUSA, 2012, p.263 fig.3). Encontramos também exemplares semelhantes em Alcácer do Sal, atribuíveis aos séculos X-XI (PAIXÃO; FARIA; CARVALHO, 2001, p.203/205), Coimbra (CATARINO; FILIPE; SANTOS, 2008, p.374, fig.10:5) e na Alcáçova de Santarém, num conjunto de materiais inseríveis na 1ª metade do século XII (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.152/153).

Este tipo de panela parece enquadrar um amplo horizonte cronológico, tal como referido por Helena Catarino acerca de materiais presentes no Castelo de Paderne, cujo bordo se apresenta semelhante aos inseríveis nesta tipologia. Nas palavras da autora, “*Podem considerar-se formas muito comuns no al-Andalus praticamente durante todo o*

período muçulmano, prolongando-se o seu fabrico na Baixa Idade Média” (CATARINO, 1994, p.79).

Os exemplares encontrados no Castelo de Paderne (Albufeira) apresentam uma cronologia centralizada nos séculos XIV/XV (CATARINO, 1994, p.80 fig.9: 2 e 3). No entanto, não sabemos se continham o arranque da asa a partir do bordo. Em Silves este tipo de bordo surge identificado numa panela de época almóada (séculos XII/XIII) (GONÇALVES; PIRES; MENDONÇA, 2009, p.699 fig.3: 12), cujo arranque da asa parte do corpo da peça.

Por último, foi identificado um exemplar, cujo bordo se diferencia das tipologias anteriores. A peça 1258-6 (anexo VI, p.128) apresenta um bordo vertical com um ligeiro espessamento exterior, do qual arranca a respetiva asa. Embora o restante corpo da peça não se encontre presente, o bordo parece assemelhar-se à tipologia de panelas 4B de Mértola, provenientes de níveis estratigraficamente bem fechados, de finais do século XI (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.107).

Os diâmetros dos bordos das panelas estudadas variam entre 10 e 15 cm, na maioria dos casos entre 11 e 13 cm. As asas apresentam secção fitiforme⁵³, oval ou fitiforme com nervuras pouco salientes (ao contrário dos cântaros). A sua espessura varia dos 8 aos 13 mm. Verifica-se apenas a presença de exemplares cuja asa arranca diretamente do bordo, não tendo sido identificada qualquer panela com características díspares. Os fundos apresentam-se convexos. Como elemento decorativo as panelas apenas ostentam pintura a branco, nalguns casos sobre um acabamento em engobe acinzentado. A pintura a branco foi apenas identificada em asas e em fragmentos de parede. O único fabrico identificado nos indivíduos atribuídos à forma de panela, com superfícies não vidradas, foi o fabrico F1 de produção local/regional.

Foram ainda identificados 10 indivíduos pertencentes a panelas ou caçoilas, com vidrado no interior, dentro dos quais foi possível detetar a presença de dois bordos, que julgamos pertencer a duas panelas vidradas. Ambos apresentam o mesmo formato, vertical com lábio triangular, queimaduras exteriores e um vidrado interior de tonalidade castanha clara⁵⁴. Foram também identificados variados bojos com queimadura exterior e

⁵³ Nomenclatura utilizada pelo grupo CIGA (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.475).

⁵⁴ A tonalidade interior varia ligeiramente entre os dois bordos, motivo pelo qual foram considerados 2 indivíduos distintos.

vidrado interior da mesma tonalidade e com outros tons, mais esverdeados ou com tonalidades de castanho mais escuro. Para além destes fragmentos, foram detetadas quatro bases com queimadura exterior e vidrado interior. Para as bases e paredes foi atribuída a categoria de panela/caçoila, pela insuficiência de elementos que nos permita aferir corretamente a sua forma tipológica.

No que respeita aos dois bordos com presença de queimadura exterior⁵⁵ (anexo VI, p.128), não nos foi possível identificar uma peça idêntica. O exemplar que apresenta uma maior semelhança com a tipologia de bordo presente nas duas panelas foi exumado na Alcáçova de Santarém (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.154 fig.12:5). No entanto, o exemplar apresenta um ressalto interior, para apoio de tampa (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.151), característica não verificada nos exemplares da Praça da Figueira.

Todos os fragmentos atribuídos à forma de panela/caçoila com presença de vidrado interior correspondem ao fabrico V7, cuja produção será local/regional.

12.1.3. Fogareiro

Detetámos entre os materiais estudados um fragmento de fogareiro. O grupo CIGA define o fogareiro como um “*objecto constituído por um corpo superior aberto para conter as brasas. Uma grelha separa este corpo da fornalha inferior onde se depositam as cinzas*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.460). Esta forma tinha como função primária a cozedura de alimentos, servindo ainda de aquecedor nas diversas divisões da casa, função para a qual também seria utilizado o braseiro (ROSSELLÓ BORDOY, 1991, p.171; VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.176).

O fragmento identificado (anexo VI, p.84) diz respeito a parte da grelha, zona intermediária entre a parte superior e a inferior da peça. A grelha, que corresponde a uma saliência de forma triangular na parte interior, destinava-se a suportar os recipientes a serem aquecidos (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.176). A parte superior serve como depósito das brasas, sendo dotada de paredes abertas e diversos orifícios, por forma a facilitar melhor circulação do ar. A parte inferior serviria de reservatório para as cinzas, motivo pelo qual apresenta uma abertura (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.176; TORRES; GÓMEZ MARTÍNEZ; FERREIRA, 2004, p.129). O diâmetro da peça é de 30 centímetros. A sua pasta pertence ao fabrico F1 de produção local/regional.

⁵⁵ Na peça 1237-6 (anexo VI, p.100) a queimadura encontra-se pouco perceptível.

12.1.4. Alguidares

O alguidar é descrito como um “*recipiente aberto de corpo cilíndrico ou troncocónico invertido*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.460) que permitia a confeção de alimentos, tendo ainda aplicação na higiene doméstica (TORRES; GÓMEZ MARTÍNEZ; FERREIRA, 2004, p.128).

No conjunto de materiais foram apenas contabilizados 6 bordos de alguidar, dos quais foi possível identificar três tipologias de bordo: extrovertido com lábio em aba; extrovertido com lábio em aba pendente; extrovertido com lábio subtriangular.

Não é visível qualquer decoração nos bordos. No entanto, 3 dos exemplares compõem-se de um acabamento com engobe e brunido; 2 fragmentos contêm somente engobe; 1 exemplar não tem qualquer tipo de acabamento.

Os exemplares identificados evidenciam uma pasta com características de produção local/regional, pertencente ao fabrico F1.

Os diâmetros dos bordos variam entre os 46 e os 50 cm.

Os exemplares (2) com lábio em aba não decaída (anexo VI, p.129) encontram paralelos no Mandarim Chinês, datáveis nos séculos XI/XII (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.594 fig.21: 539), no Castelo de Palmela, inseríveis no século XI (ARAÚJO, 2014, estampa 48: 1859) e no arrabalde de Silves, com cronologias dos séculos XII/XIII (GONÇALVES; PIRES; MENDONÇA, 2009, p.704 fig.6:1/3). Foi ainda identificado um exemplar semelhante fora do atual território português, em Huelva (Espanha) (TERUEL; CARRASCO; RODRÍGUEZ; HERNANDO, 2008, p. 84).

Os bordos extrovertidos em aba pendente (anexo VI, p.129), parecem conter maior presença nos arqueossítios islâmicos face à tipologia anterior. Obtivemos paralelos semelhantes aos exemplares identificados (3), inseríveis em cronologias dos séculos XI-XII, no Mandarim Chinês (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.594 fig.21:518/213), na Alcáçova do Castelo de São Jorge (GOMES *et al.*, 2001, p.142) e na alcáçova de Santarém (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.169/171 fig.15:2 e 7). Surgem com datações mais avançadas, no arrabalde de Silves (séculos XII-XIII) (GONÇALVES; PIRES; MENDONÇA, 2009, p.704 fig.6:7/8), na “Casa do Procurador”, em Aljustrel (século XII – 1^a metade do século XIII) (MACIAS; JIMÉNEZ; MARTINS; ÁLVAREZ, 2010, p.82/85 fig.3:20) e em Sevilha (século XII até ao século XIV) (REINA;

TORRES, 2005, p.48). No Castelo de Palmela aparecem em contextos que abrangem variadas cronologias, que vão desde o século XI (ARAÚJO, 2014, estampa 48: 1857 e 1858), finais do século XI - século XII (FERNANDES, 2004, p.164) até aos finais do século XII - século XIV (FERNANDES, 2004, p.172).

Por último, o bordo de alguidar extrovertido com lábio subtriangular (peça 1374-14) (anexo VI, p.129) encontra exemplar semelhante⁵⁶ no centro histórico de Oeiras, cujos materiais foram englobados num horizonte cronológico entre os séculos X e XI, apesar do perfil do alguidar aí identificado poder indiciar uma cronologia mais tardia, segundo os autores (FERNANDES; CARDOSO; ANDRÉ, 2009, p.105/p.111 fig.9:12). Também foi identificado um exemplar de bordo similar no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, enquadrável na 1ª metade do século XII (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2003, p.163 fig.24) e na Igreja de São Lourenço (Mouraria), num contexto inserível nos séculos XII/XIII (RODRIGUES, 2018, anexos p.95).

Não obstante a inexistência de um exemplar que permitisse a obtenção de um perfil completo, podemos constatar que o corpo dos alguidares se apresenta troncocónico invertido.

Sabe-se que os alguidares de corpo troncocónico introvertido são os mais frequentes, verificando-se, no entanto, duas variantes distintas: uma em que o alguidar apresenta o bordo extrovertido, lábio semicircular, base larga e paredes curtas, que surge em época califal e perdura para além da ocupação islâmica; e outra em que o alguidar apresenta o bordo extrovertido e lábio semicircular ou quadrangular e paredes altas, que remonta à época das taifas, mas que deixa de se verificar a partir da época almóada, altura em que surgem os alguidares com bordos praticamente verticais com lábios quadrangulares e corpo cilíndrico, com alturas distintas (COELHO *et al.*, 2014, p.686/687).

12.2. Loiça de mesa

A loiça de mesa era utilizada, tal como o próprio termo sugere, “*para servir à mesa*”. Nela se inserem tigelas, taças, jarrinhas e jarros/bilhas. As peças de loiça de mesa apresentam, muitas vezes, revestimento a vidro (principalmente tigelas) e fabricos

⁵⁶ O exemplar aparenta conter uma parede de perfil diferenciado do exemplar 1374-14.

exógenos. Estas peças revelam a necessidade de as famílias ostentarem loiças de maior luxo no serviço de mesa.

12.2.1. Tigelas não vidradas

Podemos definir tigelas como “*formas abertas de corpo semi-esférico e de tamanho variável mas de diâmetro da boca superior a 150 mm*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.461), destinadas ao serviço de mesa (ROSSELLÓ BORDOY, 1991, p.167).

A tigela caracteriza-se por uma grande diversidade morfológica evidenciada ao longo do período islâmico. Algumas tigelas acabam, no entanto, por persistir no tempo, como é o caso das tigelas não vidradas, as quais coincidem, não raras vezes, com as formas das caçoilas, acabando por ter peculiar importância, para a designação funcional, a existência de marcas de fogo (GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1030). Com efeito, a utilização do mesmo tipo de peças para cozinhar os alimentos na cozinha e para servir à mesa torna-se evidente nas tigelas/caçoilas de bordo introvertido (tipo 1) e com aba oblíqua (tipo 7). É, todavia, claro o maior número de tigelas/caçoilas de bordo introvertido na cozinha, tendo em conta a presença de marcas de queimaduras.

No conjunto estudado foram identificados 7 tipos de bordo correspondentes a tigelas não vidradas: bordo introvertido com lábio arredondado (tipo 1); bordo de tendência vertical com lábio arredondado (tipo 2); bordo vertical ou ligeiramente introvertido com lábio semicircular espessado no exterior (tipo 4); bordo vertical com lábio semicircular (tipo 5); bordo vertical ou ligeiramente introvertido com lábio em aba oblíqua (tipo 7); bordo vertical com lábio triangular (tipo 8.3); bordo vertical com lábio subtriangular (tipo 9).

Não foram detetados paralelos para as tigelas de tipo 1 (anexo VI, p.115), tipo 4 (anexo VI, p.118) e tipo 8.3 (anexo VI, p.123), sem presença de queimaduras. Ao invés, verificámos múltiplos exemplares para as caçoilas, com as mesmas tipologias de bordo (exceção feita ao tipo 8.3 que é apenas identificado em fragmentos sem presença de queimadura).

Encontramos peças do tipo 2 (anexo VI, p.117), sem presença de queimadura, na Alcáçova do Castelo de São Jorge e na Alcáçova de Santarém, com cronologias inseríveis nos séculos XI-XII (GOMES *et al.*, 2001, p.135 fig.16; SILVA, 2011, anexos estampa 11:102/104).

Relativamente à tipologia 5 foi identificado somente um exemplar de tigela (peça 1361-3) (anexo VI, p.119), para o qual encontramos paralelo na zona da Arrochela, em Silves (GOMES, 2011, p.129).

As tigelas mais representadas no conjunto são aquelas que apresentam bordo vertical ou ligeiramente introvertido em aba oblíqua (tipo 7) (anexo VI, p.121). Foram contabilizados 14 exemplares de bordo, sem presença de queimadura. Este tipo de bordo parece surgir frequentemente em contextos atribuídos aos períodos finais da ocupação islâmica⁵⁷. Concretamente, verifica-se a presença destes bordos nas seguintes zonas lisboetas: alcáçova do Castelo de São Jorge (GOMES *et al.*, 2001, p.134 fig.13/14; p.137 fig.19), unidade habitacional P/Q -9/11 da Praça da Figueira (MIRA, 2018, p.76/77) e no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, atribuídos à 1ª metade do século XII (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2003, p.175/177). Este tipo de bordo foi ainda identificado em Palmela, com cronologia mais recuada, século IX/ inícios do século X, tendo prevalência até aos inícios da época cristã – finais do século XII (ARAÚJO, 2014, estampas 6, 11, 27, 31, 41, 42, 52 e 62) e inícios do século XIII (FERNANDES, 2001, p.192; FERNANDES, 2004, p.163). Em Santarém foram identificados exemplares semelhantes na alcáçova, inseridos num contexto atribuível à 1ª metade do século XII (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.143) e na Rua 5 de Outubro, inseríveis numa cronologia mais tardia, século XIII (LIBERATO, 2011, anexo V). Em território espanhol identificámos este tipo de tigela na cidade de Huelva (TERUEL; CARRASCO; RODRÍGUEZ; HERNANDO, 2008, p.75/76).

Por fim, para a peça 1196-5, com bordo vertical e lábio subtriangular (tipo 9) (anexo VI, p.123), encontramos uma peça similar, com pintura a vermelho, na Alcáçova do Castelo de São Jorge, datável de meados do século XI - século XII, à qual foi atribuída a nomenclatura de malga (GOMES *et al.*, 2001, p.152).

Apenas foram atribuídos 3 fundos à categoria de tigela. Uma das bases apresenta-se com pé anelar, fragmento 1554-6, certamente pertencente à mesma peça do bordo 1361-3, tendo em conta o seu fabrico e coloração. Os outros dois fundos apresentam-se planos, semelhantes aos das caçoilas, mas sem presença de queimadura. A circunstância de serem identificadas tão poucas bases de tigela quando comparado ao número de bordos

⁵⁷ Em Palmela considera-se que a variante de lábio pendente ter-se-á desenvolvido mais nos períodos almorávida e almóada (FERNANDES, 2001, p.192).

indiciará, conforme referido, a utilização de grande parte dos recipientes de mesa na cozinha. De referir que os fundos podem apresentar queimaduras, em casos em que o bordo e corpo da peça estão intactos, como sucede com a peça 1214-1 (anexo VI, p.98).

Os diâmetros das tigelas têm dimensões que medeiam entre os 19 e os 38 cm, maioritariamente entre 24 a 32 cm. Os fundos variam entre os 11 e os 18 cm.

Relativamente à decoração contém, nalguns casos, pintura a branco sobre o bordo em conjuntos de 4 traços, nas tigelas correspondentes à tipologia 7 (anexo VI, p.94/p.121). A pintura a vermelho encontra-se presente no interior de duas tigelas - num bordo (anexo VI, p.101/p.123) e num fundo, com pé anelar, peça 1554-6 (anexo VI, p.85).

Nas tigelas são mais frequentes os acabamentos com engobe avermelhado junto com brunido⁵⁸, no interior das peças.

Foram detetados 5 fabricos distintos nas tigelas com superfícies não vidradas. 28 indivíduos pertencem ao fabrico F1; 2 indivíduos apresentam fabrico F2; os fabricos F4, F7 e F8 são visíveis apenas num indivíduo cada. Todas as tigelas não vidradas apresentam pastas de produção local/regional.

12.2.2. Tigelas vidradas

De entre as formas com superfícies vidradas destaca-se claramente a tigela, tal como sucede nos contextos islâmicos detetados no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Mandarin Chinês, na alcáçova do Castelo de Lisboa, na alcáçova de Santarém, entre outros.

Esta forma seria um dos principais componentes de serviço de mesa. Considera-se que as de maiores dimensões serviriam como travessas para colocar a comida na mesa, enquanto que as de menores dimensões, neste caso, as taças, como pratos individuais ou para colocar alimentos como frutos secos na mesa (CATARINO, 1997, p.772).

As tigelas vidradas surgem na época califal. As formas mais antigas não apresentam pé anelar, são produzidas com decoração a verde e manganês e, em raros casos, a branco e castanho/negro (óxido de manganês) sem o verde, ou com vidrado monocromo (GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1030).

⁵⁸ O engobe avermelhado e o brunido interno é uma técnica de impermeabilização muito utilizada no Garb (CATARINO, 1997, p.826). O brunido passa a utilizar-se com maior frequência sob o domínio das dinastias africanas (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2007, p.102).

Segundo o grupo CIGA, a partir de finais do século X, mas sobretudo a partir do século XI, surgem as bases anelares que vão dominar a tipologia. Considera-se que nos reinos de Taifa, os anéis apresentam pouca altura e perfil vertical, e que, a partir do século XII, se tornam mais altos, com perfil diagonal e com um diâmetro menor em relação ao bordo, comparativamente ao período anterior. Os bordos apresentam-se com lábios arredondados, biselados ou com moldura de secção semicircular, sendo que a partir do século XII surgem lábios em pequena aba e com moldura de secção triangular. No final dos Reinos de Taifas e durante o período almorávida, surgem as formas carenadas que se evidenciam em diversas variantes e com tendência a acentuar a curvatura da carena (GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1031).

As tigelas vidradas do conjunto estudado contêm cinco tipologias distintas: bordo oblíquo e lábio arredondado sem espessamento (tipo 3); bordo vertical ou oblíquo com lábio semicircular ou em pequena aba (tipo 5); bordo vertical ou ligeiramente introvertido com lábio triangular (tipo 8); bordo vertical com lábio plano com ligeiro espessamento exterior (tipo 10.3); bordo vertical com lábio quadrangular (tipo 11).

As paredes das tigelas vidradas são convexas ou ligeiramente convexas contendo, em certos casos, uma carena acentuada. Os fundos contêm pé anelar de variadas alturas. Os diâmetros do bordo variam entre os 18 e os 32 cm, sendo mais frequentes os que apresentam entre 20 e 30 cm. As bases de pé anelar variam entre os 8 e os 12 cm. As superfícies revestidas a vidro exibem, predominantemente, uma só cor, mas são também visíveis superfícies com mais tonalidades.

Foram identificados 3 fragmentos de bordo oblíquo com lábio arredondado sem espessamento (tipo 3) (anexo VI, p.117), que encontram paralelos semelhantes em Coimbra, com cronologia inserível nos séculos X/XI (CATARINO; FILIPE; SANTOS, 2008, p.365/377 fig.16:1). Em Mértola encontram-se tigelas com este tipo de bordo com pintura a branco ou vidradas a verde e manganês, datadas desde a época califal até ao período almóada (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.126/359).

Estão presentes no conjunto 4 tigelas com bordo vertical ou ligeiramente oblíquo e lábio semicircular (peça 1258-1, peça 1255-21 e peça 1196-1; 1543-1) ou em pequena aba (peça 1192-6) (tipo 5) (anexo VI, p.119), que encontram paralelos em Mértola e no Mandarim Chinês, em Lisboa, com cronologias inseríveis nos séculos XI-XII (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.362/365/372; BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.607

fig.39:218). Também foram identificadas peças similares a esta tipologia na Rua do Sembrano, em Beja (CASMARRINHA, 2013, p.151: fig.42).

O tipo de bordo que contém uma maior presença no conjunto estudado (21 exemplares) é a tipologia número 8 (anexo VI, p.122/123). Encontramos vários exemplares inseríveis nesta tipologia em contextos medievais islâmicos. Na cidade de Lisboa identificámos este tipo de tigelas no acervo cerâmico recolhido no claustro da Sé Catedral, com cronologias de finais do século XI, 1ª metade do século XII (AMARO, 2001, 189), na unidade habitacional P/Q -9/11 da Praça da Figueira (MIRA, 2018, p.89) e no Mandarin Chinês, em materiais datáveis dos séculos XI/XII, com paredes claramente convexas (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.606 fig.37:229/250), de características próximas aos exemplares 1355-2 e 1192-3 e também com paredes ligeiramente convexas com pareências aos exemplares 1255-22, 1175-1 e 1196-2 (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.606 fig.37:587/588/591). Na alcáçova de Santarém estas tigelas surgem enquadráveis na 1ª metade do século XII (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p. 134). Em Mértola este tipo de bordo encontra-se presente em exemplares inseríveis na época almóada (2ª metade do século XII – 1ª metade do século XIII) (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.129/130; GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1035).

Não foram identificados paralelos equivalentes para as tipologias 10.3 (peça 1374-2) (anexo VI, p.124) e 11 (peças 1533-3 e 1362-2) (anexo VI, p.125).

Detetámos 8 fabricos distintos nas pastas pertencentes à forma de tigela de superfícies vidradas: 4 indivíduos para o fabrico V1; 9 indivíduos para o fabrico V2 (1); 19 indivíduos para o fabrico V2 (2); 9 indivíduos para o fabrico V3 (1); 4 indivíduos para o fabrico V3 (2) e somente 1 exemplar para os fabricos V6 e V9. A grande diversidade de fabricos identificados confirma a existência de diferentes centros oleiros que se dedicavam à produção de tigelas. Identificámos exemplares de proveniência local/regional e outros, que deverão pertencer a importações, muito provavelmente oriundos do Sul de Espanha.

12.2.3. Taças vidradas

A taça é caracterizada pelo grupo CIGA como tendo “*forma aberta, de corpo semiesférico, de reduzidas dimensões (diâmetro da boca inferior a 150 mm)*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.461). Esta forma teria por função a ingestão de bebidas

(ROSSELLÓ BORDOY, 1991, p.168) ou utilidade como prato individual, como atrás referido (CATARINO, 1997, p.772).

Conforme consta do ensaio crono-tipológico do CIGA, o único fator distintivo entre taça e tigela é o diâmetro do bordo. As tigelas têm diâmetro de boca superior a 15 cm. Já a taça tem um diâmetro inferior aos 15 cm.

Apenas foram atribuídos dois exemplares ao termo de taça (peça 1255-22 e peça 1192-1/17).

No entanto, é importante referir que a peça 1255-22 poderá ter uma ligeira margem de erro relativamente ao seu diâmetro, devido à reduzida dimensão do fragmento, podendo tratar-se de uma peça com maiores dimensões. Este exemplar contém um vidrado parcial, contendo apenas a superfície interior revestimento a vidrado, diferenciando-se, assim, dos exemplares atribuídos à categoria de tigela, cujo vidrado se encontra presente em ambas as superfícies (interior e exterior).

Por sua vez, a peça 1192-1/17 (anexo VI, p.120) não contém um bordo com comprimento suficiente para determinar o seu diâmetro, pese embora a sua forma se assemelhe a exemplares classificados segundo o termo de *taça* noutros arqueossítios. Não podemos, no entanto, deixar de por a hipótese de que a peça possa apresentar maiores dimensões, tratando-se nesse caso de uma *tigela*.

O fragmento de bordo 1255-22 pertence à tipologia 8.2 (anexo VI, p.122), tendo lábio triangular e parede ligeiramente convexa. Contém um fabrico de proveniência local/regional (fabrico V3 (1)).

A peça 1192-1/17 apresenta um bordo vertical com lábio plano ligeiramente espessado no exterior (tipo 6) e pertence ao fabrico V2 (1). Este exemplar tem um formato semelhante a uma taça encontrada em Alcácer do Sal (PAIXÃO; CARVALHO, 2001, p.222 fig.7:17) e um bordo similar a um exemplar exumado na Alcáçova do Castelo de Mértola (TORRES, 1987, peça 55; TORRES; MACIAS, 2002, p.157 fig.90), em ambos os casos, inseridos em contextos atribuíveis à 2ª metade do século XII - 1ª metade do século XIII.

12.2.4. Prato vidrado

O prato é definido como uma “*forma muito aberta para servir alimentos, em que a altura é inferior a um quarto do diâmetro do bordo*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.461).

Apenas identificámos um exemplar inserível nesta categoria (peça 1237-1) (anexo VI, p.103). A peça apresenta-se vidrada apenas no interior, ao contrário do sucedido nas tigelas, em que o vidrado se localiza em ambas as faces.

Os pratos vidrados costumam apresentar aba larga, diferenciando-se do bordo da peça 1237-1. Surgem com decoração a verde e manganês ou com superfícies meladas (GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1038).

O exemplar 1237-1 contém uma tonalidade esverdeada e apresenta um motivo decorativo de cor acinzentada, cuja figuração não se encontra perceptível. Insere-se na tipologia 8.2, apresentando bordo triangular e parede ligeiramente convexa. Identificámos um perfil semelhante num exemplar, em cerâmica não vidrada, exumado no Castelo de São Jorge, ao qual foi atribuída a categoria de malga ou saladeira (GOMES *et al.*, 2001, p.136).

O exemplar encontra-se inserido no fabrico V2(2), de produção local/regional.

12.2.5. Jarrinhas

A jarra é um “*objecto de forma fechada, tamanho médio, corpo de tendência globular, colo e boca relativamente largos e duas ou mais asas*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.461). Destinava-se à contenção de líquidos, sendo que as de menores dimensões serviriam para ingestão direta de bebidas (GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2019, p.364).

Tivemos dificuldade em classificar, com segurança, alguns dos bordos associados à forma de jarrinha, devido à ausência, na maior parte dos casos, da junção com as asas. No entanto, o elevado número de asas encontradas no conjunto fez com que a sua classificação como jarrinhas, ao invés de púcaros (forma de uma só asa, segundo o grupo CIGA), fosse mais fiável, tendo sido consideradas as duas asas ao invés de uma para a realização do NMI. Esta dificuldade foi acrescida devido ao facto de os bordos dos copos se assemelharem aos das jarrinhas. Parece-nos que é o menor diâmetro, nos casos de ausência do corpo, que acaba por diferenciar a forma tipológica do copo da forma de jarrinha. No entanto, as jarrinhas podem conter dimensões variadas, chegando a atingir dimensões reduzidas semelhantes às dos copos. Alguns autores, devido aos diferentes

tamanhos que as jarrinhas adquirem, designam de jarras as peças de maiores dimensões e de jarrinhas as peças de menores dimensões. Pelos motivos enunciados, optámos por englobar os bordos de menores dimensões, como as peças 1374-21 e 1237-48 (anexo VI, p.105/130), na categoria de jarrinha e utilizar apenas essa terminologia para contagem de NMI, embora se possa admitir a possibilidade de pertença a copos.

Os diâmetros dos bordos de jarrinha presentes no conjunto variam entre os 8 e os 18 cm, sendo mais comuns os que se situam entre os 10 e os 14 cm. As asas apresentam secção oval ou triangular e espessura entre os 8 e os 17 mm, mais frequente entre 11 a 14 mm. Apenas foi identificada uma base classificada na categoria de jarrinha, com 7 cm de diâmetro (peça 1533-2) (anexo VI, p.89).

Algumas jarrinhas apresentam decoração nos bordos, nas asas ou nas paredes em pintura a branco, vermelho ou a preto. A pintura a branco é sem dúvida a que se encontra mais representada nos fragmentos estudados. Concretamente, nove bordos e em dez asas de jarrinha. Por seu turno, a pintura a vermelho encontra-se presente em quatro bordos e a pintura a preto numa parede e em quatro asas, sempre sobre pastas claras, esbranquiçadas.

Os bordos identificados no conjunto inserem-se em nove tipologias: bordo de tendência vertical com lábio arredondado sem espessamento (tipo 1.1), com espessamento interior (tipo 1.2) e com espessamento exterior (tipo 1.3); bordo vertical com lábio plano sem espessamento (tipo 2.1) e com espessamento interior (tipo 2.2); bordo vertical com lábio ligeiramente biselado no exterior (tipo 3); bordo extrovertido com lábio arredondado (tipo 4); bordo vertical com lábio triangular (tipo 5); bordo vertical com lábio biselado no interior (tipo 6).

O bordo de jarrinha vertical com lábio arredondado sem espessamento (tipo 1.1) (anexo VI, p.130) foi identificado em 11 indivíduos. Parece-nos ser uma das tipologias mais comuns nos contextos islâmicos, contendo também um amplo horizonte cronológico. Este tipo de jarrinha foi identificado em diversas localidades: em Lisboa - na Alcáçova do Castelo de São Jorge (GOMES *et al.*, 2001, p.128,129,130,148,149), no Mandarim Chinês (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.600 fig.28:571,577,228,574,573) e na igreja de São Lourenço (Mouraria) (RODRIGUES, 2018, anexos p.73/75) - em contextos inseríveis nos séculos XI/XII; em Mértola, em contextos datáveis dos séculos X/XI, mas também da 1ª metade do séc. XIII (GÓMEZ

MARTÍNEZ, 2014, p.393/394/396); no Convento da Graça, em Tavira, com cronologia dos séculos XI/XII (CAVACO; COVANEIRO, 2012, p.63); em Moura, com datação inserível nos séculos X/XI (MACIAS, 1993, p.132 fig.9); em Niebla, com datação atribuível aos séculos X/XI (MACIAS; BEDIA, 1993, p.59); em Silves, com uma ampla cronologia que vai desde o século VIII ao século XII (GOMES, 2011, p.373).

Este tipo de bordo apresenta, portanto, uma cronologia diversificada que vai do século VIII até ao século XIII, abrangendo todo o período medieval islâmico.

As jarrinhas de bordo vertical com espessamento interior (tipo 1.2)⁵⁹ (anexo VI, p.130), muito frequentes em contextos islâmicos, encontram-se representadas em 9 fragmentos. Foram encontrados diversos paralelos relativamente a esta tipologia. Em Lisboa foram identificados na Praça da Figueira (MIRA, 2018, p.91), no Claustro da Sé Catedral (AMARO, 2001, p.185 fig.4), no Mandarin Chinês (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.600 fig.28: 195,578,572,575), no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2003, p.180 fig.37:3362,3406,3513) e na igreja de São Lourenço (Mouraria) (RODRIGUES, 2018, anexos p.69). Os exemplares revelados nestes arqueossítios apresentam cronologias inseríveis, sobretudo, na 2ª metade do século XI/1ª metade do século XII.

Encontramos este tipo de jarriinha noutras localidades. Em Santarém, em três locais distintos: na Rua 5 de Outubro, num contexto datável de finais do século XI, inícios do século XII (LIBERATO, 2011, anexo III), no Convento de São Francisco, com cronologia inserível nos séculos X/XI (LOPES; RAMALHO, 2001, p.58) e na Alcáçova, em contextos datáveis dos séculos XI/XII (SILVA, 2011, anexos estampa 24: 257,262,263,267 estampa 25: 276, 278, 280 estampa 26:292; VIEGAS; ARRUDA, 1999, p. 115 fig.4:1,2,5,10,11 e 12). Foi ainda identificado no Castelo de Palmela, com cronologias que vão dos séculos VIII/IX aos finais do século XII (ARAÚJO, 2014, estampa 2 e 62; FERNANDES, 2004, p.179 fig.238:24 e 28), na Rua António Joaquim Granjo, em Setúbal (DUARTE, 2018, p.224 fig.10:31/32), na Casa de los Tiros, em Granada (AGUILERA, 1999, p. 111 fig.7: 2, 3 e 4) e em Niebla, com cronologia inserível nos séculos XI-XII (MACIAS; BEDIA, 1993, p.59).

No conjunto apenas foram identificadas duas peças cuja a asa arranca diretamente do bordo, ambas pertencentes à tipologia tipo 1.2. Este tipo de forma surge

⁵⁹ Este tipo de bordo surge frequentemente, ao que nos parece, nos copos.

frequentemente atribuída à categoria de púcaro. Com efeito, no Castelo de São Jorge, as peças em que o arranque da asa se dá a partir do bordo encontram-se inseridas nesta categoria, por apresentarem apenas uma asa (GOMES *et al.*, 2001, p.128). Também na zona da Arrochela (Silves) e no Ribat da Arrifana este tipo de forma é identificada em exemplares com a existência de uma única asa, bules e púcaros, de arranque a partir do bordo (GOMES, 2011, p.372/374; GOMES; GOMES, 2007, p.94). É importante mencionar que, apesar de não terem sido identificados mais exemplares nos quais o bordo surja associado à respetiva asa, detetámos a presença de alguns arranques de asa que não partem do bordo, mas antes do seu colo, situando-se a asa ligeiramente mais abaixo do bordo.

A última tipologia inserível na primeira categoria de jarrinha diz respeito ao bordo que denota um perfil de tendência vertical com espessamento exterior (tipo 1.3) (anexo VI, p.131). Esta tipologia foi identificada somente em 4 indivíduos. Encontramos uma peça semelhante aos nossos exemplares no Claustro da Sé Catedral de Lisboa, datável da 2ª metade do século XI/1ª metade do século XII (AMARO, 2001, p.185 fig.6) e na Alcáçova de Santarém, com cronologia inserível nos séculos XI/XII (SILVA, 2011, anexos estampa 27:302). Em Palmela, os exemplares inseríveis nesta tipologia contêm cronologias mais recuadas, século VIII – século X (ARAÚJO, 2014, estampas 2, 3 e 13). Também identificámos exemplares similares em Huelva (Espanha) (TERUEL; CARRASCO; RODRÍGUEZ; HERNANDO, 2008, p.81).

Os únicos paralelos identificados para a forma de jarrinha com bordo plano (tipo 2) (anexo VI, p.131) foram recolhidos no Castelo de Palmela, em duas unidades estratigráficas distintas, uma atribuída ao final do século X / inícios do século XI (ARAÚJO, 2014, estampa 25) e outra datável do século XI (ARAÚJO, 2014, estampa 44). No entanto, as referidas peças não apresentam similaridades com os exemplares 1192-51 e 1189-9. O mesmo sucede com a peça 1175-80 (tipo 3).

Relativamente à jarrinha em corda seca parcial de bordo extrovertido, com lábio arredondado, peça 1543-3 (tipo 4) (anexo VI, p. 132), foi encontrado um exemplar de perfil semelhante no Convento de São Francisco, em Santarém, com cronologia inserível nos séculos X/XI (LOPES; RAMALHO, 2001, p.62 fig.13:394).

A jarrinha de bordo vertical com lábio triangular (tipo 5) (anexo VI, p.132), tipologia presente apenas num exemplar (peça 1237-51), encontra paralelos na alcáçova

de Santarém⁶⁰, num contexto atribuível aos séculos XI/XII (SILVA, 2011, anexos estampa 7:46; estampa 25:284).

Por último, encontramos exemplares semelhantes à jarrinha com bordo vertical de lábio biselado no interior (tipo 6) (anexo VI, p.132) no Convento de São Francisco de Santarém, datáveis nos séculos X/XI (LOPES; RAMALHO, 2001, p.58), na igreja de São Lourenço (Mouraria) e na Alcáçova de Santarém, ambos em contextos atribuíveis aos séculos XI/XII (RODRIGUES, 2018, anexos p.70; SILVA, 2011, anexos estampa 25:275/277). Também são identificados exemplares correspondentes em Lorca (Múrcia) (PARRA; SANDOVAL, 2006, p. 110) e na Casa de los Tiros (Granada) (AGUILERA, 1999, p. 111 fig.7: 2, 3 e 4).

Das 51 jarrinhas (em cerâmica não vidrada) identificadas no conjunto estudado, 40 pertencem ao fabrico F1, 2 ao fabrico F3, 7 ao fabrico F9 e apenas 1 único indivíduo aos fabricos F6 e F10.

No conjunto foram também observadas peças com superfícies vidradas às quais foi atribuída a categoria de jarrinha. Foram detetadas quatro asas com superfícies totalmente vidradas a que foram atribuídos os fabricos V1, V2 (1) e V3 (1).

Foram ainda identificados dois bordos (1543-3 e 1192-35), um dos quais já mencionado (peça 1543-3), uma asa (peça 1196-13) e uma parede (1258-4) decorados em corda seca parcial, aos quais foram atribuídos os fabricos V3 (1) (bordos), V10 (asa) e V4 (parede). Identificámos ainda um fragmento de parede (peça 1374-1), provavelmente pertencente a uma jarrinha, em corda seca total, ao qual foi atribuído o fabrico V5(1).

12.2.6. Jarros, Bilhas e Garrafas

A bilha caracteriza-se pela sua “*forma fechada, de tamanho pequeno ou médio, de corpo globular, gargalo e boca estreitos e com uma ou duas asas*”. Ao passo que o jarro apresenta uma “*forma fechada, de tamanho médio, de corpo globular com uma única asa*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.460). Ambas as formas seriam utilizadas para contenção de líquidos (ROSSELLÓ BORDOY, 1991, p.166).

Por não contermos qualquer peça que nos permita identificar a existência de apenas uma ou mais asas, optámos por classificar os fragmentos potencialmente

⁶⁰ O autor atribui às formas a categoria de cantarinha/infusa e de copo (SILVA, 2011, anexos estampa 7:46; estampa 25:284).

pertencentes a estas formas com a designação de jarro/bilha. Fica assim excluída a denominação garrafa, “*forma de corpo globular, gargalo e boca estreitos, mas sem asas e sem bico*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.460), não só pela impossibilidade de, com certeza, inserirmos alguma peça nesta categoria, mas sobretudo pela atribuição de asas às formas que englobamos na categoria de jarro/bilha.

Apenas foi atribuída a nomenclatura de jarro/bilha a dois bordos (em cerâmica não vidrada). Os fragmentos apresentam o mesmo tipo de bordo vertical com lábio arredondado. No Mandarin Chinês, este tipo de bordo surge classificado como pertencente a um cântaro⁶¹ (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.597 fig.25:566), hipótese que considerámos possível para a peça 1357-14. No entanto, devido à pequena dimensão de boca e semelhança com a peça 1554-2, certamente pertencente a uma loiça de mesa, optámos por classificar a peça 1357-14 como jarro ou bilha. Os fragmentos (peça 1554-2 e 1357-14) (anexo VI, p.132) apresentam um diâmetro de boca de 7 e 8 cm. O diâmetro dos exemplares apresenta-se ligeiramente inferior aos observados na grande maioria dos cântaros encontrados no conjunto.

Foi atribuída a categoria de jarro/bilha, em cerâmica vidrada⁶², apenas a dois gargalos (anexo VI, p.89 e p.107) e a uma parede (peça 1266-1) na qual é perceptível um arranque de asa (anexo VI, p.107). O perfil da peça contém semelhanças a um exemplar exumado na alcáçova de Santarém (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.127 fig.6:15).

Do espólio estudado constam seis asas e dois fundos que deverão pertencer à forma de jarro ou de bilha. Apesar de admitirmos que a base 1996-85 (anexo VI, p.107) possa pertencer a uma jarrinha. Esta peça apresenta pé anelar, geralmente identificado em jarros e jarrinhas datáveis na 2ª metade do século XII- 1ª metade do século XIII (GOMES, 2011, p.377; CAVACO; COVANEIRO, 2012, p.103/106; GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2019, p.364/365).

Relativamente às asas, o critério distintivo para a sua atribuição à categoria de jarro/bilha prendeu-se com a sua forma sobre-elevada em relação às restantes. Concretamente, as asas diferenciam-se por não conterem o perfil vertical presente nas

⁶¹ Importa referir que o bordo encontrado no Mandarin Chinês apresenta um diâmetro de 10,4 cm de diâmetro, por um lado, e, por outro lado, denota uma maior presença de caneluras na superfície exterior (BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004, p.597/618).

⁶² Em Mértola os jarros começam a cobrir-se de vidro apenas durante o período almóada. É também nesse período que as bilhas, que já se vidravam na época califal, levantam o corpo adquirindo forma de pera (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.304).

asas inseridas nas outras categorias formais. A sua espessura varia dos 8 aos 13 mm. Os dois fundos atribuídos à forma de jarro/bilha apresentam um diâmetro de 4 e 6 cm.

Foram identificados ao todo, na categoria funcional de jarro/bilha, 11 indivíduos em cerâmica não vidrada e 3 em cerâmica vidrada. Dos indivíduos que apresentam superfícies não vidradas 9 correspondem ao fabrico F1, de produção local/regional; e, as restantes duas peças aos fabricos F9 e F10, cuja pasta indicia produção importada. Os 2 gargalos de superfícies vidradas apresentam pastas de fabrico V3 (1), cuja produção será local/regional. A peça 1266-1 corresponde ao fabrico V2 (2), também de produção local/regional.

12.3. Armazenamento e transporte

Nesta categoria inserem-se as formas cuja função seria armazenar e transportar comidas e bebidas, como sejam cântaros, potes e talhas.

12.3.1. Cântaros

O CIGA designa a forma de cântaro como uma *“vasilha fechada, de forma ovóide, com asas, um gargalo e boca relativamente estreitos para que o líquido não se verta”* (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.460). Serviria para transportar e guardar água (ROSSELLÓ BORDOY, 1991, p.164; CATARINO, 1997, p.794).

Foram contabilizados no contexto estudado 20 cântaros, entre os quais se encontram 15 bordos. Apresentam diâmetros que variam entre os 8 e os 12 cm, sendo mais comuns aqueles que rondam os 10 e os 12 cm.

As asas contêm uma secção fitiforme com nervuras bem demarcadas, cuja espessura oscila entre os 6 e os 16 mm, sendo mais frequentes as espessuras entre os 9 e os 12 mm.

Relativamente aos fundos, não houve qualquer fragmento atribuído à categoria de cântaro, devido ao estado fragmentário das peças e à incapacidade de colagem com vários constituintes de parede que nos permitisse uma classificação com segurança. Por esse motivo, poderá haver fundos classificados como indetermináveis que pertençam a esta forma.

Nos cântaros foi apenas detetada a presença de pintura a branco como elemento decorativo. Algumas das peças exibem traços em cima do bordo ou logo abaixo, no colo.

Algumas asas dos cântaros encontram-se também decoradas com pintura a branco em conjuntos de 4 traços.

O bordo de cântaro maioritariamente representado no conjunto caracteriza-se por conter um perfil vertical e lábio em aba (tipo 1) (anexo VI, p.133). Ao todo foram identificados 13 bordos de cântaro com esta tipologia. Em Lisboa foi-nos possível identificar este tipo de bordo no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, datável no século XI (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2007, p.339/343, fig.27:2938). Encontrámos também exemplares similares nos arredores de Lisboa, nomeadamente em Sintra, numa habitação sobre o Castelo dos Mouros, inserível nos séculos XI/XII (SOUSA, 2012, p.263 fig.3); na Rua António Joaquim Granjo, em Setúbal (DUARTE, 2018, p.218 fig.5:11; p.224 fig.10:38/39); no Castelo de Palmela, com cronologias que vão do século IX/inícios do século X ao final do século XI/ inícios do século XII (ARAÚJO, 2014, estampas 7, 13, 18, 25, 46, 54, 56 e 59); e em Santarém, em dois locais distintos, na Rua 5 de Outubro, num contexto atribuído à 2ª metade do século XII - século XIII (LIBERATO, 2011, anexo V) e na Alcáçova, num contexto datável dos séculos XI/XII (SILVA, 2011, anexos estampa 5:30-33).

Para o cântaro com bordo ligeiramente oblíquo e lábio de tendência retangular espessado no exterior, peça 1192-41 (anexo VI, p.133), apenas identificámos um paralelo correspondente na alcáçova de Silves, numa camada atribuída ao período Almorávida-Almóada (2ª metade do século XI - 2ª metade do século XII) (GOMES, 2003b, p.388).

Para a peça 1196-61 (anexo VI, p.133) não foi identificado nenhum exemplar com bordo semelhante.

Todas as peças englobadas na categoria formal de cântaro pertencem ao fabrico F1, de produção local/regional.

12.3.2. Potes

O pote caracteriza-se pela sua “*forma fechada, de corpo geralmente ovóide ou globular, boca relativamente estreita, sem marcas de fogo ou outras características que indiquem tratar-se de um recipiente próprio para ir ao lume*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.461). Este recipiente serviria para armazenar e transportar reservas alimentares como compotas, especiarias, sal, mel, etc (CATARINO, 1997, p.786).

Atribuímos à categoria de pote a peça 1196-18 (anexo VI, p.134), de cerâmica não vidrada. Inicialmente foi inserida na categoria de panela, contudo, por o exemplar não apresentar queimadura e conter uma forma ligeiramente díspar dos restantes bordos atribuídos à categoria de panela, decidimos atribuir-lhe a categoria de pote. A referida peça tem como paralelo uma cerâmica, igualmente inserida nesta categoria, na Rua António Joaquim Granjo, em Setúbal, cujos materiais remetem para um horizonte cronológico inserível nos séculos XI/XII (DUARTE, 2018, p.216 fig.3:6). Este tipo de bordo também foi identificado em Palmela, atribuído à categoria de panela, em contextos inseríveis no século IX/inícios do século X (ARAÚJO, 2014, estampas 4: 33 e estampa 9: 258). O pote (peça 1196-18) corresponde ao fabrico 1 de produção local/regional e tem diâmetro de 14 cm.

Foi ainda identificado um pequeno bordo extrovertido e arredondado, de superfícies vidradas com tonalidade melada e 7 cm de diâmetro, ao qual atribuímos a categoria de pote (anexo VI, p.134). Encontra paralelo, com perfil similar, em Mértola, com cronologia inserível no século XII – 1ª metade do século XIII (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.97/98 fig. 5.1.4.5). A peça 1362-13 encontra-se inserida no fabrico V2 (2), de produção local/regional.

12.3.3. Talhas

A talha caracteriza-se pela sua “*forma fechada de grandes dimensões, de altura superior a 50 centímetros*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.460). Segundo os documentos árabes seriam utilizadas para guardar vinagre, farinha, azeite, água ou armazenar azeitonas (CATARINO, 1997, p.788).

No conjunto foram detetadas 27 paredes de talha. 26 fragmentos provenientes da fase das terraplanagens pertencem à mesma peça, tendo em conta a sua pasta, fabrico e coloração. A restante parede insere-se na última fase de abandono.

A nível decorativo, dois fragmentos apresentam cordão digitado, decoração abundantemente presente nestas formas. Este tipo de técnica decorativa, encontra-se, principalmente, em peças de grandes dimensões, podendo ter inclusive uma função de reforço estrutural da peça (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.199). Existem fragmentos de talha com este tipo de decoração já no séculos VII-VIII, por exemplo, no Montinho das Laranjeiras (COUTINHO, 1993, p.42). No fragmento pertencente à fase de abandono foi identificada uma linha incisa ondulada, técnica igualmente frequente nestas peças.

Os dois indivíduos pertencentes à forma de talha, apresentam fabrico certamente local/regional (fabrico F1).

12.4. Objetos de iluminação

12.4.1. Candis

O candil é definido como sendo um “*objeto de iluminação ostentando depósito fechado*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.461).

Contém duas partes constituintes: um depósito, que possui o combustível, e um bico, que contém a mecha. Possui ainda como elementos secundários o colo, local por onde se processa a alimentação do depósito e a asa, utilizada para deslocação do artefacto (KEMNITZ, 1993-94, p.433).

No contexto estudado identificaram-se dois candis de morfologias distintas, encontrados na mesma unidade estratigráfica, UE [2219], correspondente à fase de instalação do urbanismo.

O exemplar de cerâmica não vidrada (7185-1) (anexo VI, p.90) contém um depósito globular, com uma carena pouco acentuada, uma asa de secção circular e ausência de bico. Tudo leva a crer que o exemplar corresponda à tipologia 1B dos exemplares encontrados em Mértola, cuja cronologia atribuída é da 2ª metade do século XI às primeiras décadas do século XII (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.155). O exemplar de Mértola encontra-se, no entanto, fragmentado na zona do arranque da asa, não permitindo saber se esta se localiza acima da zona média da parede globular, como acontece com o exemplar aqui estudado. Com mais segurança podemos atribuir como paralelo o exemplar encontrado na Casa de los Tiros, em Granada, com datação dos finais do século XI - inícios do século XII (AGUILERA, 1999, p.113 fig.9:3/114).

A peça 7185-1 pertence ao fabrico F1, cuja produção terá origem local/regional.

No candil de superfícies vidradas, peça 10004-1 (anexo VI, p.91), o recetáculo do combustível apresenta uma forma globular, de menor dimensão relativamente ao candil em cerâmica fosca. Esta peça contém uma asa de secção circular e ostenta um bico muito bem facetado. Apesar de não ter sido identificada uma peça idêntica, podemos atribuir-lhe uma cronologia inserível nos séculos XI/XII, período em que os bicos dos candis passam a apresentar, na sua maioria, paredes rectas, bem facetadas, quase prismáticas

(SERRANO, 2011, p.73), tal como sucede no exemplar 10004-1. Este candil pertence ao fabrico V2 (2), cuja produção será local/regional.

Sabe-se que os candis surgem no início da ocupação islâmica, desenvolvendo-se durante o período califal (GONÇALVES; PIRES; MENDONÇA, 2007, p.645). Assumem durante o califado e no decorrer dos reinos de taifas (séculos X/XI), diversas decorações como ornamentações polícromas, propagando-se os vidrados e também decorações verde e manganês. No final deste período difundem-se as produções em corda seca parcial (SERRANO, 2011, p.60).

A sua tendência de evolução morfológica aponta para uma redução do diâmetro do reservatório, inicialmente de maior dimensão, em relação ao tamanho do bico, tendencialmente menor nos períodos iniciais. Também a sua ligação ao reservatório tende a tornar-se mais abrupta nas fases mais tardias (GONÇALVES; PIRES; MENDONÇA, 2007, p.645), nos períodos almorávida e almóada. Mantém-se, nestes períodos, semelhanças com as produções de cronologia anterior, passando, no entanto, a haver uma maior diversidade a nível formal - situação mais notória em época almóada (SERRANO, 2011, p.60/61) -, por um lado e, por outro lado, uma maior difusão da corda seca como motivo decorativo (SERRANO, 2011, p.74).

12.5. Objetos de uso doméstico indeterminado

12.5.1. Tampas

A tampa consiste num objeto de “*forma circular destinada a cobrir a boca de um recipiente. Uma pequena pega remata o seu ponto central*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.461).

No espólio foram identificadas 9 tampas com diâmetros que variam entre 11 e 17 cm, aos quais foram atribuídas 6 categorias tipológicas: bordo vertical com lábio arredondado; bordo vertical com lábio arredondado com carena; bordo extrovertido com lábio arredondado; bordo extrovertido com lábio arredondado espessado; bordo extrovertido com lábio em aba; bordo extrovertido com lábio em barbela (anexo VI, p.135).

Para as duas tampas com bordo vertical arredondado (tipo 1) encontramos peças similares no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, inseríveis nos séculos XI-XII (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2007, p.340 fig.24:684).

O exemplar que apresenta bordo vertical arredondado com carena (tipo 2) contém, de igual modo, paralelo inserível numa cronologia de meados do século XI - século XII, na alcáçova do Castelo de São Jorge (GOMES *et al.*, 2001, p.144 fig.35).

Para os dois exemplares que apresentam um bordo extrovertido arredondado (tipo 3), tipologia amplamente identificada em testes do período medieval islâmico, encontramos exemplares semelhantes no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, inseríveis cronologicamente nos séculos XI-XII (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2007, p.340 fig.24:4108; BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2003, p.168 fig.28:3317), na Alcáçova de Santarém, com cronologias pertencentes aos séculos XI-XII (SILVA, 2011, anexos estampa 1:1), em Silves, datáveis do século XII e dos séculos XII-XIII (GONÇALVES; PIRES; MENDONÇA, 2009, p.705) e em Palmela, atribuíveis ao século XII - século XIV (FERNANDES, 2004, p.171 fig.227:3/4).

Apenas identificámos uma tampa com bordo extrovertido arredondado e espessado (tipo 4), para o qual encontramos exemplares similares na Alcáçova de Santarém, atribuíveis aos séculos XI-XII (SILVA, 2011, anexos estampa 1:2 e 3).

Outros dois exemplares ostentam um bordo de perfil extrovertido com lábio em aba (tipo 5), para os quais foram identificados paralelos no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, atribuíveis à 1ª metade do século XII (BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2003, p.166 fig.27:3533; p.168 fig.28:2992) e no Castelo de Palmela, num contexto inserível na 2ª metade do século X (ARAÚJO, 2014, estampa 19).

Por último, foi identificado um testo cujo bordo se apresenta extrovertido e com lábio para o qual usualmente se utiliza o termo de “barbela” (tipo 6). Identificámos exemplares semelhantes no Castelo de São Jorge, em Alenquer e em Coimbra, com cronologias já inseríveis no período de transição (2ª metade século XII – século XIII) (GOMES *et al.*, 2005, p.233; CARDOSO; BATALHA, 2018, p.106 fig.3:34, 35 e 36; ALMEIDA; TEMUDO, 2012, fig.4: 22).

Todos os 9 indivíduos presentes no conjunto pertencem ao fabrico F1 de produção local/regional. Não foi identificado nenhum tipo de decoração nos exemplares atribuídos a esta categoria funcional.

12.6. Instrumentos de uso artesanal

12.6.1. Barras de forno

A barra de forno consiste num “*objeto cilíndrico maciço destinado a encaixar nas paredes de um forno de barras e sustentar as peças que vão ser cozidas*” (BUGALHÃO *et al.*, 2010, p.461).

Os fornos de barras são, ao que tudo indica, originários da Ásia Central, sendo especialmente adequados à cozedura de produções vidradas ou de decoração pintada (LIBERATO, 2011, p.59).

Nos materiais estudados foram identificadas três barras de forno (anexo VI, p.91 e 92). Estas peças serviriam de suporte das cerâmicas aquando a sua cozedura. Em duas das barras presentes no conjunto (peça 1655-1 e peça 1649-1) é perceptível a presença de resíduos de vidrado, que certamente terão escorrido das peças que se encontravam posicionadas por cima, confirmando, deste modo, a sua utilização em fornos de cerâmica vidrada.

É importante mencionar que no Mandarim Chinês foram descobertos quatro fornos (três de barras), sendo que os mais antigos (dois) terão laborado no decorrer do século XI, tendo sido desativados para a construção dos restantes dois, que terão laborado a partir de finais do século XI aos inícios do século XII (BUGALHÃO *et al.*, 2008, p.115/116). No Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros foi também identificado um forno que terá laborado igualmente entre o século XI e a 1ª metade do século XII (BUGALHÃO *et al.*, 2008, p.115).

Estes arqueossítios correspondiam, tal como o bairro islâmico da Praça da Figueira, ao arrabalde ocidental. Estas barras poderão ter vindo das referidas olarias e ter sido reaproveitadas. Sabe-se que uma das barras foi claramente utilizada como material de construção, já que foi identificada no meio da calçada (peça 1655-1).

As 3 barras pertencem ao fabrico F1, cuja produção terá origem local/regional.

13. Interpretação e discussão dos materiais através da análise estratigráfica

13.1. Fase 1: Terraplanagens

Algumas das cerâmicas provenientes dos níveis de planeamento de construção da calçada (UE [2219] e UE [2090]), permitem aferir uma cronologia segura relativamente aos contextos anteriores à sua construção.

A cerâmica estampilhada pertencente a uma base de tigela com pé anelar (anexo VI, p. 87), exumada do depósito [2219] é um dos elementos cruciais para a datação do planeamento urbanístico para construção da calçada.

Sabe-se que a técnica de estampilhagem surge sob o domínio das dinastias africanas, no período almorávida, tornando-se mais frequente sob domínio almóada (CATARINO, 1997, p.827; CAVACO *et al.*, 2013, p.375; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2018, p.158). É neste período que aumentam as técnicas ornamentais, não apenas a estampilhagem, mas também a incisão e o molde (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006, p.103). Está confirmada a produção de cerâmica vidrada com estampilhas nas olarias do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e do Mandarin Chinês, estruturas enquadradas no século XI e na 1ª metade do século XII (BUGALHÃO *et al.*, 2008, p.132; CAVACO *et al.*, 2013, p.375). Este tipo de cerâmicas de produção urbana e regional coexistia com cerâmicas de importação, sendo Sevilha um dos principais centros de produção e divulgação desta técnica, sobretudo a partir da queda do califado de Córdoba, em 1031 (TORRES, 2004, p.134).

A estampilha apresenta um desenho para o qual não nos foi possível encontrar qualquer paralelo. Exibe um motivo circular, que contém no seu interior um quadrado ao qual se sobrepõe um losango. Duas linhas incisadas delimitam a cartela circular decorada pela estampilha, sendo que no canto direito da linha inferior se destaca um outro traço. As linhas incisadas, juntamente com o motivo circular, contêm uma tonalidade mais acentuada, comparativamente à restante superfície, que apresenta um vidrado de tonalidade verde, menos prenunciada.

Os motivos estampilhados aplicados sob um vidrado monocromático verde ou melado são muito frequentes, podendo também ser aplicados sob um vidrado bicromático (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006, p.103; GÓMEZ MARTÍNEZ, 2018, p.158).

Não obstante não existirem paralelos para a nossa estampilha, importa referir a existência de uma peça de características semelhantes encontrada na Praça Nova do Castelo de São Jorge, atualmente presente no núcleo de exposição⁶³. A referida peça apresenta um vidrado verde, de tonalidade mais escurecida, e um motivo estampilhado mais simples, constituído somente por uma cartela circular com um motivo geométrico, representado por um “X”, delimitado por duas linhas incisadas. A sua datação aponta para meados do século XI - século XII e a sua produção encontra-se classificada como sendo importada, ao contrário do que sucede na estampilha da Praça da Figueira, cuja pasta aparenta ser de produção local/regional.

Os dois candis encontrados sob a calçada, também no depósito [2219], constituem outro importante elemento de datação para a sua construção.

O candil vidrado, peça 10004-1 (anexo VI, p.91), contém um recetáculo de combustível de forma globular e bico muito bem facetado. Elemento que indicia que a sua cronologia estará situada entre os séculos XI e XII, dado que é no decorrer deste período que os candis passam a apresentar os bicos com paredes rectas, bem facetadas, quase prismáticas (SERRANO, 2011, p.73).

Relativamente ao candil não vidrado, identificámos paralelos de forma semelhante à peça 7185-1⁶⁴, cujas datações se situam de igual modo, entre o século XI e inícios do século XII.

Também a presença de bordos de tigela, em cerâmica não vidrada, com lábio em aba, frequentemente encontrados em contextos almorávidas⁶⁵ (tipologia 7) (anexo VI, p.121), bem como as tigelas vidradas com lábio triangular (tipologia 8) (anexo VI, p.122), vêm apontar para essa cronologia. Com efeito, considera-se que os bordos das tigelas vidradas com lábios em pequena aba e triangulares sejam variantes que surgem apenas a partir do século XII. Nos períodos anteriores, os lábios apresentam-se arredondados, biselados ou com moldura de secção semicircular (GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1031).

⁶³ Informação recolhida no dia 20 de abril de 2019.

⁶⁴ Peça localizada sob o derrube da UE [2093].

⁶⁵ Em Palmela este tipo de bordo parece surgir com cronologias antecedentes (ARAÚJO, 2014, estampas 6, 11, 27, 31, 41, 42, 52).

De igual modo, a presença de algumas tigelas com carena acentuada, característica típica das tigelas do século XII, remete-nos para esta cronologia (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.184; GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1031).

As tigelas de carena alta, como o exemplar 1196-1;1543-1, parecem surgir a partir da época de taifa ou já no século XII (PÉREZ ASENSIO; JIMÉNEZ CASTILLO, 2018, p.182).

Outro importante elemento para a datação da construção do empedrado prende-se com a presença na UE [2219] e [2090] de fragmentos de panela ou caçoila com vidrado no interior, prática que é iniciada entre finais do século XI – inícios do século XII (VIEGAS; ARRUDA, 1999, p.184; GONÇALVES *et al.*, 2013, p.1027).

A presença de um fragmento de fogareiro na UE [2219] é outro indício que nos remete para esta datação. Esta forma é encontrada em Lisboa apenas em contextos almorávidas, não se conhecendo entre as cerâmicas dos contextos califais e de taifa (GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2012, p.28). Também noutras localidades esta forma parece estar atribuída sobretudo a contextos almorávidas e almóadas, sendo muito provavelmente um dos exemplos de loiça que vem evidenciar a maior quantidade de materiais que passa a haver sob o domínio das dinastias africanas face às cronologias anteriores. É neste período que passa a haver uma adaptação da morfologia das peças à sua função, abandonando-se em parte, a grande utilização de peças para fins diversificados (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2018, p.157).

Outro importante fragmento encontrado na UE [2219] é a parede a verde e manganês, peça 1361-1 (anexo VI, p.87).

Sabe-se que as primeiras produções com a técnica verde e manganês, existentes na Península Ibérica, remontam ao califado omíada. Esta técnica propagou-se rapidamente por todo o Garb al-Andalus, havendo logo na segunda metade do século X vários locais produtores (GÓMEZ MARTÍNEZ; DELERY, 2002, p.12). A decoração a verde e manganês destacou-se ao longo de todo o século XI, tendo sofrido um grande declínio no decorrer do século XII até ao seu quase desaparecimento em época almóada (GÓMEZ MARTÍNEZ; DELERY, 2002, p.12). No período almorávida constata-se uma nova série de peças com esta decoração, pese embora com um novo estilo estético. São sempre tigelas hemisféricas com um desenho geometrizar de influência norte-africana, com temas iconográficos diferentes dos que são encontrados na fase do califado. Ainda é

desconhecida a proveniência desta produção, que apresenta uma grande dispersão portuária no Mediterrâneo Ocidental (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2018, p.157). Foram encontradas cerâmicas com esta produção em cinco locais do Garb al-Andalus (Santarém, Lisboa, Palmela, Mértola e Silves) (GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2015, p.27).

No exemplar 1361-1, não é possível identificar o tema decorativo constituinte, devido à reduzida dimensão do fragmento. No entanto, nenhum dos dois fragmentos com decoração a verde e manganês presentes nos contextos estudados (peças 1361-1 e 1192-2) parece pertencer a esse novo estilo estético.

A parede de tigela decorada a verde e manganês (anexo VI, p.87) e a grande tigela com epígrafe (anexo VI, p.88) indicam que durante o período almorávida os vidrados policromos, típicos da época califal, continuavam a ser utilizados juntamente com as técnicas decorativas consideradas mais frequentes da época, como a corda seca parcial e total. A tigela com epígrafe⁶⁶ apresenta-se gatilhada, o que nos vem indicar que a peça terá sido partida e consertada, muito provavelmente, devido ao seu simbolismo ou valor monetário. Esta peça encontra-se decorada com manganês sob vidrado verde, apresentando também, em algumas zonas, umas manchas de tom amarelado.

O conjunto de cerâmica da UE [2219] apresenta, maioritariamente, superfícies não vidradas (70 indivíduos⁶⁷), por comparação às vidradas (17 indivíduos) (anexo V, tabela 1 e 2, p.55/56). A sua funcionalidade destina-se à cozinha (51%), mesa (38%), armazenamento (8%), iluminação (2%) e uso doméstico indeterminado (1%) (anexo V, gráfico 8, p.71). De entre os fabricos identificados destacam-se, claramente, os locais/regionais (95%), em relação aos fabricos de importação (5%)⁶⁸.

Relativamente às decorações, esta unidade compõe-se essencialmente de pintura a branco (42 fragmentos), a que se seguem os acabamentos a engobe e brunido (14), ou apenas engobe (12), pintura a vermelho (6), engobe junto com pintura (3), incisões (2), digitações (1), estampilhagem com incisão (1), verde e manganês (1) e corda seca parcial (1) (anexo V, tabela 21 p.77; gráfico 20, p.78).

O acervo cerâmico encontrado na UE [2090] é significativamente menor em comparação ao depósito [2219]. O conjunto apresenta 17 indivíduos em cerâmica não

⁶⁶ Não nos é possível traduzir a epígrafe devido à insuficiência de letras constituintes.

⁶⁷ Número que não insere os indivíduos cuja funcionalidade não foi possível determinar.

⁶⁸ Percentagem que insere os indivíduos cuja funcionalidade não foi possível determinar.

vidrada e 4 indivíduos em cerâmica vidrada (anexo V, tabela 1 e 2, p.55/56). Nesta unidade temos presente apenas loiça de cozinha (62%), de mesa (33%) e ainda um único indivíduo de cântaro, correspondente à categoria de armazenamento (5%). Tal como sucedido na unidade anterior, as pastas apresentam sobretudo fabricos de produção local (90 %), por comparação aos fabricos de produção importada (10 %). A nível decorativo destaca-se a pintura a branco (anexo V, tabela 21, p.77; gráfico 20, p.78).

Relativamente às tipologias, foram identificadas nas UE [2219] e [2090] caçoilas/tigelas tipo 1, 2, 4, 5, 7, 9 e 10.2 (anexo VII, tabela 1, p.139; tabela 10, p.142); tigelas vidradas tipo 3, 8 e 11 (anexo VII, tabela 2, p.139; tabela 11, p.142); painéis tipo 1, 2, e 4 (anexo VII, tabela 3, p.140; tabela 13, p.143); jarrinhas tipo 1.1, 1.2, 3 e 4 (anexo VII, tabela 5, p.140; tabela 15, p.143); jarro/bilha tipo 1 (anexo VII, tabela 6, p.140; tabela 16, p.143); cântaro tipo 1 (anexo VII, tabela 7, p.140; tabela 17, p.144); pote tipo 2 (anexo VII, tabela 8, p.141; tabela 18, p.144) e tampas tipo 1 (anexo VII, tabela 9, p.141; tabela 19, p.144).

A grande maioria dos materiais remete-nos para um alargado horizonte cronológico. Apenas para as caçoilas/tigelas tipo 9, para os jarros ou bilhas tipo 1 e tampas tipo 1 foram identificados paralelos apenas inseríveis na 2ª metade do século XI/ 1ª metade do século XII (anexo VII, tabela 20, 26 e 29, p.145/148/149).

Em suma, as materialidades presentes nos depósitos localizados sob a calçada permitem-nos datar a construção do empedrado na 1ª metade do século XII, uma vez que vêm indicar que a sua construção terá sido realizada já sob domínio administrativo almorávida, ou seja, após 1111, ano de conquista de Santarém, e de provável conquista de Lisboa pela dinastia africana.

Estes materiais poderão ser testemunho de uma pré-existência de habitação no local ou apenas despejos de lixo. Poderão também constituir depósitos secundários, tendo os materiais sido transportados para o local a fim de auxiliar na compactação do terreno.

13.2. Fase 2: Construção

Na segunda fase temos a construção da calçada, à qual se encontra atribuída a UE [2104]. A única materialidade presente nesta unidade é a barra de forno 1655-1 (anexo VI, p.91), reaproveitada para a construção do empedrado.

13.3. Fase 3: Uso

Sobre a UE [2104] encontravam-se presentes mais duas barras de forno (peças 1649-1 e 1649-2) e alguns materiais recolhidos aquando da limpeza do empedrado. É importante mencionar que os materiais recolhidos no decorrer da limpeza da UE [2104] provêm dos níveis de uso e habitação do bairro, uma vez que se encontram numa interface, anterior às camadas de colmatação e de acumulação e posterior ao empedrado e aos níveis de terraplanagens.

As cerâmicas recolhidas aquando a limpeza da calçada, contam com um número muito reduzido. Foram detetados 9 indivíduos em cerâmica não vidrada e apenas 3 em cerâmica vidrada. Somente foi identificado 1 indivíduo com fabrico exógeno, dentro do conjunto de materiais, pertencente a uma asa de jarrinha com pintura a preto (anexo VI, p.92).

Os materiais presentes no conjunto encontram-se muito fragmentados e são escassos. Prevaecem as formas de cozinha (58%), seguindo-se-lhes as de mesa (25%) e instrumentos de uso artesanal (17%) (anexo V, gráfico 5, p.70; gráfico 10, p.72). A nível decorativo constata-se apenas a presença de pintura a branco (4), pintura a preto (1) e acabamentos em engobe (1), engobe e pintura (1) e engobe e brunido (2) (anexo V, tabela 21, p.77; gráfico 22, p.79).

As tipologias identificadas (caçoilas tipo 1, tigela tipo 8.3 e panela tipo 2) (anexo VII, tabela 20 e 21, p.145) não nos permitem avançar qualquer cronologia díspar relativamente à fase anterior.

13.4. Fase 4: Abandono (Colmatação)

As unidades presentes nesta fase (UE [2212] e UE [2238]), correspondem a colapsos de estruturas adjacentes à calçada.

A UE [2212] é composta por um conjunto de 21 indivíduos em cerâmica não vidrada e 2 em cerâmica vidrada (anexo V, tabela 1 e 2, p.55/56). Em termos formais apresenta sobretudo loiça de cozinha (70%), seguindo-se a loiça de mesa (26%) e armazenamento (4%) (anexo V, gráfico 11, p.73). Os fabricos são sobretudo de produção local (94%), sendo os fabricos de produção exógena uma minoria (6%). Apenas foram identificadas duas paredes de produção importada (fabricos F9 e F10) pertencentes a formas indeterminadas.

Por sua vez, a UE [2238] caracteriza-se somente pela presença de cerâmica não vidrada (13 indivíduos). Os fabricos de cariz local/regional são predominantes (95%), tendo sido apenas identificada uma parede, correspondente a uma forma indeterminada, atribuída ao fabrico F3 (produção exógena). Nesta unidade encontramos a loiça de mesa com maior representação (54%), seguindo-se-lhe a loiça de cozinha (31%), armazenamento (7,5%) e uso doméstico indeterminado (7,5%) (anexo V, gráfico 12, p.73).

Em termos decorativos ambas as unidades apresentam sobretudo peças com acabamento em engobe e pintura a branco (anexo V, gráfico 23 e 24, p.79/80).

Os exemplares presentes nas UE [2212] e [2238] compõem-se pelas seguintes tipologias: caçoilas/tigelas tipo 1, 2, 4, 7 e 12 (anexo VII, tabela 1, p.139; tabela 10, p.142); panelas tipo 1 e 2 (anexo VII, tabela 3, p.140; tabela 13, p.143); alguidares tipo 1 (anexo VII, tabela 4, p.140; tabela 14, p.143); jarrinhas tipo 1.2 e 1.3 (anexo VII, tabela 5, p.140; tabela 15, p.143); jarro/bilha tipo1 (anexo VII, tabela 6, p.140; tabela 16, p.143); cântaros tipo 1 (anexo VII, tabela 7, p.140; tabela 17, p.144); tampas tipo 4 (anexo VII, tabela 9, p.141; tabela 19, p.144).

Os materiais identificados não diferem, portanto, das materialidades das fases anteriores. Por outro lado, não foram detetados fragmentos com alguma decoração específica ou característica que nos permita distinguir esta fase das demais. A cronologia destes materiais encontra-se inserida, sobretudo, entre os finais do século XI e inícios do século XII (anexo VII, tabela 20 - tabela 29, p.145-149). Tendo em conta a datação atribuída às fases anteriores e a inexistência de elementos que nos permitam uma datação diferenciada, atribuímos a esta fase a cronologia de 1ª metade do século XII.

A datação desta fase deve ser, no entanto, discutida, tendo em conta a reduzida quantidade de materiais exumados nos colapsos das estruturas e a prevalência de peças de tradição islâmica na centúria seguinte.

Cumprе assinalar que, aquando a conquista da cidade, permaneceram em Lisboa inúmeros “mouros” como agricultores, artesãos ou humildes mestres. Foi concebida uma carta de floral por D. Afonso Henriques, em 1170, às populações árabes forros das cidades de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, na qual ficaram estipulados direitos e deveres atribuídos a estes habitantes (FARO, 2001, p.100). As populações muçulmanas podiam viver entre os cristãos com alguma liberdade e praticar o seu culto e costumes, era-lhes,

todavia, exigido o pagamento de impostos e o cumprimento de determinadas leis (FARO, 2001, p.106).

Ou seja, lançamos como hipótese de que o bairro não tenha sido totalmente abandonado logo após a conquista cristã, mas antes gradualmente, tal como já fora anteriormente sugerido pelo responsável científico da intervenção (SILVA, 2012a, p.144). Deste modo, apresenta-se mais fiável datar o abandono efetivo do contexto estudado, na 2ª metade do século XII – 1ª metade do século XIII, tendo em conta os materiais provenientes da última fase de abandono (5ª fase).

13.5. Fase 5: Abandono (Sobreposição e Revolvimentos)

Na segunda fase de abandono surgem materiais com as mesmas morfologias das fases antecedentes, mas também exemplares com novas formas, cujas cronologias se inserem entre os séculos XI e XII. São ainda identificadas tipologias cuja cronologia aponta já para a 2ª metade do século XII – século XIII.

A última fase de abandono é a que abrange uma maior quantidade de materiais e por consequente, uma maior quantidade de categorias tipológicas identificadas: caçoilas/tigelas tipo 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8.3, 9,10.1 e 11 (anexo VII, tabela 1, p.139; tabela 10, p.142); tigelas e taças vidradas tipo 3, 5, 6, 8.1, 8.2, 8.3 e 10.3 (anexo VII, tabela 2, p.139; tabela 11, p.142), prato vidrado tipo 8.2 (anexo VII, tabela 2, p.139; tabela 11, p.142); panelas tipo 1, 2, 3 e 4 (anexo VII, tabela 3, p.140; tabela 13, p.143); alguidares tipo 2 e 3 (anexo VII, tabela 4, p.140; tabela 14, p.143); jarrinhas tipo 1.1, 1.2, 1.3, 2.1, 2.2, 5 e 6 (anexo VII, tabela 5, p.140; tabela 15, p.143); cântaros tipo 1, 2.1 e 2.2 (anexo VII, tabela 7, p.140; tabela 17, p.144); pote tipo 1 (anexo VII, tabela 8, p.141; tabela 18, p.144); tampas 1, 2, 3, 5 e 6 (anexo VII, tabela 9, p.141; tabela 19, p.144).

Dentro destas tipologias apenas as caçoilas/tigelas não vidradas tipo 1, 7 e 10.1; alguidares tipo 1, 2 e 3; tigelas vidradas tipo 3 e 8; jarrinhas tipo 1.1 e 1.2; cântaros tipo 1 e 2.1 e tampas tipo 3 apresentam uma cronologia que se prolonga até à época cristã (anexo VII, tabela 20, 22, 23, 25, 27 e 29, p.145-149).

Surgem também exemplares que abarcam um horizonte cronológico somente balizado na época medieval cristã, como a taça vidrada tipo 6 (peça 1192-2/17) e a tampa de bordo em barbela, tipo 6 (peça 1196-39) (anexo VII, tabela 23 e tabela 29, p.146/149). No entanto, apenas esta última peça permite aferir, sem sombra de dúvidas, uma datação

mais avançada. Também o exemplar 1196-85, atribuído a um jarro ou bilha de pé anelar (anexo VI, p.107) nos remete para esta datação⁶⁹. Sabe-se que na 2ª metade do século XII – 1ª metade do século XIII, os jarros e jarrinhas apresentam, por norma, pé anelar (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.304; GOMES, 2011, p.377; CAVACO; COVANEIRO, 2012, p.103/106; GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2019, p.364/365) ou pé sobressaído, “em bolacha”. Esta última será uma característica própria destas formas no século XIII, mas sobretudo no século XIV (GOMES *et al.*, 2005, p.226).

Os materiais pertencentes à última fase de abandono, provém de depósitos de colmatação e acumulação a que correspondem as UE [2001], [2180] e [2108].

O conjunto de materiais que apresenta a maior quantidade provém da UE [2001]. Esta unidade é constituída por 94 indivíduos em cerâmica não vidrada e 38 indivíduos em cerâmica vidrada (anexo V, tabela 1 e 2, p.55/56). Formalmente apresenta sobretudo loiça de mesa (52%), seguindo-se a loiça de cozinha (42%), armazenamento (5%) e uso doméstico indeterminado (1%) (anexo V, gráfico 13, p.74). Relativamente aos fabricos, é constituída sobretudo por produções locais/regionais (93%). A nível decorativo destaca-se a pintura a branco e a presença de três fragmentos decorados em: corda seca total (peça 1374-1) corda seca parcial (1192-35) e verde e manganês (peça 1192-2) (anexo V, tabela 21, p.77; gráfico 25, p.80).

O facto de apenas ter sido identificado um exemplar com decoração a verde e manganês na UE [2001], não é de se estranhar, uma vez que, tal como mencionámos, este tipo decorativo domina durante o califado, decaindo, até praticamente desaparecer, na época almóada. A peça, pertencente a uma base de tigela, apresenta ao que parece ser um motivo epigráfico, temática utilizada também em época califal e de taifa (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2018, p.23/25). Em Mértola, o verde e manganês presente em época almorávida adquire novas temáticas decorativas (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.230; GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2015, p.27) e no Algarve oriental, nomeadamente no Castelo de Salir e no povoado de Vale do Bôto, considera-se que as decorações em verde e manganês desaparecem neste período, mantendo-se as cerâmicas de corda seca parcial e total (CATARINO, 1997, p.826).

⁶⁹ É importante mencionar que identificámos jarrinhas com pé anelar inseríveis em cronologias mais recuadas, nomeadamente em Mértola (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2014, p.392: 193) e no Castelo das Relíquias (Faro) (CATARINO, 1997, p.779/785). No entanto, esta parece-nos ser uma característica presente, sobretudo, em exemplares enquadráveis em contextos da 2ª metade do século XII-1ª metade do século XIII.

O fabrico deste verde e manganês parece-nos ser de produção local (fabrico V1). É importante constatar que já foram encontrados fragmentos a verde e manganês em Lisboa e Santarém, cujas pastas parecem ser do mesmo tipo das locais, mas que, todavia, ainda não foi encontrada cerâmica em verde e manganês nos contextos de produção do Garb al-Andalus (GÓMEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2018, p.25). O fabrico da peça parece assemelhar-se às pastas detetadas nas cerâmicas vidradas a branco e verde do Castelo de São Jorge, contando com presença de muito quartzo de variados tamanhos, no entanto a sua tonalidade varia, apresentando-se cinzenta clara, enquanto que no Castelo de São Jorge, as pastas apresentam tonalidades avermelhadas, alaranjadas ou bege rosadas. Este fabrico encontra-se também associado a tigelas com pé anelar de reduzida altura (GOMES *et al.*, 2009, p.401), à semelhança do exemplar 1192-2 (anexo VI, p.104).

Relativamente à unidade [2180] foram contabilizados 54 indivíduos em cerâmica não vidrada e 4 com superfícies vidradas, dentro dos quais se inserem loiças de cozinha (45%), mesa (38%), armazenamento (10%) e uso doméstico indeterminado (7%) (anexo V, gráfico 14, p.74). Tal como sucede nas restantes unidades estratigráficas, constata-se uma grande maioria de fabricos locais/regionais (93%) em comparação aos fabricos importados (7%). A nível decorativo destaca-se uma asa de jarriinha decorada em corda seca parcial (peça 1196-13). Foram também identificados exemplares com pintura a branco (17), engobe (12), engobe junto com brunido (3), pintura a vermelho (3), incisão (2) e engobe junto com pintura (1) (anexo V, tabela 21, p.77; gráfico 26, p.81).

Por fim, o conjunto com menor representação na última fase de abandono, diz respeito ao depósito pertencente à UE [2108]. Do conjunto de materiais foram contabilizados 37 indivíduos em cerâmica não vidrada e 6 indivíduos em cerâmica com superfícies vidradas (anexo V, tabela 1 e 2, p.55/56). A nível formal esta UE é composta sobretudo por loiça de cozinha (67%), seguindo-se a de mesa (26%), armazenamento (5%) e uso doméstico indeterminado (2%) (anexo V, gráfico 15, p.75). Os seus fabricos são maioritariamente locais/regionais (97%). A nível decorativo e de acabamentos, consta-se a presença de pintura a branco (9 fragmentos), engobe (5 fragmentos), engobe junto com brunido (2 fragmentos), corda seca parcial (1 fragmento) e corda seca total (1 fragmento) (anexo V, tabela 21, p.77; gráfico 27, p.81).

As peças com decorações em corda seca parcial e em corda seca total constituem importantes elementos de datação relativamente aos depósitos [2180], [2001] e [2108], contudo, não possibilitam afinar cronologias de espaços temporais muito restringidos.

Associa-se a esta dificuldade a circunstância de diversos autores sufragarem entendimentos díspares relativamente ao surgimento desta técnica decorativa.

Relativamente à corda seca parcial são nos apresentadas quatro correntes doutrinárias acerca da sua origem no Garb al-Andalus: uma primeira que defende o surgimento da corda seca parcial em momento posterior à corda seca total (FERNANDES, 2004, p.187), tese defendida com base no pressuposto de alguns reinos taifa não terem um grande poder económico e por esse motivo procurarem alternativas menos dispendiosas para a elaboração da técnica (GOMES, 2003, p.461); segue-se a corrente doutrinária que perfilha o entendimento segundo o qual a corda seca parcial terá surgido em momento anterior à corda seca total, tendo a sua origem em finais do califado omíada e desenvolvimento nos reinos de taifa (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2018, p.154; CATARINO, 1997, p.825); avança-se ainda para uma terceira teoria, de a corda seca parcial ter surgido anteriormente à corda seca total, mas a sua aparição dar-se já a partir de finais do século IX (GOMES, 2003b, p.461); como última explicação, defende-se que tanto a corda seca parcial como a total terão surgido em momento simultâneo, no período do califado (FERNANDES, 2004, p.186/187).

Foram identificados três fragmentos de corda seca parcial na segunda fase de abandono, pertencentes às UE [2001], [2180] e [2108], como já fora referido. Esta decoração foi detetada num bordo de jarrinha (peça 1192-35), numa asa de jarrinha (1196-13) e num fragmento de parede (1258-4), pertencente, também, muito provavelmente, a uma jarrinha.

Parece-nos verossímil que a peça 1258-4 (anexo VI, p.106) pertença a uma jarrinha, uma vez que a sua decoração se encontra apenas no exterior da peça, indício de que a mesma pertença a uma forma fechada, por um lado, e, por outro lado, devido à reduzida espessura que a parede apresenta.

Os quatro fragmentos identificados no acervo cerâmico (peças 1543-3⁷⁰; 1192-35; 1196-13; 1258-4) vão de encontro à tese segundo a qual as cordas parciais da fase almorávida se encontram presentes apenas em formas fechadas (FERNANDES *et al.*, 2012, p.655).

⁷⁰ Peça proveniente da UE [2219] das terraplanagens.

Relativamente à corda seca total, alguns autores defendem que a mesma surgiu no século XI (período das primeiras taifas), tendo o seu ponto alto no século XII (FERNANDES, 2004, p.186; CATARINO; FILIPE; SANTOS, 2009, p.352). Outros autores consideram que esta técnica remonte à época califal (FERNANDES, 2004, p.186).

Apesar das diversas hipóteses apontadas para o surgimento da técnica decorativa da corda seca, sabe-se que o verde e manganês predomina na fase do califado, decaindo, até praticamente desaparecer, na época almóada, e que a corda seca, parcial e total atinge o seu auge e maior divulgação durante o século XII (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2018, p.157/158).

Apenas temos 2 fragmentos com a técnica da corda seca total em todo o conjunto, ambos pertencentes à última fase de abandono. Esta técnica encontra-se no interior de um fragmento de bordo pertencente a uma tigela (peça 1258-1) e no exterior de uma parede, provavelmente pertencente a uma jarrinha (peça 1374-1). Ambas apresentam pastas que indicam que serão peças de produção importada.

Tanto para o caso da corda seca parcial, como para a corda seca total, está confirmada uma produção local/regional de Lisboa. Relativamente à corda seca parcial, os materiais recolhidos no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros induzem à existência de uma produção da primeira metade do século XI (fase taifa), que terá perdurado até à primeira metade do século XII, com base nos materiais recolhidos no Teatro Romano e no Castelo de São Jorge. Foram encontrados materiais semelhantes com estas produções em Sintra, Frielas (Loures), Senhor da Boa Morte (Vila Franca de Xira), Palmela, Santarém e Coimbra (FERNANDES *et al.*, 2012, p.654). A produção de corda seca total em Lisboa terá sido iniciada entre os séculos XI e XII. Tendo sido encontrados materiais pertencentes a esta produção na Casa dos Bicos, Castelo de São Jorge, Rua dos Correeiros/Hotel de Santa Justa e Rua do Ouro (FERNANDES *et al.*, 2012, p.661).

Não se verifica nenhuma diferenciação nas pastas das cerâmicas provenientes da última camada de abandono em relação às fases anteriores. Nalguns dos contextos do período de transição (século XII- século XIII) identificados na cidade de Lisboa, nomeadamente na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS), também está atestada uma continuidade das mesmas tecnologias de produção, tendo sido verificada através de análises químicas, a utilização das mesmas matérias-primas nas cerâmicas do

período de transição, face a cerâmicas com cronologias inseríveis nos séculos XI-XII (GOMES *et al.*, 2005, p.226; PRUDÊNCIO *et al.*, 2009, p.512/513).

As cerâmicas presentes na última camada de colmatação não deverão, portanto, transpor os meados do século XIII, altura em que espaço que o bairro ocupava vai dar lugar às hortas dos Dominicanos e, também, em que as produções de Lisboa começam a sofrer alterações.

Não podemos deixar de realçar que é na fase dos domínios africanos que as formas começam a apresentar uma morfologia própria, consoante a função que desempenham. Surgem elementos morfológicos peculiares como os apêndices nas asas (peça 1196-66), filtros e bicos (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006, p.102).

Em suma, no conjunto de materiais pertencentes à última fase de abandono do bairro encontramos cerâmicas com técnicas decorativas típicas de fases mais antigas, do califado, como o verde e manganês (peça 1192-2), que poderá provir inclusive dos níveis de terraplanagens, mais antigos, que datam a 1ª metade do século XII, e também materiais mais frequentemente encontrados em contextos almóadas, como a asa com apêndice, peça 1196-66. Esta peça, juntamente com as cordas secas (parciais e totais) e peças cuja tipologia se encontra inserível em época cristã, permiti-nos datar a última fase de colmatação entre a 2ª metade do século XII e a 1ª metade do século XIII. No entanto, é importante referir que as peças em verde e manganês e também as cordas secas não são elementos que nos permitam aferir uma datação cronológica restrita, pois são técnicas decorativas que contêm uma longa prevalência no tempo. Apenas através das temáticas decorativas, podemos, por vezes, restringir a sua datação. Também a sua aparição em contextos de cronologias almorávidas parece ser variável, consoante cada localidade, o que leva alguns autores a considerar que tais diferenciações se deverão a causas sociais e económicas (PÉREZ ASENSIO; JIMÉNEZ CASTILLO, 2018, p.191).

O facto de o conjunto de materiais correspondente à última fase de abandono ter uma representação muito superior, em comparação à fase de terraplanagens, dever-se-á às intrusões, resultantes dos revolvimentos do solo. Deste modo é seguro afirmar que temos neste contexto uma mistura de materiais provenientes de níveis anteriores, juntamente com materiais com cronologia mais avançada e contemporâneos de certo, à última fase de abandono do bairro.

14. Considerações finais

O estágio realizado no Depósito do Rego permitiu-nos adquirir e aprofundar diversos conhecimentos relativamente à cerâmica, produzida e consumida em Lisboa, na época medieval islâmica. A aquisição de conhecimento não se circunscreveu a este período histórico, já que, no decorrer do estágio efetuado, contactámos ainda com cerâmicas de outros horizontes cronológicos.

Parece-nos que o objetivo primário do relatório - contributo para o conhecimento da arqueologia da cidade, no decorrer do período Almorávida - foi cumprido. Para tal, revelaram-se essenciais diversos estudos arqueológicos sobre contextos provenientes de zonas mais periféricas das cidades, em zonas de arrabaldes, dada a inexistência de documentos que descrevam os hábitos quotidianos das gentes com menor capacidade aquisitiva.

O presente estudo fornece dados que sustentam a hipótese de cronologia anteriormente apontada para a instalação e abandono do bairro islâmico da Praça da Figueira. Propomos que a preparação para a instalação da calçada da via F terá tido lugar após a tomada de poder da cidade pela dinastia Almorávida, estimada pelos historiadores, entre 1094-1111. Por seu turno, o abandono da via ter-se-á dado já em momento posterior à conquista da cidade pelas hostes cristãs, ainda na 1ª metade do século XII, prolongando-se até à 2ª metade do século XII e 1ª metade do século XIII. Desde modo, com base no conjunto de materiais estudados, estima-se que o período de habitação do bairro terá sido relativamente curto.

O estudo dos contextos encontrados no bairro islâmico posto a descoberto na Praça da Figueira encontra-se fortemente condicionado, devido a variados fatores: a intervenção arqueológica foi condicionada em setores sucessivos, nunca simultaneamente observados; falta de mão de obra especializada na recolha dos materiais; pressões para o cumprimento de prazos aquando o decorrer da intervenção; inexistência de um relatório final acerca da intervenção realizada.

A acrescentar a esta dificuldade, as intrusões verificadas nos níveis superiores às terraplanagens, constituem, de igual modo, uma limitação relativamente à atribuição dos materiais às respetivas camadas e, por conseguinte, ao estabelecimento seguro de cronologias.

Em relação ao espólio estudado, verifica-se que as cerâmicas de superfícies não vidradas prevalecem, por contraposição às cerâmicas vidradas. Aquelas encontram maior representatividade na loiça de cozinha, enquanto que, para as cerâmicas com superfícies vidradas, a loiça de mesa encontra maior destaque.

O conjunto cerâmico estudado apresenta uma grande homogeneidade. Em praticamente todas as UE a loiça de cozinha encontra uma maior representação, seguindo-se-lhe a loiça de mesa, armazenamento e uso doméstico indeterminado (tampas). Também as percentagens dos fabricos locais/regionais rondam em todos os contextos, entre os 90 e os 97%.

Muitas das tipologias identificadas abrangem um amplo horizonte cronológico, o que dificulta a atribuição precisa de cronologias. Também a elevada fragmentação das peças encontradas no acervo cerâmico levou a que as categorias tipológicas se baseassem, sobretudo, nos bordos dos exemplares, originando, deste modo, escassez de informação quanto à sua evolução formal por comparação estratigráfica.

O estudo do acervo cerâmico presente no contexto S/T 7-8 da Praça da Figueira proporcionou alguns dados relativos às dinâmicas comerciais da fase final de ocupação islâmica em Lisboa.

A análise arqueométrica das pastas (meramente macroscópica) aponta para a existência de produções locais de cerâmicas com pintura a branco, vermelho, decoração policroma a verde e manganês (somente a peça 1192-2) e decoração a corda seca parcial. Estes resultados encontram-se em conformidade com as análises químicas realizadas em estudos anteriores (DIAS; PRUDÊNCIO; GOUVEIA, 2001; DIAS *et al.*, 2008; DIAS *et al.*, 2009; PRUDÊNCIO *et al.*, 2009), que apontam para a existência de produções locais para cerâmicas com estes tipos de decoração, exceção feita ao verde e manganês, cuja existência de produção local ainda não foi confirmada, mas para o qual se julga haver uma produção regional de imitação.

A pintura a preto foi identificada apenas em fabricos de proveniência exógena, encontrando-se, portanto, conforme com estudos químicos anteriormente realizados, já referidos, que apontam para uma importação deste tipo de peças. A decoração em corda seca total, verde e manganês e com pintura a vermelho foi identificada em fabricos de produção exógena.

O conjunto cerâmico estudado compõe-se de fabricos maioritariamente locais/regionais. Esses fabricos apresentam características típicas das produções do Vale do Tejo, contendo, na grande maioria dos casos, elevada presença de quartzo e mica. Estas produções seriam provenientes, muito provavelmente, das estruturas oleiras postas a descoberto nos arrabaldes ocidental (Mandarin Chinês, NARC) (BUGALHÃO; FOLGADO, 2001; BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2003; BUGALHÃO; SOUSA; GOMES, 2004; BUGALHÃO; GOMES; SOUSA, 2007; BUGALHÃO *et al.*, 2008) e oriental (Largo das Alcaçarias e Largo do Chafariz de Dentro) (SILVA, 2007/2008; BUGALHÃO, 2009).

Devido ao elevado estado fragmentário das peças presentes no conjunto não nos foi possível estabelecer proveniências precisas para as cerâmicas de importação, desde logo por não sermos capazes de associar tipos de decoração e formais a uma produção específica. Não obstante, constatamos que a grande maioria dos fabricos exógenos contém afinidades com as pastas características da zona do estreito de Gibraltar/Sul de Espanha, geralmente de cor creme, esbranquiçadas. A localização privilegiada que o bairro detinha em relação às vias de comunicação marítimas que chegavam a Lisboa, certamente presentes no vale da baixa, terá facilitado a aquisição destas peças de produção exógena.

Somente verificámos a presença de fabricos importados na loiça de mesa. Estes fabricos surgem nas categorias funcionais de jarrinha e de jarro/bilha, no caso da loiça com superfícies não vidradas. Na cerâmica com superfícies vidradas foram identificados fabricos exógenos somente em tigelas e num fragmento de parede, possivelmente pertencente a uma jarrinha.

O serviço de mesa apresenta não só pastas exógenas, bem decantadas e cozidas, como um maior número de elementos decorativos, por contraposição às restantes categorias funcionais, o que sugere a utilização de loiças de melhor qualidade na mesa pelas populações residentes no bairro, em detrimento das cerâmicas destinadas à cozedura e ao armazenar de alimentos.

A presença de cerâmicas consideradas de luxo, como as cordas secas e o verde e manganês, apesar de em número muito reduzido, vem indicar que os habitantes do bairro deveriam deter alguma capacidade aquisitiva.

Em conclusão. O conjunto cerâmico estudado compõe-se de cerâmicas cuja forma contém antecedentes de época emiral, como sejam, por exemplo, as típicas caçoilas de bordo introvertido, as quais prevalecem no tempo e são frequentemente encontradas em contextos dos séculos XI e XII. No espólio encontram-se também cerâmicas com técnicas decorativas típicas do período califal, como a tigela com epígrafe e os dois fragmentos que apresentam a técnica decorativa de verde e manganês. Por fim, o acervo estudado apresenta características dominantes no período almóada: a adição de apêndices nas asas e o vidrado no interior das peças de cozinha, a fim de facilitar a sua lavagem e impedir a absorção dos resíduos remanescentes pela pasta. Confirma-se assim a coexistência de técnicas e formas típicas dos períodos iniciais do domínio islâmico, de novas inovações e adições, de períodos posteriores e uma grande diversidade na loiça utilizada no decorrer dos últimos anos de domínio islâmico em Lisboa.

Bibliografia

ABRAÇOS, Helder; DIOGO, João Manuel (eds.) (1995) – *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal.

ABRAÇOS, Helder; DIOGO, João Manuel (eds.) (1998) – *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal.

ABRAÇOS, Helder; DIOGO, João Manuel (eds.) (2004) - *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal.

ACIÉN ALMANSA, Manuel (2004) – “La cerâmica en al-Andalus. Problemas y perspectivas”, In *Actas das 3.ª Jornadas de Cerâmica medieval e pós-medieval*, Tondela: Câmara Municipal, p.437-468.

AGUILERA, Ángel Rodríguez (1999) – “Estudio de las producciones postcalifales del alfar de la Casa de Los Tiros (Granada). Siglos XI-XII”, In *Arqueologia Medieval*, nº6, Porto, p.101-121.

ALMEIDA, Fortunato de (2003) – *História de Portugal*, Vol.1, Lisboa: Bertrand Editora.

ALMEIDA, Sara; TEMUDO, Susana (2012) – “Cerâmica do século XIII, no contexto do bairro judaico de Coimbra (Portugal)”, In *X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, p.291-297.

AMARO, Clementino (2001) – “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica”, In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR/ Junta de Extremadura, p. 165-197.

AMARO, Clementino; MACIAS, Santiago (2001) (coord.) – *Arqueologia Medieval*, nº 7, Edições Afrontamento, Porto.

ARAÚJO, L. M. (1983) – “Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular”, In *SARAIVA, J. H., dir- História de Portugal*, Lisboa: Alfa, vol. I, p.245-289.

ARAÚJO, João Gonçalves (2014) - *A cerâmica islâmica do castelo de Palmela: análise tipológica e crono-estratigráfica dos materiais da galeria 5*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

ARCELIN, Patrice; TUFFREAU-LIBRE, Marie (dir.) (1998) – “Protocole de quantification des céramiques”, In *La quantification des céramiques. Conditions et protocole*, Glux-en-Glenne: Centre archéologique européen du Mont Beauvray.

BARGÃO, André Alexandre Bernardino Vicente (2015) – *Vivências do Quotidiano do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa): os contextos do poço SE do claustro NE*. Dissertação em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BOLILA, Catarina Maggiolly Santos (2011) - *A Terra Sigillata de tipo itálico da Praça da Figueira (Lisboa)*. Dissertação em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001) – “O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira”, In *Arqueologia Medieval*, Porto, n.º 7, p. 111-145.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João (2003) – “Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa”, In *Arqueologia Medieval*, Porto, n.º 8, p. 129-191.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria João; GOMES, Ana Sofia (2004) – “Vestígios de produção oleira no Mandarin Chinês, Lisboa”, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, n.º 7:1, p. 575-643.

BUGALHÃO, Jacinta; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2005) – “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico”, In *Actas do Seminário “Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)”*, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras do Porto, p. 237-262.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João (2007) – “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês)”, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 10: 1, p. 317-343.

BUGALHÃO, Jacinta (2008) – “Lisboa e a sua arqueologia: uma realidade em mudança”, In *Era Arqueologia: revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, Lisboa: Era Arqueologia, N.º 8, p. 217-230.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda; GONZÁLEZ TINTURÉ, Antónia; MORENO-GARCÍA, Marta; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel (2008) – “Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação”, In *Arqueologia Medieval*, Porto, n.º 10, p. 113-134.

BUGALHÃO, Jacinta (2009) – “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção” In *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo (Xelb)*, nº9, Silves, p. 379-393.

BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina Fernandes; GOMES, Ana; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; GRANGÉ, Mathieu; INÁCIO, Isabel; LOPES, Gonçalo; SANTOS, Constança (2010) - “Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Ândalus”, In *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve (Xelb)*, Silves, n.º 10, p. 455-476.

BUGALHÃO, Jacinta (2017) – “Arqueologia Urbana em Lisboa: da intervenção preventiva à divulgação pública”, In *Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica (Colecção ArqueoArte)*, 4, Lisboa: CHAM, IEM, p. 467-474.

CAESSA, Ana; MARQUES, António; SILVA, Rodrigo Banha da (2018) – “Lisboa: uma cidade, várias centralidades”, In *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*, Universidade do Algarve – Centros de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, p.50-67.

CALADO, Marco; LEITÃO, Vasco (2005) – “A ocupação islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa)”, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8, nº 2, p.459-470.

CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa (2018) – “Silos de Francos e Portugueses em Vila Verde dos Francos – Alenquer”, In *Jornadas de Arqueologia Urbana e História Local - Atas do encontro de homenagem a Almeida Carvalho*, Setúbal, p.101-114.

CASMARRINHA, Helena Patrícia Saúde (2013) - *Materiais Islâmicos do Sítio da Rua do Sembrano (Beja)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / EGEAC, EM, 2009.

CASTILLO, Pedro Jiménez; PALAZÓN, Julio Navarro (2001) – “El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia”, In *La ciudad medieval. De la casa al tejido urbano - Actas del I Curso de Historia y Urbanismo Medieval*, Universidad de Castilla –La-Mancha, Toledo.

CATARINO, Helena (1994) – “O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica”, In *Revista Medieval*, Vol.3, p.73-87.

CATARINO, Helena (1995) – “Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspectiva”, In *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série IV, vol. 13/15, p.457- 484.

CATARINO, Helena (1997) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança (2009) - “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”, In *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: síntese e perspectivas de estudo*, p. 333-378.

CAVACO, Sandra Cristina da Costa Fialho Palma (2011) – *O arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica*. Dissertação de Mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina (2012) – *Tavira Islâmica – núcleo islâmico*, Museu Municipal de Tavira.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; GRANGÉ, Mathieu; INÁCIO, Isabel; LOPES, Gonçalo; SANTOS, Constança; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena (2013) – “Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais de distribuição”, In *O Arqueólogo Português*, série V, vol. 3, Museu Nacional de Arqueologia – Casa da Moeda, Lisboa, p. 349-380.

COELHO, António Borges (dir.), (1972-75) – *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, Lisboa, Seara Nova.

COELHO, António Borges (1994) – “O Domínio Germânico e Muçulmano”, In *O livro de Lisboa*, 1ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, p.75-88.

COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos (2014) – “Vinte anos de Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas (II)”, In *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aroche-Serpa, p.685-696.

CORREIA, Fernando Branco (1991) – “Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja”, In *Actas do IV Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 373 – 385.

COUTINHO, Hélder M. R. (1993) – “Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras”, In *Arqueologia Medieval*, Vol.2, p.39-54.

D'INTINO, Raffaella (1994) - *Lisboa subterrânea*. Museu Nacional de Arqueologia, Sociedade Lisboa 94.

DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; GOUVEIA, Maria Ângela (2001) - “Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica”, In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, p. 257-281.

DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda (2008) – “A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica. Primeiros resultados arqueométricos”, In *IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, p.157-167.

DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; GOUVEIA, Maria Ângela; GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra (2009) – “Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séculos XI - XII do Castelo de S. Jorge (Lisboa, Portugal)”, In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*, Ciudad Real - Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006, Tomo II, Ciudad Real, Asociación Española de Arqueología Medieval, p. 963 – 966.

DIOGO, João Manuel (ed.) (2008) – *Actas das 4ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela: Câmara Municipal.

DUARTE, Susana (2018) – “Ocupação do Período Islâmico”, In *Setúbal Arqueológica*, Vol. 17, p. 207-228.

FARO, Catarina Isabel de Oliveira (2001) – “A mouraria de lisboa nos séculos XII-XV”, In *Arqueologia e História* - Associação dos arqueólogos portugueses, vol.53, Lisboa, p.99-107.

FERREIRA, Maria Mulize Neves (2009) – *As formas de barrada/surayba na kura de uhsunuba ou de silb: um ensaio para o estudo das cerâmicas islâmicas do povoado da*

Portela 3. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2001) – “A península de Setúbal em época islâmica”, In *Arqueologia Medieval*, Vol.7, p.185-196.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004) – *O Castelo de Palmela, do islâmico ao cristão*, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005) – “Palmela no período da *reconquista*”, In *Actas do Seminário “Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras do Porto, p. 311-325.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; CARDOSO, João Luís; ANDRÉ, Maria da Conceição (2009) – “Cerâmicas Muçulmanas do Centro Histórico de Oeiras”, In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, nº 17, p. 97-115.

FERNANDES, Isabel Cristina; DÉLÉRY, Claire; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina (2012) – “O comércio da corda seca no Gharb Al-Andalus”, In *X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, p.649-666.

FILIFE, Vanessa Galiza (2012) – *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yābura - estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu Municipal de Évora*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

FILIFE, Victor; CALADO, Marco; GUERRA, Sandra; VALONGO, António; LEÓNIDAS, João; RAMOS, Romão; ROCHA, Margarida; COSTA, Jacinta (2012) – “A cerâmica de importação no arrabalde ocidental de Luxbuna (Lisboa). Dados preliminares da intervenção realizada no Hotel de Santa Justa”, In *X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, p.711-718.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José; SILVA, Rodrigo Banha da (2000) – “Arqueologia Urbana em Lisboa?”, In *3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol.8: “*Terrenos*” da *Arqueologia da Península Ibérica*, Porto: ADECAP, p.55-74.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2001) – “Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de São Jorge”, In *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, p. 95-102.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2002) – “O Castelo de S. Jorge: da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo”, In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 397-404.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2005) – “Lisboa entre a Antiguidade Tardia e o Islão”, In *Actas de los Congresos Internacionales “La ciudad en el occidente islâmico medieval” 3º Congreso – La Medina en formación*, Silves, Setembro.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; PIMENTA, João; VALONGO, António; PINTO, Paula; MENDES, Henrique; RIBEIRO, Susana; GUERRA, Sandra (2001) – “A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge”, In *GARB- Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR/ Junta de Extremadura, p. 119-163.

GOMES, Ana (2003a) – “Cerâmica pintada a branco de Lisboa”, In *VII Congrès International sur la Céramique Médiéval en Méditerranée*, Atenas, Ed. Ch. Bakirtzis, p. 659-668.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; PIMENTA, João; GUERRA, Sandra; MENDES, Henrique; RIBEIRO, Susana; VALONGO, António; PINTO, Paula (2003) – “Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, In *Património e Estudos*, nº4, Lisboa, IPPAR, p. 214-223.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; GUERRA, Sandra; CALÉ, Henrique, RIBEIRO, Susana; PINTO, Paula; VALONGO, António; PIMENTA, João (2005) – “Cerâmicas medievais de Lisboa - continuidades e rupturas”, In *Actas do Seminário “Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras do Porto, p. 221-236.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; GUERRA, Sandra; VALONGO, António; PIMENTA, João; PINTO, Paula; MENDES, Henrique; RIBEIRO, Susana (2009a) – “A cerâmica vidrada da Alcáçova do Castelo de São Jorge”, In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*, Ciudad Real - Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006, Tomo 1, Asociación Española de Arqueología Medieval, p. 399– 404.

GOMES, ANA; GASPAR, Alexandra; VALONGO, António; PINTO, Paula; GUERRA, Sandra; RIBEIRO, Suzana; MENDES, Henrique Calé; PIMENTA, João (2009b) – “Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno – Castelo de S. Jorge”, In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*, Ciudad Real - Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006, Tomo II, Ciudad Real, Asociación Española de Arqueología Medieval, p. 955-962.

GOMES, Rosa Varela (1988) – *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*, In *Xelb*, nº 1, Silves, Câmara Municipal de Silves.

GOMES, Rosa Varela (1991) – “Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizantes do Castelo de Silves (peças esmaltadas, policromas e de reflexo metálico)”, In *Estudos Orientais*, Lisboa, Vol. II, p. 13-39.

GOMES, Rosa Varela (1995) – “Cerâmicas muçulmanas de Silves, dos séculos VIII e IX”, In *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: Câmara Municipal, p.287-296.

GOMES, Rosa Varela (2002) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: território e cultura*. Trabalhos de Arqueologia, nº23, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela (2003b) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*. Trabalhos de Arqueologia, nº 35, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2007) – *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur.

GOMES, Rosa Varela (2008) – “Iconografia vascular, dos séculos XII e XIII, de Silves”, In *Actas das 4^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: Câmara Municipal, p.71-81.

GOMES, Rosa Varela (2011) - *Silves (Xelb), Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: A Zona da Arrochela, Espaços e Quotidianos*. Trabalhos de Arqueologia, nº 53. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1998) – “A cerâmica no Gharb al-Ândalus”, In *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.121-131.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; DELERY, Claire (2002) – *Cerâmica em corda seca de Mértola*, Campo Arqueológico de Mértola.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2004) - *Cerâmica Islâmica de Mértola: producción y comercio*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006) - “A cerâmica islâmica no Gharb al-Ândalus”, In *Seminário a produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 95-116.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2008) – “Cerâmica a molde en el Gar al-Andalus”, In *Actas das 4^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: Câmara Municipal, p.61-70.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta, CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina (2012) – “A Cidade e o seu território no Gharb al-Andalus”, In *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, p.19-50.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2014) – *Cerâmica Islâmica de Mértola - Museu de Mértola*, Mértola: Campo Arqueológico.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2018) – “A cerâmica islâmica no Garb-Al-Ândalus: seguindo os passos de Juan Zozaya”, In *Arqueologia Medieval*, nº14, Porto, p.150-159.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COELHO, Catarina; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Ana Sofia; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; LIBERATO, Marco; SANTOS, Constança dos (2018) – “El verde y morado en el extremo occidental de al-Andalus (siglos X al XII)”, In *XI Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings*, p. 21-30.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; CAVACO, Sandra; COELHO, Catarina; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Ana Sofia; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; LIBERATO, Marco; LOPES, Gonçalo; SANTOS, Constança dos; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena (2019) – “El servicio de mesa para líquidos

en el Garb al-Andalus: Jarras e Jarritas – Jarras e Bilhas”, In *AL-KITĀB* - Juan Zozaya Stabel-Hansen, Asociación española de arqueologia medieval, Madrid, p.363-371.

GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra; MENDONÇA, Carolina (2007) – “Evolução tipológica de um conjunto de utensílios de iluminação de um arrabalde islâmico de Silves”, In *VIPASCA: Arqueologia e História*, nº2, 2ª série.

GONÇALVES, Maria José (ed.) (2009) – “O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos”, In *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (Xelb)*, nº9, Silves.

GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra; MENDONÇA, Carolina (2009) – “Utensílios do quotidiano de um arrabalde islâmico de Silves: análise preliminar da louça de cozinha”, In *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (Xelb)*, nº9, Silves, p. 695 a 706.

GONÇALVES, Luís Ribeiro (2011) – *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa: séculos IX-XIV*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ (2012) – *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves.

GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2013) – “Vinte anos de Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas (I)”, In *VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aroche-Serpa, p.1026-1041.

HENRY, Sarah Hélène Christine (2012) – *Cuerda seca “Islamic ceramics from the X-XIIIth centuries of Mértola”*. Dissertação de Mestrado em Ciência e Engenharia dos Materiais, Universidade de Aveiro.

HERCULANO, Alexandre (2007) – *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa: Bertrand Editora.

INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José (2015) – “A propósito da investigação sobre cerâmica islâmica em Portugal”, In *Revista Medievalista* online, nº 17, Janeiro – Junho, Lisboa, IEM - Instituto de Estudos Medievais, p.1-44.

KEMNITZ, Eva-Maria von (1993-94) - "Os Candis da Colecção do Museu Nacional de Arqueologia", In *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 11-12, p.427-472.

LIBERATO, Marco António Antunes (2012) - *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval: uma abordagem diacrónica séculos XI a XVI*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

LOURINHO, Inês (2010) - *1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

MACHADO, Cristina Guerra (2016) - *A Lisboa ribeirinha e o comércio de cerâmica no período islâmico: estudo dos materiais cerâmicos islâmicos provenientes da Casa dos Bicos*. Dissertação de Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, Lisboa, Faculdade de Letras.

MACIAS, Juan Aurelio Pérez; BEDIA, Juana (1993) – “Un lote de cerámica islámica de Niebla”, In *Arqueologia Medieval*, nº2, Porto, p.55-62.

MACIAS, Santiago (1993) – “Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico”, In *Arqueologia Medieval*, Vol.2, p.127-157.

MACIAS, Santiago (2006) – *Mértola: O último porto do Mediterrâneo*, Vol. I, Campo Arqueológico de Mértola.

MACIAS, Juan Aurelio Pérez; JIMÉNEZ, Timoteo Rivera; MARTINS, Artur; ÁLVAREZ, Macarena Bustamante (2010) – “Cerâmicas islâmicas da “Casa do Procurador” (Aljustrel)”, In *Arqueologia Medieval*, vol.11, p.79-87.

MARQUES, António Henrique de Oliveira (1980) – *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa: Palas Editores.

MARTINS, Artur; RAMOS, Carlos (1992) – “Elementos para a análise e descrição de produções cerâmicas”, In *VIPASCA: Arqueologia e história*, Vol.1, Câmara Municipal de Aljustrel, p.91-101.

MATOS, José Luís de (1994a) – “Escavações arqueológicas nos Claustros da Sé de Lisboa”, In *Al-Madan*, Almada, 2ª Série, nº 3, p. 108- 109.

MATOS, José Luís de (1994b) – “As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa”, In *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, p. 81-87.

MATOS, José Luís de (2015) – *Lisboa na Civilização Islâmica*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

MATTOSO, José (Dir.) (1992) – *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores.

MEDINA, João (Dir.) (1998) – *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Alfragide: Ediclube.

MIRA, Duarte Miguel Cardoso (2018) - *A Arqueologia de uma casa islâmica do extremo ocidental do Gharb Al-Andaluz: A unidade habitacional P/Q -9/11 da Praça da Figueira (Lisboa)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa.

MOITA, Irisalva (1967) – “Uma lápide funerária proveniente dum almocavar de Lisboa”, In *Revista Municipal*, Lisboa. 28 (114-115), p.81-86.

MOITA, Irisalva (1994) – *O Livro de Lisboa*, 1ª ed, Lisboa: Livros Horizonte.

- MUNSELL, Albert H. (1994) – *MUNSELL soil color charts*. Nova Iorque: New Windsor.
- OLIVEIRA, J. A. de (1936) – *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhos Presenciais do Cêrco*, 2ªed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- OLIVEIRA, J. A. de (1938) – *O Cêrco de Lisboa em 1147. Narrativa do Glorioso Feito Conforme os Documentos Coevos*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- OLIVEIRA, Leonel de (ed.) (1997) - *Nova Enciclopédia Larousse*. Círculo de Leitores. Vol. II.
- ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan (1997) - *La cerâmica en arqueologia-recensão crítica*, Hurope, Barcelona.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos; CARVALHO, António Rafael (2001) – “Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoelli”, In *Arqueologia Medieval*, Vol.7, p.197-209.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael (2001) – “Cerâmicas almóadas de Al-Qasr Al-Fath (Alcácer do Sal)”, In *GARB- Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR/ Junta de Extremadura, p. 199-229.
- PALAZÓN, Julio Navarro; CASTILLO, Pedro Jiménez (2007) – “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islâmico”, In *Artigrama*, 22, p. 259-298.
- PERES, Damião (1928) – *História de Portugal*, Vol. I, Barcelos: Portucalense Editora.
- PÉREZ ASENSIO, Manuel; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro (2018) – “El ajuar cerámico almorávide en Šarq al-Andalus”, In *Al-Murābiṭūn (los almorávides): un Imperio islâmico occidental. Estudios en memoria del Profesor Henri Terrasse*, Granada, Patronato de la Alhambra y Generalife, p.161-221.
- PICARD, Christophe (1998) – “A islamização do Gharb al-Ândalus”, In *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.25-34.
- PICARD, Christophe (2000) - *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle)*, Paris, Maisonneuve & Larousse.
- PINTO, Inês Vaz; MORAIS, Rui (2007) – “Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português”, In *Actas del Congreso Internacional Cetariae, Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antiguidade*, Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p.235-254.
- PRUDÊNCIO, Maria Isabel; DIAS, Maria Isabel; GOUVEIA, Maria Ângela.; GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra (2009) – “Evolução das tecnologias de produção cerâmica dos séculos XI a XVI na cidade de Lisboa”, In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*, Ciudad Real - Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006, Tomo I, Ciudad Real, Asociación Española de Arqueología Medieval, p.509 – 514.

RAIMUNDO, Maria Inês; DIAS, Vanessa (2012-2013) – “Subsídios para o estudo da ocupação islâmica de Almada”, In *Anais de Almada*, nº15-16, Câmara Municipal de Almada.

REINA, Manuel Vera; TORRES, Pina López (2005) – *La cerámica medieval sevillana (siglos XII al XIV). La producción trianeira*. BAR International Series 1403. Oxford.

RETUERCE VELASCO, Manuel; ZOZAYA, Juan (1991) – “Variantes y constantes en la cerámica andalusí”, In *Actas do IV Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p.315-322.

RIBEIRO, Margarida (1991) – “Património cerâmico e linguístico português sob influência islâmica”, In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Lisboa, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 491-496.

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo (1991) – *El nombre de las cosas en al- Andalus. Una propuesta de terminología cerámica*, Palma de Mallorca, Societat Arqueològica Lul·liana.

ROCHA, António Santos (1904) – “Notícia de alguns silos e louças árabes do Algarve”, In *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, Figueira da Foz, Vol. I: 1, p. 20-21.

RODRIGUES, Patrícia de Freitas Lopes (2012) - *Cerâmicas medievais do morro da Sé de Viseu: Fossas-lixerías do pátio do Museu Grão Vasco*. Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.

RODRIGUES, Andreia Filipa Moreira (2018) - *Nos arrabaldes de al-Uxbuna: a ocupação islâmica no sítio arqueológico da igreja de São Lourenço (Mouraria, Lisboa)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa.

SERRÃO, Joel (Dir.) (1971) – *Dicionário de história de Portugal*, Vols. I, II, III, IV, Lisboa: Iniciativas Editoriais.

SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (Dir.) (1993) – *Nova História de Portugal*, Vol. II, Lisboa: Editorial Presença.

SIDARUS, Adel; REI, António (2001) – “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, In *Actas do Colóquio “Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos” (850º Aniversário da Reconquista de Lisboa)*, Porto/Mértola: Edições Afrontamento/ Campo Arqueológico de Mértola, (Arqueologia Medieval, 7), p. 37-72.

SILVA, Luís Alves da; MATEUS, Rui (eds.) (1991) – *Actas do IV Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

SILVA, Carlos Jorge Rodrigues (2008a) – *Estudo dos materiais da Avenida 5 de Outubro, nº 2 a 8 em Santarém*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, Universidade de Évora.

SILVA, Carlos Guardado (2008b) – *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa: Edições Colibri, p. 346.

SILVA, Carlos Guardado (2017a) – “Lisboa nas narrativas estrangeiras do século XII”, In Lisboa: Grupo de Amigos de Lisboa.

SILVA, Marta Cristina de São Marcos Inácio da (2011) – *A cerâmica islâmica da Alcáçova de Santarém, das unidades estratificadas 17, 18, 27, 30, 39, 41, 193, 195, 196, 197 e 210*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SILVA, Manuel Fialho (2017b) – *Mutação urbana na Lisboa Medieval. Das taifas a D. Dinis*. Dissertação de Doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, Faculdade de Letras de Lisboa.

SILVA, Rodrigo Banha da (2000) – “As concepções de Arqueologia Urbana em Lisboa”, In *Actas das Sessões do III Colóquio Temático “Lisboa- Utopias na viragem do milênio”*, Lisboa: Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, p.229-240.

SILVA, Rodrigo Banha da (2005) - “*Marcas de oleiro*” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.). Dissertação de Mestrado em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana), Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga.

SILVA, Rodrigo Banha da (2007/2008) - *O contexto [913] da I.A.U do Largo do Chafariz de Dentro: um contributo para o conhecimento da actividade oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o período islâmico*. Trabalho de seminário de mestrado elaborado para a cadeira de Arqueologia Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2011) – “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”, In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular - Encontros e Desencontros*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve.

SILVA, Rodrigo Banha da (2012a) - “Urbanismo islâmico da Praça da Figueira”, In *Actas Afonso I de Portugal: nos 900 anos do seu nascimento*, Lisboa: Grupo de Amigos de Lisboa, Câmara Municipal, p.137-147.

SILVA, Rodrigo Banha da (2012b) - *As “Marcas de Oleiro” na terra Sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa.

SIMÃO, Inês Sofia (2008) – *Uma habitação no arrabalde de Silves: cerâmicas islâmicas da Casa II, no Teatro Gregório Mascarenhas*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta.

SOUSA, Maria João de (2012) – “Uma habitação do século XI/XII sob a muralha do Castelo dos Mouros de Sintra – evidências arqueológicas de um contexto doméstico”, In *X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, p.262-265.

TERUEL, Núria de la O. Vidal; CARRASCO, Juan M. Campos; RODRÍGUEZ, Águeda Gómez; HERNANDO, Luis Javier Sánchez (2008) – “Arqueología rural islâmica en Huelva: La Alquería de la Almagra”, In *Arqueologia Medieval*, nº10, Porto, p.65-104.

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1947) – “Los adarve de las ciudades hispanomusulmanas”, In *"Al-Andalus"*, Crónica arqueológica de la España muçulmana, vol. XII, p. 164-193.

TORRES, Cláudio (1987) – *Cerâmica islâmica portuguesa*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio (1994) - “Lisboa muçulmana: Um espaço urbano e o seu território”, In *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 80- 85.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (dir.) (1998a) – *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (dir.) (1998b) – *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (2002) – *Arte islâmica. Museu de Mértola*, Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio Torres; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; FERREIRA, Manuela Barros (2004) – “Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos”, In *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: Câmara Municipal, p.125-134.

TORRES, Nádia Ferreira (2004) - *O desenho na cerâmica islâmica de Mértola*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

TRINDADE, Luísa (2009) - *Urbanismo na composição de Portugal*. Dissertação de doutoramento em História (História da Arte), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VASCONCELOS, José Leite (1902) - “Candeias árabes do Algarve”, In *O Archeologo Português*, Vol. II, Lisboa, p. 119-125.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da (1880) – *Memoria das antiguidades de Mértola observadas em 1877*, Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da (1887) – *Antiguidades monumentaes do Algarve*, Vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional.

VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana Margarida (1999) - “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol.II, nº2, Lisboa, p. 105-186.

D’INTINO, RAFFAELLA (coord.) (1994) - *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Electa, Instituto Português de Museus.

Webgrafia

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. (s.d.) – Disponível: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/centro-de-arqueologia-de-lisboa> (consultado dia 18 de dezembro de 2019).